

Apropriações Tecnológicas

Emergência de textos, idéias e imagens do Submidialogia#3



Universidade Federal da Bahia

Reitor

Naomar Monteiro de Almeida-Filho

Vice-Reitor

Francisco José Gomes Mesquita



Editora da Universidade Federal da Bahia

Diretora

Flávia Goullart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Ângelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Ninõ El-Hani

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria do Carmo Soares Freitas

Suplentes

Alberto Brum Novaes

Antônio Fernando Guerreiro de Freitas

Armando Jorge de Carvalho Bião

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

Cleise Furtado Mendes

Maria Vidal de Negreiros Camargo

**Programa de Pós-graduação em Comunicação
e Cultura Contemporâneas**

Coordenador

Benjamim Picado

Vice-coordenador

Wilson da Silva Gomes

Secretária

Michelle Campos de Almeida

Apropriações Tecnológicas

Emergência de textos, idéias e imagens do Submidialogia#3

Karla Schuch Brunet
(Organizadora)

Salvador
EDUFBA
2008

Capa: Karla Schuch Brunet
Revisão: Danilo Pinto e Mônica Paz
Projeto gráfico e editoração: Karla Schuch Brunet e Tininha Llantos
Impressão e acabamento: EDUFBA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central Reitor Macedo Costa

Apropriações tecnológicas : emergência de textos, idéias e imagens do
submidialogia #3 / Karla Schuch Brunet (organizadora). - Salvador : EDUFBA,
2008.
178 p.

Este livro é uma coletânea resultado do 3º Encontro de Submidialogia,
realizado em Lençóis (BA), 2007.

ISBN - 978-85-232-0528-7

1. Mídia digital - Coletânea. 2. Difusão de inovações. 3. Sociedade do
conhecimento. I. Brunet, Karla Schuch. II. Encontro de Submidialogia (3. :
2007 : Lençóis, BA).

CDD - 303.4833

Rua Barão de Jremoabo, s/n – Campus de Ondina,
40170-115 Salvador – BA
Tel/Fax: (71)3283-6164
<http://www.edufba.ufba.br>
edufba@ufba.br

Este livro está sob Licença GNU de Documentação Livre (GNU FDL)

Para todos os participantes
do Submidialogia#3

Agradecimento

Gostaria de agradecer ao Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da UFBA e à EDUFBA pelo apoio na publicação deste livro.

Sumário

Apresentação / 7

Karla Schuch Brunet

Parte I - *Conceitos e Inspirações*

A-própria-ação dos conceitos / 13

Thais Brito

Entre o analógico e o digital: apontamentos sobre suas formas de conhecimento e poder / 17

Henrique Parra

Pontos de Cultura, novas mídias, educação e democracia. Reflexões sobre o contexto de uma mudança estrutural no Brasil / 35

Adriana Veloso Meireles

Anotações do balcão do Sr. Didi / 43

José Balbino e Ricardo Ruiz

Monopólios artificiais sobre bens intangíveis / 49

Enrique Chaparro

Por que não falamos de Propriedade Intelectual? / 60

Beatriz Busaniche

Inventar a gratuidade / 76

Collectif d'Artistes

Artistas e piratas, hackers e cidadãos comuns, cientistas e imperadores / 87

Tininha Llanos

Em busca do Brasil profundo / 92

Felipe Fonseca

Parte II - *Práticas e experimentações*

Processos Imersivos e Reciclagens de Singularidades (para Multitudes) / 111

Fabiane Borges e Marc Etlin

Para além dos fios e cabos: sobre a performance metasubcibertrans / 123

Dolores Galindo

Metasubcibertrans / 128

Victoria Synclair

Mapeando Lençóis / 130

Karla Schuch Brunet

etc-br – Totalmente terceiro sexo / 140

Tati Wells

Instalações Interativas. As crianças subvertem o meio / 147

Ricardo Brasileiro

SUB então, subMidia, subCOmandante, subStrato... / 151

Etienne Delacroix

Bits, Átomos e Conversas Corridas antes do Sub#3 Acabar... / 154

Etienne Delacroix e Capi

Parte III - *Um email*

No final do evento: um email / 163

Wanderlyne Selva

Colaboradores / 170

Biografias

Lista de Urls / 175

Apresentação

Karla Schuch Brunet

O livro “Apropriações Tecnológicas. Emergência de textos, idéias e imagens do Submidialogia#3” surgiu da necessidade de organizar o material produzido durante o encontro Sumidialogia#3 (<http://submidialogia.descentro.org>), realizado em dezembro de 2007, em Lençóis, BA.

Submidialogia, com o slogan “a arte de re:volver o logos do conhecimento pelas práticas e desorientar as práticas pela imersão no sub-conhecimento”, é um encontro com intuito de promover o estudo e discussões sobre teorias e práticas da mídia digital brasileira. A primeira edição, Submidialogia#1¹, aconteceu em 2005, em Campinas - SP, onde reuniu brasileiros e estrangeiros de diversos grupos independentes, governamentais, ONGs, artistas, acadêmicos e ativistas. Em 2006, o Sumidialogia#2² aconteceu em Olinda - PE, tornou-se um festival aberto, com discussões, mostras de vídeos e fotos, laboratórios de produção de rádio, TV e internet. Neste ano, discutiu-se bastante as possibilidades sociais e políticas, tanto públicas e privadas, da mídia digital no país.

Na terceira edição do encontro, colaboraram artistas, ativistas, produtores culturais, acadêmicos, jornalistas e outros, reunindo brasileiros de todas as regiões do país e estrangeiros da Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Inglaterra e Estados Unidos. Mais uma vez,

¹ Url: <http://pub.descentro.org/conferencia>.

² Url: <http://pub.descentro.org/submidialogia2>

o evento foi todo organizado através da lista de discussão³ e pela página colaborativa waka⁴, uma wiki hospedada no site do *des).(centro*. O grupo *des).(centro*⁵, que é o maior apoiador e produtor do encontro, promove o formato horizontal de auto-organização e provoca questionamentos sobre hierarquias e delegações na mídia.

Divido em 3 partes, este livro é um relato inicial dos conceitos, questionamentos e práticas realizadas durante o *Submidialogia#3*. A **Parte I - Conceitos e inspirações**, apresenta artigos teóricos e de questões sobre os assuntos debatidos durante o encontro. Thais Britto, em seu artigo “A-própria-ação dos conceitos”, fala de formas de resistência e apropriações midiáticas na sociedade capitalista.

Enquanto que Henrique Parra apresenta e exemplifica as noções de biopoder, conhecimento e poder no seu artigo “Entre o analógico e o digital: apontamentos sobre suas formas de conhecimento e poder”, Adriana Veloso Meireles fala sobre os pontos de cultura e mídia digital no Brasil no artigo “Pontos de Cultura, novas mídias, educação e democracia. Reflexões sobre o contexto de uma mudança estrutural no Brasil”.

Os textos de Enrique Chaparro, Beatriz Busaniche e Collectif d'Artistes discutem os problemas e soluções da propriedade intelectual, tanto do ponto de vista jurídico quando artístico e prático no dia-a-dia.

José Balbino e Ricardo Ruiz partem de uma questão levantada no primeiro dia do *Submidialogia#3* e propõem um texto sobre a cultura afro-brasileira, memória, expressão oral e resistência. Do mesmo modo, Tininha Llantos parte da discussão sobre arte e tecnologia, painel realizado nas cachoeiras, para fazer um posicionamento crítico sobre o papel dos artistas, hackers e cientistas.

A parte I do livro é encerrada pelo artigo “Em busca do Brasil profundo”, de Felipe Fonseca. Nele, Felipe faz considerações sobre o grupo *des).(centro* e sobre os encontros *Submidialogia*, terminando com a pergunta “Cadê o nosso Macunaíma?”.

³ Para informações sobre a lista, acessar a url: <http://lists.riseup.net/www/info/submidialogia>

⁴ Url: <http://mediaticas.descentro.org/wakka/wakka.php?wakka=Submidialogia3>

⁵ Url: <http://descentro.org/>

A **Parte II - Práticas e experimentações** apresenta textos de relatos das ações que ocorreram durante os 4 dias em Lençóis. Tati Wells, em seu artigo “/etc-br”, comenta sobre o papel da mulher na tecnologia relatando as experimentações tanto do evento /etc-br quanto do Submidialogia#3.

Dolores Galindo, Fabiane Borges, Marc Etlin e Victoria Synclair fazem uma crítica, relato e anotações sobre a performance “Metasubcibertrans”, de Fabiane Borges, que ocorreu no último dia de evento. O mapeamento de Lençóis feito por celulares durante os 3 dias de encontro é apresentado por Karla Brunet no artigo “Mapeando Lençóis”.

As instalações interativas, que aconteceram no Mercado Central e na Avante, são o tema do artigo de Ricardo Brasileiro. Nestas instalações, os transeuntes, principalmente crianças, produziram música e pintaram um quadro digital, usando a luz de vela como pincel.

Etienne Delacroix, um belga que adotou o Brasil nos últimos anos, faz um desabafo sobre sua experiência durante o festival. Já Bruno Neyra lhe entrevista sobre seu trabalho e filosofia, assim, desta forma, podemos conhecer melhor o projeto instigante e questionador.

A **Parte III – Um email** é a publicação do email enviado por Wanderlynnne Selva, uma integrante ativa de todos os Submidialogias, para a lista do grupo. Em um relatório informal das atividades que aconteceram durante os 5 dias de evento, o texto promove questionamentos e afirmações sobre este movimento *grassroots* e suas implicações.

Com este livro, esperamos apresentar um pouco do Submidialogia#3 para as pessoas que não tiveram a oportunidade de participar do encontro. Como muitas destas experiências acabam desaparecendo com o tempo, o livro, ainda tido com uma entidade de documento, pode servir para “guardar” este material. Esperamos que o livro sirva como uma forma de incentivar mais pessoas a participarem e produzirem discussões sobre mídia digital no Brasil.

Parte I
Conceitos e Inspirações

A-própria-ação dos conceitos

Thais Brito

Que formas tomam e que espaços ocupam as forças de dominação na sociedade capitalista? Resistências, autonomias e apropriações...

O fim da Guerra Fria proporcionou, com a derrota dos regimes do Leste Europeu, o anúncio do fim da contradição capitalismo – socialismo, traduzida pelo ocidente como a oposição entre democracia e totalitarismo; possibilitou, assim, a proclamação do capitalismo como “uma ideologia que anunciava a chegada do ponto final do desenvolvimento social construído sobre os pressupostos do livre mercado, além do qual não se podem imaginar melhoras substanciais” (ANDERSON, 2004, p. 38). O capitalismo passa, então, a afirmar-se como a única forma possível de organização da sociedade.

A globalização é outro fator indicativo do avanço do capitalismo e de suas transformações. Em tempos de neoliberalismo, ela é tida como o caminho natural e incontestável do desenvolvimento socioeconômico global. Esse entendimento se dá, sobretudo, a partir da queda do muro de Berlim, da implosão da antiga União Soviética e, quase simultaneamente, a abertura da China às forças de mercado, fatores que supõem a existência de um espaço global em que o predomínio do capitalismo é incontestável.

Os organismos financeiros internacionais adquirem, nesse cenário, uma eficácia muito maior na obtenção do consenso; em muitas situações, é possível mesmo obtê-lo sem a necessidade de armas ou soldados. O Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Organização Mundial para a Propriedade Intelectual ou a Organização Mundial do Comércio desempenham bem a função de dominação, através de suas imposições políticas e econômicas, principalmente nos países da periferia do capitalismo.

Os meios de comunicação, monopolizados por grandes empresas, reproduzem essa lógica, massificando e naturalizando o discurso da globalização e criminalizando as ações de resistência. O desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) não foi acompanhado da democratização dessas ferramentas e aqueles que não reproduzem o discurso hegemônico não são autorizados a utilizar-se dessas tecnologias, ação legitimada pela regulamentação do setor voltada quase que exclusivamente para a defesa dos interesses das grandes empresas de comunicação.

Em todo caso, a utilização desses elementos na busca do consenso não anulou o uso da força e da coerção como forma de manutenção da hegemonia dominante. No caso dos veículos de comunicação, a estratégia de dominação é não só econômica, mas ancora-se também na legalidade e na violência física, tendo em vista a legislação da maioria dos países que impede o livre exercício da expressão e comunicação, criminalizando as iniciativas da sociedade civil no uso dos meios de comunicação e a perseguição de movimentos como os de rádios e tvs comunitárias, livres e alternativas. Mesmo não reivindicando legalidade, negando o rótulo de (i)legal, não é possível negar a existência da lei, da coerção, da força, do Estado – que, afinal, não se importa com qualquer concepção de quem a lei quer calar.

A supremacia militar estadunidense e o discurso da dominação mundial pela força, recorrendo cada vez mais à violência para manter uma ordem mundial injusta e desigual, também demonstra a incapacidade dessa lógica em sustentar-se apenas pelo consentimento.

Assim como é difusa a ideologia dominante e apresenta diversas contradições; são múltiplas as ações de resistência e estratégias de cada grupo social. Para compreender a configuração da

dominação e da resistência é preciso ir além da esfera do trabalho, “transferir o centro da análise das relações de exploração para as relações de dominação da vida social e transcender a esfera do trabalho”. A organização das resistências abarca também aspectos culturais e sociais, envolve a construção de sentidos nas diversas esferas de reprodução da vida.

Nesse universo de sentidos múltiplos, contraditórios, complexos, há uma dificuldade em diferenciar as criações que subvertem, que transformam, que questionam daquelas que, ao contrário, conformam. É comum que se torne artigo de consumo, nicho de mercado, o que foi criado originalmente contestando a lógica do dinheiro. Fazer da tradição, da miséria, da arte, da identidade oportunidade de lucro; vender a rebeldia como moda jovem; vender produtos que exploram animais com imagens de galinhas, perus, porcos felizes; colocar a foto de Che Guevara num biquíni em desfile de luxo. São formas de esvaziar, distorcer sentidos e confundir. São formas de também transformar protestos, de apropriar-se do universo simbólico, das representações de organizações de resistência.

A coerção apresenta-se como legítima, por uma atuação da ideologia dominante capaz de provocar um certo consenso. E o consenso surge como concepções de mundo difusas na sociedade em diversos espaços e com sentidos múltiplos. Tal consenso forma-se não só naquilo nos espaços essenciais de reprodução capitalista, mas nos que contestam.

Referências

ANDERSON, Perry. A batalha das idéias na construção de alternativas. In: BORON, Atilio, (org.), *Nova Hegemonia mundial: Alternativas de mudança e movimentos sociais*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004

CECEÑA, Ana Esther. Hegemonia estadunidense e dominação capitalista. In: CECEÑA, Ana Esther (org.) *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, julho de 2005.



Ilustração 1. Foto Lú Tognon remix: Tininha Llanos

Entre o analógico e o digital: apontamentos sobre suas formas de conhecimento e poder

Henrique Parra

A relação entre um determinado regime de poder e sua visualidade foi longamente examinada por Michel Foucault. O autor investigou os mecanismos através dos quais o poder se constitui, tanto com relação à visibilidade do poder (de quem o exerce) como a visualidade do seu campo de aplicação (do seu exercício, do espaço e dos sujeitos que dela participam).

Em cada regime de dominação esta visualidade se realiza de uma forma específica e sua forma de manifestação é um dos elementos que irá caracterizar as sociedades marcadas pelo poder soberano, pelos dispositivos disciplinares ou pela emergência do biopoder nas sociedades do controle (FOUCAULT, 1993; DELEUZE, 2007; HARDT, NEGRI, 2001). De maneira complementar, conforme analisado por Rogério da Costa Santos, cada regime de dominação se relaciona a uma forma específica de produção e organização do conhecimento na sociedade (SANTOS, 2003).

A visualidade nos dispositivos disciplinares se efetiva segundo o princípio do “panóptico”, ou seja, a partir do exercício de um olhar central de observação que é opaco (não se sabe quem está vigiando) e que esquadrinha geometricamente o espaço de sua aplicação. Aqui, o poder é conjugado à luz, tornando visível aquilo que deve ser controlado (FOUCAULT, 1993;1996).

Como analisado por Rogério da Costa, a esta forma de poder corresponde uma forma de conhecimento que organiza as informações verticalmente e hierarquicamente. Por sua vez, as instituições sociais dentro deste regime estabelecem monopólios sobre o conhecimento que organizam, pois parte da sua eficácia regulatória depende deste controle. Assim, cada informação produzida, bem como o acesso a ela, dependerão de uma localização precisa (SANTOS, 2003). Neste caso, é importante frisar, o poder se exerce sobre o indivíduo, o qual passa a “existir” simultaneamente através deste exercício de produção-transmissão do poder. É através desta localização precisa que ele assume uma identidade e se torna uma unidade particular dentro da sociedade.

As questões de resistência dentro desta forma de poder, portanto, dirão respeito à “polarização entre a opacidade do poder e a transparência dos indivíduos. Lembramos da famosa imagem do panóptico. O poder, devido a sua situação privilegiada, se manteria fora do alcance dos indivíduos, enquanto estes últimos estariam numa situação de constante observação, sendo portanto transparentes aos seus olhos” (SANTOS, 2003: 162).

Com relação às sociedade do controle, para Foucault e Deleuze o surgimento do biopoder implicará numa outra forma de visão que se sobrepõem àquela centralidade do olho do poder disciplinar, pois agora o seu exercício é completamente difuso e não localizável. Não é que as informações deixam de ser produzidas sobre cada indivíduo, mas é que agora elas não são mais produzidas a partir de um ponto específico. Agora, elas são geradas pelas decisões e pelo próprio deslocamento dos indivíduos, a partir das ações diárias de variância mínimas. Ou seja, a partir de uma modulação. Portanto, o que passa a interessar para a obtenção de ganhos de eficiência na economia do poder e da gestão populacional é a análise dos fluxos sociais, permitindo informar e estabelecer padrões de comportamento para o indivíduo (que pode ser reduzido a um perfil) e grupos sociais.

Por sua vez, a esta forma incorpórea de dominação corresponde uma forma de produção de conhecimentos descentralizada e horizontal tornada possível pelas novas possibilidades de comunicação e organização em rede das informações. Há, neste caso, a introdução de uma nova camada de

observação e de sistematização das informações, um novo olhar que não mais se exerce a partir de um ponto de vista único, mas que está em diversos locais e é alimentado por todos os indivíduos da rede. Assim, ao mesmo tempo em que o panóptico se generaliza e se transforma através da proliferação dos recursos de vigilância (as câmeras estão em toda parte), ampliando a interiorização do sentimento do estado de observação permanente, ele se transforma ao se integrar com os recursos eletrônico-digitais de comunicação em tempo real (VIRILIO, 2002).

No que diz respeito às tecnologias de visão, as formas renovadas de visualidade dos dispositivos disciplinares combinadas aos mecanismos de controle adicionam uma outra camada de conhecimento e poder às possibilidades inauguradas pelo “regime imagético indicial” da fotografia.

As primeiras formas de uso profissional da fotografia, bem como os esforços de aceleração no tempo de captura da imagem, estão intimamente ligadas às exigências das ciências médicas e criminais (SOUGEZ, 2001; SAMAIN, 1993; DUBOIS, 1994). Naquele momento, era necessário produzir estudos, documentos, registros com força de “verdade”, e a fotografia, graças ao seu funcionamento “automático”, forneceria o elemento indicial para fundamentar a prova científica. Ao mesmo tempo, no início do século XIX, esses conhecimentos estão se constituindo como instituições verticais e hierárquicas, com campos próprios de saberes, os quais serão fundamentais para o ordenamento e o disciplinamento da vida social, bem como para a formação de certas categorias que serão objeto dessas políticas: o doente mental, o criminoso, o trabalhador, o homossexual, entre outros (FOUCAULT, 1996). Temos, portanto, uma articulação entre o regime imagético indicial, dispositivos disciplinares, estruturas verticalizadas e hierárquicas de conhecimento, com uma forma de gestão Estatal do “passado-presente”¹.

Da maneira correspondente, o surgimento dos meios de comunicação eletrônico-digitais estão intimamente ligados à

¹Aqui, o Estado regula a vida do indivíduo no presente em função dos seus vínculos ou atos passados, enquanto nas sociedades de controle o Estado se caracteriza por uma gestão do “futuro-presente”.

emergência da sociedade do controle e à efetivação do biopoder (na perspectiva foucaultiana) numa escala e intensidade muito maiores. Neste processo, o desenvolvimento dos aparelhos de visão e o permanente impulso de “ver sempre mais” potencializam a aceleração do tempo e a superação das distâncias, modificando nossa relação como o tempo e o espaço. Neste caso, temos uma mutação no regime imagético com a introdução das possibilidades de síntese computacional da imagem, combinada às novas potencialidades que os dispositivos de controle adquirem com os recursos de comunicação em rede em tempo real. Este conjunto, por sua vez, corresponderá a uma forma de produção de conhecimentos descentralizada, horizontal, impessoal e voltada para o estabelecimento de tendências e potencialidades.

Todas essas mudanças, segundo Foucault, integram a emergência do biopoder e marcam a passagem da forma de soberania clássica para a soberania moderna². No entanto, é preciso estar atento às nuances desta caracterização. Pensemos, por exemplo, na diversidade dos arranjos institucionais de cada Nação. Talvez, essa tipificação se aplique de maneira mais apropriada àquelas sociedades onde as formas de regulação social instituíram-se de maneira mais integral através da universalização de um patamar mínimo de reconhecimento jurídico (por exemplo, na realização de uma igualdade fundamental baseada na efetivação dos direitos sociais, civis e políticos). De toda maneira, os referenciais teóricos e empíricos desenvolvidos por diversos autores (Foucault, Agambem, Virno e Murray) fornecem bons recursos interpretativos para os problemas

² Outro autor, como Giorgio Agambem, questiona esta “novidade” do biopoder apresentada por Foucault como específica das novas formas de dominação, pois para Agambem, o biopoder e a capacidade de dispor do estado de exceção são exatamente os elementos que caracterizam o poder soberano desde sua fundação (Agambem, 2002). Apesar das divergências em torno da precisão do conceito, podemos partir daqueles elementos não contraditórios que contribuem para uma descrição dos problemas atuais. Neste sentido, o trabalho de Stuart J. Murray traz importantes contribuições ao analisar as teses de Foucault e de um outro autor, Paolo Virno, que também discute o conceito de biopoder. Insistimos neste detalhamento teórico pois ele será importante mais adiante para tratarmos a freqüente confusão entre a emergência da sociedade de controle e a generalização do princípio do panóptico (MURRAY, 2005; VIRNO, 2004).

que estamos analisando, e que estão presentes (apesar da diversidade de expressões) em diferentes contextos.

Murray, descreve que na soberania moderna o que está no centro das ações do poder é justamente a própria vida. Enquanto nas formas anteriores de dominação o poder decidia sobre o direito de “tirar a vida ou deixar viver”, hoje ele se caracteriza pela capacidade de “fazer a vida e deixar morrer”. Isso é obtido através de um Estado que busca o máximo de controle sobre a vida, objetivando maximizá-la. Para isso, a vida precisa ser produzida e observada através de um sistema de indexação e modulação. Nas formas tradicionais de soberania, ao contrário, o indivíduo existe como ser, portanto, a vida pré-existe ao poder. Assim, na soberania moderna o indivíduo se transforma numa unidade biológica da população, ou seja, uma unidade biopolítica que precisa ser regulada (MURRAY, 2005).

Para que isso se efetive será exigido uma nova sofisticação nos aparelhos de monitoramento e vigilância. Como veremos adiante, não se trata da generalização das condições de vigilância e de uma relativa universalização da experiência de vigiar e ser vigiado. As câmeras estão presentes em muitos lugares e os circuitos de vigilância visual adentram a vida doméstica. Ademais, há uma certa inversão do processo de vigilância na medida em que muitas pessoas se utilizam desses recursos para realizar um desejo de auto-exposição, não só permitindo a vigilância mas tornando-a uma experiência que instala um novo modo de subjetivação. Já estão bastante difundidas na internet experiências que revelam um certo desejo de mostraçã, um colocar-se em evidência que afirma, inclusive, a banalidade da vida. Espaços onde a intimidade é escavada e mostrada, requisitando o olhar do outro como parte dos mecanismos de produção da subjetividade e de formação identitária.

Algumas produções de coletivos de artistas brasileiros têm trabalhado com a temática da vigilância, combinando ações de intervenção no espaço público e privado que são registradas (fotografia e vídeo) e posteriormente mediatizadas através da internet (<http://atitude-suspeita.blogspot.com/>). Outros, já integram a intervenção “concreta” aos recursos digitais de transmissão em tempo real, tornando a mediação no ciberespaço parte da própria experiência (www.manifesto21.com.br).

O projeto Atitude Suspeita, idealizado pelos grupos “Esqueleto Coletivo” (<http://www.esqueleto.tk/>) e “Experiência Imersiva Ambiental (EIA)” (<http://mapeia.blogspot.com/>) em 2006, reuniu um conjunto de intervenções realizadas simultaneamente diante das câmeras de vigilância instaladas pela prefeitura no centro da cidade de São Paulo

Participe da ação **ATITUDE SUSPEITA**

Nesta **quarta-feira**, dia **06/12**

Encontro às **11h30**, na escadaria do Teatro Municipal – Centro / SP

Realização das ações às **13h00**



Se você não teve tempo de preparar sua ação, poderá participar das atividades já programadas, é só aparecer!

SUA LIBERDADE É VIGIADA!

Pratique você também uma Atitude Suspeita

<http://atitude-suspeita.blogspot.com/>

EIA - Experiência Imersiva Ambiental
<http://mapeia.blogspot.com/>

Esqueleto Coletivo
<http://esqueleto.tk/>

Il. 1: Convite eletrônico produzido pelo Esqueleto Coletivo.
Fonte: <http://atitude-suspeita.blogspot.com>

As ações, bastante diversas em suas propostas, estratégias e resultados, problematizavam, em sua maioria, o tema da vigilância segundo as seguintes abordagens: direito à privacidade, quando interrogam a vigilância permanente de todos os espaços da vida e seu impacto repressivo sobre a livre manifestação e circulação; transparência e legitimidade do poder, quando questionam “quem é que vigia” e “para qual finalidade”; ações de controle, quando

discutem a produção de “perfis” e o estabelecimento de padrões de comportamento, por exemplo, em torno da idéia da “atitude suspeita”.



Il. 2 – Fotomontagem sobre de câmeras de vigilância no centro de São Paulo, produzida por Esqueleto Coletivo.
Fonte: <http://atitude-suspeita.blogspot.com>

Outra iniciativa interessante é o Manifesto21, idealizado pela dupla “mm não é confete” (www.manifesto21.com.br). Neste caso, o projeto adiciona à problemática da vigilância a dimensão da espetacularização. Na atual versão do projeto as artistas realizam uma performance-intervenção na rua a partir de um “carrinho de camelô”, inspirado nos carros de mão dos trabalhadores informais de rua. O carro é munido de equipamentos de som, câmeras de vídeo, monitores para a visualização *in loco* das gravações, computadores conectados para o processamento da imagem digital e sua imediata transmissão sem-fio através da conexão com celulares. Através deste circuito, as imagens entram no ciberespaço e podem ser assistidas no site do projeto. As pessoas na rua são convidadas a manifestarem sua opinião

sobre qualquer tema diante da câmera e do microfone. Ao mesmo tempo que o vídeo é transmitido para a internet ele é exibido numa tela do carrinho e a voz do narrador é amplificada através dos auto-falantes. Nesta performance, intitulada “Performances Panópticas – work in progress” (ou a elaboração de um manifesto multimidiático: o ‘Manifesto Panóptico’)” as autoras discutem não apenas a questão da vigilância, mas sobretudo a sua espetacularização acelerada. Como o próprio texto do projeto explica (consulte o site: <http://www.manifesto21.com.br>), ao invés dos 15 minutos de fama promulgado por Andy Warhol nos anos 60, hoje este tempo estaria reduzida a 5 segundos.



Il. 3: Manifeste-se [todo mundo artista]. Imagem da performance disponível no site: <http://www.manifesto21.com.br/manifestese2007>

Em ambas as iniciativas podemos perceber como elemento central das ações de intervenção o problema da “vigilância”, expresso na generalização do princípio do panóptico. Há, no entanto, uma outra problematização que surge marginalmente nos trabalhos, evidenciando a emergência de mecanismos mais complexos. Neste sentido, enquanto as ações de vigilância tem como “alvo” o indivíduo, a idéia de produção e identificação de uma “atitude suspeita” é revelador do funcionamento dos novos dispositivos de controle. Estes, funcionarão através da criação de padrões de movimentação e

comportamento, deixando de ver o indivíduo A ou B para observar a massa e identificar o comportamento A' ou B'. Para isso, além das câmeras de vigilância é necessário que o registro visual esteja integrado a um sistema de monitoramento em tempo-real (portanto a introdução da mediação cibernética) para que as imagens possam ser registradas e analisadas imediatamente.

As informações acumuladas, graças aos bancos de dados integrados, tornam-se disponíveis para análise e para a identificação posterior de padrões desejados ou indesejados. A partir dessas informações produz-se um conhecimento que permite ações de caráter preventivo e não mais punitivas (que ocorrem posteriormente ao delito). Com isso, torna-se possível regular as ações a partir da indexação das variáveis observadas na massa, gerando ganhos de eficiência para a economia do poder. São essas as mudanças que marcam o encapsulamento do princípio do panóptico pela lógica do controle.

Do ponto de vista das tecnologias de visão, enquanto a fotografia analógica, no seu uso documental-indicial, fixava a identidade do sujeito através do registro de sua face (inspirada nos estudos da fisiognomia) e portanto, sendo uma imagem do “presente” que analisa/julga o percurso anterior deste sujeito; a imagem digital, no contexto de vigilância, dirige-se prioritariamente para o estudo do comportamento da multidão, objetivando estabelecer padrões no tempo presente, mas apontando para a possibilidade de ações no “futuro”.

O projeto “Atitude Suspeita” disponibiliza no seu *site-blog* algumas entrevistas, reportagens e documentos relativos à implementação das câmeras de segurança no centro da cidade. Em uma das reportagem do jornal Folha de São Paulo, diversos gestores municipais comentam as vantagens da utilização das câmeras no combate ao crime e na repressão ao comércio informal:

Um dos principais objetivos dos subprefeitos com a expansão das câmeras de monitoramento nos bairros é controlar a presença de camelôs irregulares, como um "rapa eletrônico".

"É muito mais eficiente do que uma operação que mobiliza muitos homens. Já fizemos dezenas de operações de controle do comércio informal, mas volta tudo", afirma Eduardo Odloak, subprefeito da Moóca, uma das que já formalizaram seu interesse pelo projeto.³

No entanto, quando o Secretário Municipal da Assistência Social da Prefeitura de São Paulo (gestão 2005-2008), Floriano Pesaro discorre sobre o tema podemos compreender a dimensão efetivamente biopolítica deste mecanismo:

De acordo com o secretário de Assistência Social, Floriano Pesaro, a idéia de instalar os equipamentos surgiu com viés policial mas também servirá para agilizar o atendimento a moradores de rua.

"A história começou pelo viés policial. Percebemos mais uma utilidade social, que não tinha sido pensada, para identificar pontos de concentração dessa população, como eles se deslocam, quem os alicia." Essa pretensão já tem influenciado os futuros pontos de escolha das câmeras - como no Glicério e nas proximidades de viadutos da 23 de Maio, onde muitos acabam se instalando (idem).

O exemplo não poderia ser mais precioso. Neste caso, temos a combinação da racionalidade policial aplicada à ação social; a busca de ganhos de eficiência (quantidade e agilidade) da economia do controle; mapeamento e análise dos comportamentos dos grupos (e não apenas a observação individual); definição de uma categoria alvo da medida repressiva; introdução de estratégias preventivas (e não mais punitivas) que visam diretamente o perfil considerado indesejado como, por exemplo, na definição dos locais futuros de instalação das

³ Matéria publicada na Folha de S. Paulo, do dia 15 de novembro de 2006, reproduzida no site: http://atitude-suspeita.blogspot.com/2006/11/novo-sistema-ir-criar-o-rapa-eletrnico_16.html

câmeras de vigilância. No caso dos baixos de viadutos da região central da cidade, os mecanismos de vigilância vieram acompanhados de uma “arquitetura da exclusão”, como as chamadas “rampas antimendigos” instaladas sob alguns viadutos objetivando impedir que os moradores de rua durmam nos locais. Não a toa, diversas entidades de defesa dos direitos humanos denunciaram as ações desta gestão municipal⁴ batizando-a de “higienista”

A combinação dos recursos visuais eletrônico-digitais com os sistemas de comunicação em rede relacionam-se, portanto, a modificações no regime de visibilidade e do poder. Tais transformações também apontam para outras mudanças mais sutis que estão sendo gestadas tanto nos aparatos jurídicos como na própria definição da função estatal. Portanto, parece-nos que as mutações do regime imagético introduzidas pelas tecnologias digitais se relacionam, no plano macro-social, às transformações do Estado disciplinar e do controle

A fotografia e o vídeo digital, graças à convergência tecnológica, podem ser integrados a sistemas remotos de monitoramento em tempo-real. A possibilidade da transmissão e do registro permanente com o suporte digital são fatores que alteram o regime de vigilância introduzido pelo suporte analógico da fotografia tradicional. Assim, registros visuais podem ser facilmente reunidos

⁴ Prefeito José Serra, gestão 2005-2008. Matérias que tratam da rampa antimendigo:

- Entidade vai à Justiça contra rampa antimendigo:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u116421.shtml>

- Avenida Paulista terá rampa "antimendigo"

<http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI678674-EI306,00.html>

- Fotos da rampa "anti-mendigo":

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/10/331311.shtml>

- Serra põe rampa antimendigo na Paulista

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u113368.shtml>

- Artistas transformam rampa antimendigo da Paulista em "casa"

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u61853.shtml>

através de redes descentralizadas de captura imagética, analisados e sistematizados. Paralelamente, de forma integrada ao registro visual, temos a criação de grandes bancos de dados através do cruzamento de informações de origens distintas. Esta possibilidade do arquivo infinito realiza-se pela cruzamento de informações eletrônicas de natureza diversas, como transações bancárias, telefônicas, perfis de sites-web, etc. Com base neste conjunto de informações é possível criar perfis com padrões específicos: consumidores das classes A,B,C,D,E; viajantes esporádicos; eleitores fiéis, bem como delinquentes potenciais.

Ora, o que está em jogo na elaboração de um perfil não é apenas a produção de um conhecimento a partir de um padrão de comportamento construído analiticamente, mas sobretudo a produção de um conhecimento que aponta para a possibilidade de uma atitude futura. Assim, um fator central que caracteriza os dispositivos de controle é o fato deles estarem direcionados para o futuro. São, portanto, aparelhos que atuam no presente visando regular um universo de tendências indeterminadas (o virtual), objetivando reduzi-las a um conjunto de atitudes potenciais (possibilidades pré-determinadas).

O problema ganha outra dimensão quando este tipo de controle passa a se infiltrar e constituir os aparelhos estatais. As políticas públicas criam, certamente, um ambiente mais ou menos favoráveis ao florescimento de atitudes consideradas socialmente desejadas. Um exemplo disso é quando temos campanhas publicitárias governamentais na área da saúde direcionadas a um determinado grupo social tido como potencialmente mais vulnerável ao problema que deve ser atacado. Assim, com uma intervenção comunicacional objetiva-se uma mudança de atitude em direção a um comportamento tido como mais desejado. No sistema educacional, a construção de perfis de estudantes permite identificar e construir tanto o estudante que terá mais chances de cumprir o percurso “ideal”, como aquele que está fadado ao fracasso. Em ambos os exemplos temos ações de gestão biopolítica que serão concebidas para cada um dos casos.

No entanto, também podemos vislumbrar situações mais delicadas quando a construção de perfis se relaciona às ações de vigilância com impactos diretos sobre o sistema judiciário. A ação

disciplinar é sempre aplicada a alguém que rompe o contrato, a regra. Ela se realiza posteriormente e, através de uma ação punitiva, espera coibir a repetição daquela transgressão. Portanto, ela se efetiva no presente sobre uma ação ocorrida no passado. Para haver uma condenação é necessário que haja uma prova, uma evidência confirmando que “algo aconteceu”. É bem conhecida aquela máxima que diz “sem corpo, não houve morte”. Na área criminal utiliza-se frequentemente o termo “materialidade da prova”

É interessante observar, no nosso caso, a relação entre a técnica fotográfica e o argumento de objetividade. O olhar, dada a centralidade que ele ocupa como produtor de conhecimento no pensamento ocidental, é um dos fundamentos que dá força ao testemunho num julgamento. A testemunha ocular, que “viu” e “esteve lá”, adiciona à potência do olhar a palavra, expressão da organização do pensamento, da lógica e da racionalidade. É curioso, ou melhor, é paradoxal, do ponto de vista da teoria do direito, que o testemunho ocular seja tomado como evidência objetiva de um crime, quando este depoimento está apoiado na manifestação mais subjetiva possível: o relato visual-oral de um sujeito. É por isso, talvez, que outras evidências ou especialistas com legitimidade reconhecida sobre o monopólio de um saber específico sejam frequentemente convocados para se construir um argumento ou prova mais objetiva.

Dentre esses recursos, a fotografia ocupou historicamente um lugar central. Uma das razões para isso é que ela incorpora o mito da neutralidade da técnica, como se pudesse fornecer, automaticamente, um registro “objetivo” do mundo real. Enquanto fotografia analógica (com filme ou outra superfície física com emulsão química fotossensível) o registro fotográfico se apresenta como uma imagem do “isso foi” ou “isso aconteceu” (BARTHES, 1984-A). Uma espécie de testemunho, de evidência do “eu estive lá, eu vi”. Portanto, a partir de um momento em que esta imagem é acolhida e contextualizada pelo discurso de um especialista que irá regular ou estabilizar a polifonia dos sentidos contidos na imagem, ela adquire o caráter de prova ou documento. Sabemos, no entanto, dos diversos fatores constitutivos do próprio aparelho fotográfico, bem como da linguagem fotográfica que submetem essa objetividade a uma questão de interpretação.

Neste brevíssimo percurso, procuramos estabelecer uma possível relação entre o regime imagético indicial (da fotografia analógica) com o regime disciplinar de poder. Ambos estão “voltados” para o passado (“isso aconteceu”) e se baseiam em regimes semelhantes de construção de conhecimentos: monopólio de saber, centralizado e hierárquico, que corresponde à geometria do olhar do ponto de fuga único.

Mas, quais as especificidades adquiridas pela imagem eletrônica-digital sob o regime de uma sociedade do controle? A imagem fotográfica ou videográfica digital (deixemos de lado, por hora, a imagem digital gerada através da computação gráfica), quando combinada às redes de comunicação em tempo-real vira, um importante recurso para a produção de informações visuais, contribuindo para o estudo dos fluxos e para a construção de perfis. Ela permite associar um determinado padrão de comportamento a uma manifestação visual. Por exemplo, o sujeito visualizado no monitor de um circuito interno de segurança pode ser qualificado como aquele de “atitude suspeita”, dependendo do seu comportamento. Ou seja, o registro atual aponta para a possibilidade de uma ação que pode ou não acontecer no futuro.

O fato é que, com as possibilidades de registro visual ampliado (não podemos nos esquecer dos ganhos de eficiência econômica propiciados pela imagem digital, com o aumento exponencial na produção, circulação e armazenamento das imagens), somado ao cruzamento de bancos de dados cada vez mais integrados, alguns perfis de comportamentos “potenciais” começam a se tornar “realidade” antes mesmo de existir qualquer ação desviante realizada. Por exemplo, no caso da identificação de determinadas características físicas à propensão ao crime. Tomemos um caso recente de repercussão internacional, como a morte do brasileiro Jean Charles pela polícia londrina ao ser confundido com um terrorista. Neste caso, se poderia interpretar que sua morte não foi um acidente, mas o desdobramento esperado de uma ação preventiva de um estado policial. Segundo a construção política dos perfis de atitudes que informam “perigo”, “ameaça imediata”, os policiais agiram conforme o treinamento. A morte de um inocente, portanto, revelou os mecanismos subjacentes aos dispositivos de controle.

Poderíamos dizer que não há qualquer novidade nessas ações ou na forma de produção dos registros visuais, pois isso retoma uma antiga tradição de se qualificar pessoas e grupos através da sua imagem. As políticas de eugenia, as origens da medicina criminal, da psiquiatria e também os estudos antropológicos do século XIX, apoiavam-se numa certa medida em pressupostos semelhantes. Nestes casos, no determinismo comportamental e na redução do psico-social ao biológico. Porém, seria mais apropriado relacionar essa tradição de pensamento às tensões que hoje estão colocadas para a convergência entre biotecnologia, neurociência, nanotecnologia e cibernética⁵.

Há, no entanto, diferenças fundamentais entre essas duas formas de criação de padrões de comportamento. As possibilidades fornecidas pelas tecnologias digitais de comunicação ampliam e refinam a construção de perfis para além da sua manifestação visual externa. Ainda que a visualidade seja um fator importante, outros tantos dados fornecidos durante a vida de uma pessoa (por onde ela anda, o que ela compra, que livros lê, etc) permitem a criação de perfis muito mais sofisticados e integrados à dinâmica do cotidiano. Mas, a diferença crucial é a maneira como esta forma de produção de conhecimento descentralizada e horizontal (do ponto de vista da captura), que está presente como uma fina rede que recolhe informações dispersas, se articula a uma outra configuração do poder onde inexistente uma centralidade absoluta. Agora, este sistema de controle é construído pela própria vida das pessoas, na sua existência diária, a partir das pequenas escolhas daqueles que participam minimamente de redes info-eletrônica-digitais (sistema bancário, telefonia, internet, etc).

⁵ Conforme analisado por Laymert Garcia dos Santos, a combinação dos estudos genéticos com a cibernética têm criado situações problemáticas de redefinição do próprio limite do que é o Humano (SANTOS, 2005, 2003, 1999). Se por um lado temos uma geração de autores entusiastas dos hibridismos homem-máquina, do trans-humanismo e da geração cyborg, que apontam para uma superação do humano “para fora” (KURZWEIL, 2006); temos também outros autores preocupados com a superação do humano “para dentro”, através da sua redução ao código genético ou, num nível mais profundo, à informação presente em cada gene que pode conter a predisposição a uma determinada manifestação física ou psíquica (MARTINS, 2006).

Toda essa informação, quando sistematizada e colocada a serviço de um poder policial muda a natureza da vigilância. Como aponta Rogério da Costa, se nas sociedades disciplinares a vigilância se caracterizava pelo olhar que localizava, identificava e confinava (cada indivíduo correspondia a uma unidade localizada), nas sociedades do controle a vigilância passa a significar a interceptação, a escuta, a interpretação e a construção da padrões (SANTOS, 2003). Portanto, uma transformação social mais profunda começa a ser gestada quando esses dispositivos de controle funcionam como instrumentos para a legitimação de ações tidas como “preventivas” diante de um “perigo eminente”. Do ponto de vista individual, por exemplo, isso pode significar a sua identificação a um perfil de “criminoso em potencial” a partir da co-relação de uma infinidade de dados dispersos, ainda que cada um deles isoladamente não chegue a configurar uma infração. Do ponto de vista social, por exemplo, isso pode justificar a invasão de um país pela sua proximidade a um perfil “potencialmente terrorista”⁶.

Como aponta Félix Guattari, se por um lado as novas tecnologias de comunicação tem aberto novas possibilidades de reforço da heterogeneidade e da singularização, por outro lado há uma tendência à homogeneização universalizante e reducionista da subjetividade (GUATTARI, 2000). Esta última, é permanentemente tensionada pela infinidade de dispositivos de controle que estimulam os mecanismos de subjetivação identitários, mobilizados em parte por um imaginário do medo e da segurança preventiva, em contraposição aos desejos de criação e de emancipação.

Assim, enquanto o domínio do regime imagético analógico refere-se, em sua origem, a uma forma de conhecimento análoga ao investimento do poder disciplinar - voltada para o indivíduo, fixa, centrada num ponto de vista único e aplicada sobre a relação passado/presente – o domínio do regime imagético digital refere-se a

⁶ Recentemente um projeto de lei, que faz parte de uma diretiva maior da Comunidade Européia, foi aprovado na Alemanha exigindo das empresas telefônicas e dos ISPs (*internet service providers*) que todas as ligações telefônicas (fixos e celulares) e todos os acessos, bem como a navegação na internet sejam registrados e mantidos à disposição da justiça durante um período de seis meses. FONTE: <http://www.vorratsdatenspeicherung.de/content/view/46/1/lang,en/>

uma forma de conhecer análoga aos dispositivos de controle – voltado para a massa/multidão, captura do movimento, descentrado e aplicado sobre a relação presente/futuro. Trata-se, portanto, de um investimento sobre o futuro, sobre o virtual, que se torna possível graças à legitimação alcançada pelos recursos tecnológicos de simulação, capazes de conduzir a nossa imaginação em direção a cenários potenciais criados. Nos aproximamos, assim, do “crime perfeito” descrito por Baudrillard, quando o tempo presente deixa de ser o domínio do espetacular para se tornar o domínio da simulação:

O crime perfeito é o da realização incondicional do mundo pela atualização de todos os dados, pela transformação de todos os nossos atos, de todos os acontecimentos em informação pura – em resumo: a solução final, a resolução antecipada do mundo, por clonagem da realidade e extermínio do real pelo seu duplo (BAUDRILLARD, 1996, apud PINTO, 2005, p. 150).

Referências

- AGAMBEM, Giorgio . *Homo sacer: o poder e a vida nua*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- BARTHES, Roland . *A Câmara Clara*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1984A.
- DELEUZE, Gilles. “Post-scriptum sobre as sociedades de controle”, in *Conversações*, São Paulo: Ed. 34, 2007.
- DILLON, Michael & REID, Julian. Governança Liberal Global: biopolítica, segurança e guerra. *Estudos de Sociologia*, Revista do Prog. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v. 8, n. 1,2, p. 69-99.
- DUBOIS, Philippe. *O Ato Fotográfico*. Campinas: Ed. Papirus, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*, Petrópolis: Vozes, 1996.
- . *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1993.
- GUATTARI, Felix. *Caosmose: um novo paradigma estético*, São Paulo: Editora 34, 2000.

HARDT, Michael, NEGRI, Antonio. *Império*, São Paulo: Record, 2001.

KURZWEIL, Ray, MEYER, Chris. Understanding the Accelerating Rate of Change, *Originally published in* <http://www.kurzweilai.net/articles/art0563.html?printable=1>

KURZWEIL, Ray (2006). *Reinventing Humanity The Future of Human-Machine Intelligence*. Originally published in *The Futurist* March-April 2006. Reprinted on *KurzweilAI.net* February 3. <http://www.kurzweilai.net/articles/art0635.html?printable=1>

MARTINS, Hermínio . “Reflections on the metaphysic of information and the prospects for the human condition”. *Proceedings of the International Congress on Digital Culture and Citizenship*, Madrid 2004, published by the Universidad Autónoma de Madrid, 2006.

MURRAY, Stuart J. (2005). *The Rhetorics of Life and Multitude in Michel Foucault and Paolo Virno*. Disponível em: www.ctheory.net/articles.aspx?id=479

PINTO, José Manuel Figueiredo. “Espaços Efêmeros – Possibilidades virais n' *A Sociedade do Espetáculo*”, *Revista de Comunicação e Linguagens*, Universidade Nova de Lisboa, RCL 34, p. 143-156, 2005.

SAMAIN, Etienne. Entre a Arte, a Ciência e o Delírio: a fotografia médica francesa na segunda metade do século XIX, *Boletim do Centro de Memória UNICAMP*, Campinas, v. 5, n. 10, 1993.

SANTOS, Laymert Garcia dos. *O Futuro do Humano*, Relatório de Pesquisa para a CAPES, 2005.

----- . Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética, São Paulo: Ed.34, 2003.

----- . Tecnologia, perda do humano e crise do sujeito de direito. In PAOLI, M., OLIVEIRA, F. (orgs.) *Os Sentidos da Democracia*, Coleção Zero à Esquerda, São Paulo: Ed. Vozes, 1999.

SANTOS, Rogério da Costa. A Sociedade de Controle. *Revista São Paulo em Perspectiva*, Sao Paulo, v. 17, n. 3, p. 161-167.

SOUGEZougez, Marie-Loup. *História da Fotografia*, Lisboa: Dinalivro, 2001.

VIRILIO, Paul. *A Máquina de Visão*, Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1988.

VIRNO, Paolo. *A Grammar of the Multitude: for an analysis of contemporary forms of life*, Semiotext(e), MIT Press, Disponível em: www.semiotexte.org. Acesso em: 2004

Pontos de Cultura, novas mídias, educação e democracia

Reflexões sobre o contexto de uma mudança estrutural no Brasil

Adriana Veloso Meireles

“[...] clarear caminhos, abrir clareiras, estimular, abrigar. Para fazer uma espécie de ‘do-in’ antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país [...]”¹. Com estas palavras, o Ministro da Cultura Gilberto Gil falou pela primeira vez de um projeto que viria a revolucionar internamente o Ministério da Cultura (MinC).

Desde a extinção da Embrafilme, em 1990, pelo governo de Fernando Collor, o MinC praticamente só tinha como atividade a aprovação de projetos da Lei Rouanet, de incentivo fiscal à cultura.

Há tempos não se via uma política pública de cultura. Em pouco menos de cinco anos a “massagem antropológica”, citada pelo Ministro Gil em seu discurso de posse, agitou vários corpos culturais no Brasil. Os resultados apenas começam a ser vistos.

Segundo mandato do governo Lula. Crise política gerada pela

¹ GIL, Gilberto. Em seu discurso de posse como Ministro da Cultura em 03 de Janeiro de 2003. Disponível em <http://www.sintufsc.ufsc.br/noticias_2003/0101_discurso.htm>. Acessado em: 13/09/07.

mídia sem limites que pauta a agenda política do congresso, da boca do povo e vai aos poucos construindo uma realidade artificial com base em valores simbólicos reproduzidos por marcas na sociedade de consumo. Em meio a isso tudo, uma revolução silenciosa coloca novos rizomas na rede e cada um destes é um produtor, consumidor e difusor de produtos culturais.

As *lan houses* se multiplicaram, a conexão a cabo ficou mais barata e antenas foram distribuídas. O Brasil apenas começou a se bandalargar e já vê a Rede Mocambos, a Rede dos Cineclubes, dos Pontos produtores de audiovisual, dos Pontos de Capoeira, entre inúmeros outros projetos de documentação de manifestações culturais locais “brasileiras”, ou regionais, como Coco de Umbigada, Circos, Ciganos, Cavalos Marinho, Congado, e muitos outros e diversos batuques.

Toda esta diversidade exótica² da contemporaneidade encontra na mídia da Internet, cuja principal diferença com relação a outros meios de comunicação é que nela ainda não existe uma oligarquia dominante exercendo seu poder verticalmente, possibilidades de construir e trocar outras simbologias e realidades.

Antes de prosseguir, é importante ressaltar como a Internet chega ao Brasil para compreender seu potencial como catalisador da expansão de práticas colaborativas.

A política econômica da ditadura militar criou uma “política de reserva de mercado para o setor de informática [...] implicou no atraso da modernização tecnológica do país” (SORJ, 2000, p.18). A abertura econômica só viria a partir da posse do presidente Fernando Collor, em 90. Sendo assim, a classe média, que poderia ter acesso à Internet já na década de 80, só começa a se inserir nesta tecnologia na era Collor. É interessante observar que a Internet surge como uma tecnologia militar estadunidense e os motivos pelos quais os militares seguraram a entrada da Internet no Brasil em especial - pois ela chegou antes a outros países da América Latina, como no Peru, que já na década de 80 tinha *lan houses* espalhadas por toda capital Lima - é uma reflexão sobre a constituição do estado democrático brasileiro.

² FEATHERSTONE, Mike. Disponível em http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_32/rbcs32_07.htm. Acesso em: 07 de julho de 2007.

Assistimos eleições altamente influenciadas pelos meios de comunicação de massa. E o grande salto democrático da engessada esquerda brasileira está sendo definitivamente esta descentralização dos meios de produção cultural realizada pelo Ministério da Cultura.

A Ação Cultura Digital se constituiu em um primeiro momento de ativistas de mídia, seja ela a Internet, o rádio, a intervenção urbana, o vídeo ou a música. Pessoas em sua maioria da classe média urbana de grandes capitais brasileiras, que se encontram, em São Paulo, entre 2002 e 2004 e realizam atividades conjuntas como grupos distintos, mas com uma ideologia com muitas características da cibercultura.

Os brasileiros somente foram constituir amplas redes sociais na Internet no final da década de 90 e esta organização social em novos moldes só foi ter impacto nas outras mídias a partir do novo século. A invasão dos brasileiros em sites como o Fotolog ou o próprio Orkut é um exemplo de como a população anseia por novas mídias em que podem se comunicar e gerar conteúdo. Nos últimos anos, quantos blogueiros não ficaram famosos e ganharam programas de TV ou a publicação de livros?

Gente que até então dificilmente seria absorvido pelos meios de comunicação de massa, mas que hoje influenciam outras mídias a partir da Internet e do Governo. Jovens que cresceram assistindo a Rede Globo de Televisão e que a partir da virada do século conheceram mais a fundo a Internet, onde começaram a conversar, publicar e se organizar. Porque jovem quer sempre mudar o *status quo*, questionar e ser um pouco adolescente de novo, até cair na real de que é preciso ter uma base teórica e prática para sustentar sua argumentação. Um dos consensos talvez fosse a descrença absoluta no governo, no projeto de estado Brasil e que a mídia poderia ser uma ferramenta muito útil para a transformação de realidades locais em uma democracia mais direta.

Acontece que no projeto de estado brasileiro, desde a década de 30, as concessões de rádio e de televisão priorizaram o sistema privado. Além disso, a ausência de restrições efetivas à propriedade cruzada ajuda para que a mídia esteja concentrada em poucas mãos. Uma vez que está voltada para o mercado, a mídia não pode exercer o papel de espaço público da modernidade. “A mídia não é mais

produzida pelas necessidades políticas do público, mas pelas necessidades de mercado. O público é que é agora produzido para então ser vendido aos anunciantes” (BUCCI, 2001, p. 171). Ou seja, a mídia não somente deixa de ser o espaço público da modernidade como passa a ser a principal vitrine do capitalismo. A mídia de massa, ao deixar de exercer um papel político para ser uma figura mercadológica, altera também a esfera pública do poder, pois se, idealmente, os meios deveriam monitorar a política, agora “os conglomerados da mídia concentram tanto dinheiro quanto os bancos” (BUCCI, 2001, p. 167). No Brasil, as concessões de rádio e de televisão, com duração de 15 anos, são decididas no Congresso, onde boa parte das famílias oligárquicas detentoras das concessões estão representadas por Deputados e/ou Senadores.

A televisão digital brasileira foi decidida nestes mesmos moldes, por um Ministério das Comunicações, que fecha rádios com a polícia à mando da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), cujo Ministro é ex-funcionário da Rede Globo. Parece que a televisão digital brasileira, comandada principalmente pelo setor comercial, já que o governo petista, perseguido pela mídia e amedrontado por seu poder, não pode barrar as definições que interessavam à oligarquia, vai seguir o modelo “do conteúdo médio da imprensa mundial, que mantém uma profunda coerência com valores hegemônicos e mais que isso, com o discurso dominante” (BUCCI, 2001, p. 183).

Estas afirmações são de extrema relevância para a abordagem da necessidade de uma diversidade de produções midiáticas, jornalísticas, de entretenimento, estéticas e experimentais no Brasil. A Rede Globo de Televisão não mostra a realidade brasileira, mas uma realidade espetacularizada de estereótipos. E não é à toa que o Ministro da Cultura Gilberto Gil tem se intrometido tanto no assunto.

Em paralelo à toda esta macropolítica alguns daqueles jovens, que viram o Ministro em 2003 na abertura do Mídia Tática Brasil, atuaram dentro do governo na Ação Cultura Digital cuja função parecia ser, de fato, balançar alguns paradigmas, ou em linguagem mais direta 'causar'.

A Cultura Digital, uma representatividade governamental da cibercultura, atua dentro do Programa Cultura Viva como ação transversal que questiona, conceitua e redefine alguns conceitos. A

generosidade intelectual, por exemplo, encontra na cultura popular e regional semelhanças nítidas como a contação de histórias e o ensino de habilidades musicais, artísticas e religiosas. O software livre na cozinha das casas brasileiras é tradição, pois misturar ingredientes é a raiz da culinária regional. Por todos estes motivos a intercessão da ação Cultura Digital com os Pontos de Cultura ocorre de forma orgânica. Se de um lado aprendia-se a editar vídeo, de outro, aprendia-se a comer açaí com farinha e peixe.

A Cultura Digital não é somente a troca de conhecimentos brutos e inadaptáveis, mas um absurdo antropofágico, uma deglutição de conhecimentos, de uma país que está mais do que acostumado à mestiçagem. Das oficinas, contatos e trocas de idéias nascem elementos híbridos, como computadores grafitados, computambores (tambores digitais) e projetos de linux em línguas indígenas. A perspectiva é sempre da troca, não da inclusão ou de salvamento. Na verdade, o termo “inclusão digital” não é o mais adequado para se tratar do tema da inclusão e exclusão. Castells (2003) fala de divisão digital, do original em inglês, ‘*digital divide*’, que analisa como a difusão da Internet ocorre de maneira desigual ao redor do globo, resultando em iniquidade de acesso, distribuição e utilização de tecnologias da informação. Esta também é a perspectiva da Cultura Digital, ou seja, compartilhar redes livres para diminuir a desigualdade.

Isto ocorre justamente por conta da metodologia de trabalho aplicada por boa parte da equipe da Cultura Digital, uma pedagogia da autonomia³, uma educação libertária, em que o conhecimento não é hierarquizado ou tampouco dividido em áreas, mas é absorvido de forma orgânica por todos envolvidos no processo. Assim, a cultura digital plantou mudas, regadas nos quatro cantos do país, de consciência e auto estima de que é possível produzir sua própria mídia, de que de forma profissional cada comunidade pode documentar suas manifestações culturais. Todo este burburinho multicultural já se encontra na Internet questionando esta democracia ilusória construída pelos meios de comunicação de massa por meio da bandeira da “democratização dos meios de comunicação”.

³ Referência ao livro de Paulo Freire intitulado de Pedagogia da Autonomia.

Para mostrar a diversidade brasileira, é necessário que os meios de produção sejam descentralizados para absorver novos agentes político culturais. É preciso que estes agentes tornem-se produtores de conteúdo já que “a mídia se transformou ela própria em importante ator político”(LIMA, 2006, p. 59). Para que exista de fato uma democracia no país, é preciso que a mídia, cujo “poder (...)único de produzir e distribuir capital simbólico” (LIMA, 2006, p. 59) seja democratizada, já que ela é a principal construtora da realidade e das pautas políticas nacionais. Ou seja, há uma necessidade iminente de democratização dos meios de comunicação para que o processo democrático, que está totalmente influenciado pela mídia e pela política, não sofra tanta interferência das oligarquias detentoras dos meios. Para que a comunicação seja de fato democratizada é preciso que a mídia seja apropriada por cada comunidade brasileira e que elas construam seu discurso político e ou reproduzam suas realidades sociais para outros. A democratização da comunicação significa dar acesso as ferramentas de produção, a pesquisa em hardwares e softwares livres⁴ com vistas a gerar um novo processo simbólico de construção de conhecimento e cultura compartilhada dentro de um projeto de estado nação inexistente.

Justamente por isso, o kit multimídia em software livre e com suporte para sua apropriação oferecido pelo Ministério da Cultura aos Pontos de Cultura é chamado de a célula revolucionária do século XXI⁵.

Referências

- BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. Companhia das Letras, 2001.
- CASTELLS, Manuel. *A galáxia da Internet: Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. 1.^a ed. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor, 2001.
- FREIRE, Paulo. *A pedagogia da autonomia*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.
- GIL, Gilberto. Em seu discurso de posse como Ministro da Cultura em 03

⁴ Softwares livres são aqueles cujo código fonte é aberto permitindo a pesquisa, modificação e distribuição.

⁵ Referência à fala de Cláudio Prado .

de Janeiro de 2003. Disponível em
http://www.sintufsc.ufsc.br/noticias_2003/0101_discurso.htm. Acesso em:
13 de setembro de 2007.

LIMA, Venício de. *Mídia: Crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Editora
Fundação Perseu Abramo, 2006.

SORJ, Bernardo. *A Nova Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,
2000.



Ilustração 2. Foto Thais Brito remix: Tininha Llanos

Anotações do balcão do Sr. Didi

José Balbino / Ricardo Ruiz

Verão 2008

Num momento onde a tecnologia oferece cada vez mais canais possíveis para a comunicação e viabiliza outros processos de aprendizagem – mudança do paradigma hipodérmico, ampliação dos *interlocutors* – a compreensão *mcluhanística* dos meios (tecnologia) entra em conflito com os processos de transmissão de conhecimento presentes em comunidades alicerces da cultura brasileira por deslocar do indivíduo a importância máxima do processo de conhecimento-resistência.

O único meio de preservação das práticas das comunidades arrancadas da África ao tempo da escravidão no Brasil foi a transmissão oral desses conhecimentos. Naquele momento, o homem branco não convidava o negro africano a construir uma nação brasileira, mas o destituía de seu cotidiano e propriedade e o submetia a uma viagem em condições absurdas rumo a uma vida de violência e escravidão.

Sem o direito de carregar sua história em objetos ou registros outros, a tradição africana foi transmitida oralmente nas casas dos

negros, em suas famílias. Assim, foram retomados os cultos, já transformados pelo contato entre etnias que, na África, não mantinham esse mesmo contato direto. O hibridismo cultural e religioso proporcionou o surgimento de cultos diversos, influenciados obviamente pela referência africana (escravos de determinadas regiões cultuavam divindades específicas), mas a prática de transmissão de conhecimento seguia a mesma linha em todas essas expressões – oral.

Nas religiões de matriz africana presentes no Brasil a documentação da tradição por vezes foi rejeitada como instrumento de aprendizado. A vivência no terreiro, o entendimento da divindade (nkise), e a compreensão da relação familiar ainda são os elementos fundamentais de pesquisa e iniciação no rito afro-brasileiro.

Nessas religiões as divindades surgem como ancestrais responsáveis por grandes feitos, e portanto lembrados por representarem a máxima expressão de características de um povo - alcançando o patamar de onde podem intermediar a relação dos homens na terra com o Ser Supremo criador de todas as coisas. O iniciado é justamente aquele responsável por aprender e ensinar, através da expressão oral-cultural no espaço comum. Com o fim da vida do iniciado, o mesmo passa a residir um espaço comum aos ancestrais, e dão continuidade à sua relação com os que na terra ficaram, transformando uma rede familiar numa rede quântica, onde os ancestrais intermediam a relação dos humanos com aquele que é o ser supremo.

Embora, cada família se identifique como Angola-Congo, Angola Muxicongo, etc., existem tradições diferenciadas. Algumas cultuam um nkisi/mukixi que não é cultuado por outras. Algumas têm festas que não são realizadas por outras, mas a essência é a mesma: Nzambi Mpungu ou Suka Kalunga (um dos seus muitos nomes), que mora na Sanzala Kasembe Diá Nazambi (Aldeia encantada de Deus)/Duilo (céu), é o Deus Supremo e criador de todas as coisas. Quando do seu movimento de expansão e de criação, gerou o universo e conseqüentemente o planeta Terra, que foi gerado pela energia e criação dos Nkisis/Mukixis que se manifestam nas diferentes partes da natureza e também regem a natureza humana. Através do culto aos Nkisi/Mukisi, já que Nzambi está acima de qualquer forma existencial e de qualquer

representação e culto, pois é completo em si mesmo, o ser humano consegue o equilíbrio e ascende espiritualmente como iniciado, até que chegue o momento de ir morar nas Aldeias dos Antepassados, onde se mantém vivo. Onde os campos são verdes e os rebanhos fartos. Onde são felizes e mantém o intercâmbio com os mundo dos humanos, que é sua continuidade. Os antepassados, também, são respeitados e invocados como intercessores e intermediários entre os seres humanos e Nzambi. A eles são devidos todo o respeito e toda ação de culto dentro de uma nzo (casa), que deve sempre iniciar com a invocação e homenagens aos antepassados.¹

--

--e as redes promovidas pela industrialização?

-----conflitam com as redes quântico-familiares?

Com a transformação das comunicações foi possível a expansão de redes sociais que, essencialmente, preservavam seus métodos próprios de aprendizado e transmissão do conhecimento. Nesse sentido, o meio acaba por configurar-se como o elemento principal do aprendizado, onde anteriormente figurava a expressão humana e sua vontade como fator de maior importância da relação. A integração de novos instrumentos permitiu o intercâmbio e amenização de distâncias, reconstruindo imaginários agora influenciados por memórias outras. Por um lado, acentua-se a pressão exercida pelo pós-industrialismo em afastar as histórias das pessoas delas mesmas, desterrando o conhecimento como fruto da consciência humana. Por outro, tais culturas ancestrais ainda possuem no discurso oral, no contato corporal, na música, na dança e em rituais coletivos a sua principal maneira de manter as relações quântico-familiares.

¹ Extraído do texto de Francisco Ngungz'tala, na url http://translenza.com.br/orixa/mn_artigoler.php?id=54

--

----e a memória que é carregada nos corpos?

A expressão corporal revela memórias que o cérebro não foi capaz de interpretar completamente. Atualmente a memória corporal é muito relacionada à expressão de traumas, que o corpo revela através de somatizações. No entanto, a história de espaços e pessoas terminam por refletir também em sua expressão corporal que, intrinsecamente carrega reflexos de descendência e influências espaço-temporais para constituição da personalidade.

Partindo da valorização da expressão corpórea da cultura é visível o prejuízo na assimilação intermediada de alguns conhecimentos. A partir de quando a atenção é deslocada da pessoa (imagem, expressão corporal e oralidade) para o meio (tecnologia) - relação incentivada pelos atuais sistemas de poder e controle - o aprendizado termina comprometido e precisa ser adaptado para que não suprima a expressão original do objeto de estudo/aprendizado. Dessa forma, a relação com o corpo arrebenta com os padrões de comportamento impostos pela frívola sociedade pós-industrial. A relação corporal, muito mais que suprimida, é tida como parte de uma experiência sensorial que não se limita ao tato, nem à audição ou à fala. Interessante também é observar a memória dos objetos, advinda do valor de sua significação. Nos terreiros de candomblé, os ngoma - atabaques – são tambores que carregam em sua idade a história de todas as celebrações por que ele passou na casa em que existe, sendo também saudados em todos os rituais.

--

----Lógica industrial e seus objetos

Naturalmente é imposto à maioria dos seres do planeta o sentimento de que todas as suas necessidades são frutos de um processo industrial ou mercantilista. Processos agrícolas milenares são substituídos por corredores de infinitas embalagens de plástico e papel. Energia elétrica é mascarada como unicamente produzida em grandes usinas. Plantas são sintetizadas, devastadas e comercializadas em prateleiras de uma milionária indústria farmacêutica. O ser humano é

tratado e entendido como uma parte ínfima de um processo econômico movido por uma `mão invisível`.

--

--- Resistência: tem milho, tem pipoca

Hoje, o que se percebe é a falência das instituições tais como construídas há milênios. Movimentos de resistência cultural e social como os demonstrados aqui impõe antigas alternativas de convívio humano e crescimento coletivo. A família tal qual como é imposta pelo cristianismo é alegremente sobreposta por relações de construção de afeto e carinho entre pessoas. A monotonia da Arte é substituída pela riqueza da expressão coletiva. O medo e os castigos do além-vida desaparecem entusiasmamente sob a cortina da celebração e da intervenção de nossos ancestrais em nosso destino. O futuro, ao invés de construído artificialmente pelas mentes de poucos, é celebrado como ritual no presente. O corpo não é tido como catedral do pecado, mas como parte integrante – e ínfima – do enorme universo tátil e quântico que nos cerca. O tempo não transcorre como um relativo de dinheiro, mas sim como o momento da experiência vivida. Divindades não são cruéis, inalcançáveis ou mesmo antigos homenageados políticos; muito ao contrário, são expressões lingüísticas e orais de elementos da natureza e da criatura humana. Uma vez divinos, bens naturais como a fauna, a flora e os minerais que constituem os biomas são respeitados como parte integrante de nossas histórias, de nossos corpos, de nossos ancestrais e, portanto, de nossos futuros. Agora em contato com novas tecnologias de comunicação, informação e convívio, essas culturas se mostram, mais uma vez, resistentes ao cruel processo imposto pela sociedade pós-industrial. E nos apontam rumos para mantermos nossos trabalhos.



Ilustração 3. Foto Karla Brunet

Monopólios artificiais sobre bens intangíveis.

Enrique Chaparro

Deste antigamente, desde que somos humanidade, viemos produzindo uma quantidade de bens imateriais, basicamente produzimos socialmente conhecimentos em termos gerais, conhecimento científico técnico, ou de expressão. Nenhum artista pode reivindicar originalidade, cada coisa que criamos está baseada em coisas que outros criaram, toda a expressão científica-técnica, cultural é o resultado de um conjunto de mecanismos de transmissão social.

Este conjunto de conhecimentos transmitiu-se tradicionalmente de forma social. Quase tudo que conhecemos hoje em música provavelmente possa ser rastreado até a África profunda ou a Índia. Se você é algum admirador de blues seguramente recordará que o que hoje conhecemos com blues dos Estados Unidos, originalmente veio da África central, de Mali. Si escutamos aos guitarristas de Mali percebemos que são os melhores “fazedores de blues” do planeta, simplesmente porque isto é uma construção na qual cada um fez uma pequena contribuição marginal e esta soma de pequenas contribuições marginais é a que formou o conhecimento.

Porém, a sociedade capitalista na qual vivemos hoje necessita de uma processo de acumulação originária do capital. Esta

acumulação originária surgiu de expropriar bens comuns, basicamente a propriedade comum agrícola, que passou das mãos do conjunto, das mãos das comunidades que usavam as terras de pasto ou plantio comuns, para a apropriação privada. A justificação filosófica disto é que é economicamente mais eficiente a propriedade privada que a propriedade comum. Termos que estão em discussão desde o século XV em diante, é claro.

O problema que enfrentamos hoje, nesta era de – deixa-me colocar o título provisório de “capitalismo pós-industrial” – é que já não restam bens materiais por apropriar, mas existe uma grande quantidade de coisas que ainda ficaram por apropriar, como são os denominados bens imateriais: o conhecimento, a transmissão destes conhecimentos, as expressões artísticas, as expressões da cultura em geral, se converteram em matéria desejável e apropriável. Assim, assistimos hoje a distintos lados de um mesmo fenômeno de apropriação de bens comuns, a privatização do conhecimento comum. Estas tendências não são novas, são relativamente antigas e nascem de um conjunto de boas intenções.

Até a invenção da imprensa, o livro, o conhecimento refletido nos livros se distribuía de maneira mais ou menos livre mas muito limitada. Não havia nenhum direito de copyright sobre os livros da época dos monges que copiava a mão, mas havia uma ineficiência estrutural em copiar o livro a mão. Um monge de um convento gastava muitos meses para transcrever de um manuscrito a outro. A reprodução do conhecimento era muito lenta, até que na Europa se descobre a imprensa dos tipos móveis, que já se conhecia na China desde o século VII, mas que aparece como fenômeno industrial com Gutenberg na Europa. A partir daí, a situação começou a mudar e já era possível produzir conhecimento mais rapidamente.

Então, assistimos a uma das primeiras transações sociais sobre o conhecimento. Cada qual cedia um pouco e adquiria algo. O conjunto da sociedade cedíamos nosso direito de reproduzir livros livremente, a cambio de permitir uma difusão muito mais rápida. O Estado, por sua vez, aumentava sua capacidade de controle. O rei, o soberano, outorgando ou não um direito a um impressor, melhorava seu poder de censura. Finalmente, os impressores ganhavam dinheiro que podiam reinvestir em termos de imprimir mais material através de

um direito exclusivo, o direito de reproduzir determinados materiais escritos.

Esta transação funcionava mais ou menos bem porque, como sociedade havíamos renunciado o nosso direito de copiar livremente, em realidade, este era um direito não tão realizável como tal, porque para podermos copiar era bastante complexo e, é claro, o alcance relativo destes possíveis beneficiários deste direito era limitado em uma sociedade onde as taxas de analfabetismo eram muito altas. Os que ficavam fora desta primeira etapa eram os autores, que seguiam dependendo da boa vontade dos editores ou mecenas.

Em meados do século XVIII, ocorreu a alguém que garantir aos autores e aos inventores alguma forma de exclusividade relativa por tempo limitado do produto de suas obras ou descobrimentos ou invenções, era uma boa forma de estimular a produção de conhecimento. A constituição dos Estados Unidos, que é o primeiro texto constitucional moderno, e é uma declaração política em si mesma que configura o pensamento liberal de finais do século XVIII, declara que o congresso tem a atribuição de estimular as artes e ciências, concedendo por um tempo limitado certos direitos exclusivos aos autores e inventores.

Esta é a base dos textos constitucionais que temos hoje, inclusive para nossa própria constituição Nacional¹. Os constituintes que trabalharam na Constituição Argentina trabalharam sobre uma versão muito mal traduzida da Constituição dos Estados Unidos, porque omitiram a parte do fomento das artes e ciências, talvez, também, porque havia passado 70 anos desde a Constituição dos Estados Unidos e alguns ventos já haviam mudado.

Contudo, a idéia básica disto era que se damos a autores e inventores algum poder de controle sobre sua obras, então podemos garantir algum estímulo para que produzam mais e fiquem independentes da vontade dos editores, mecenas y governo, podendo assim viver de sua obra. Este é um experimento político-econômico. Como experimento, ao largo do tempo vimos que falhou miseravelmente respeito às intenções declaradas, ao mesmo tempo que tem sido usado com intenções que não eram as originais. Isto é, a

¹ Aqui o autor se refere à constituição da Argentina, seu país de origem.

apropriação deste conjunto de saber, coletivamente construído mas individualmente assinado, que passou para as mãos das grandes corporações.

Quando passem por alguma livraria, façam o exercício que ler as páginas que ninguém lê dos livros: a contra-capa e o verso da primeira página, onde fala de Copyright [algum ano] e vejam que a proporção do copyright atribuía aos editores em comparação com a dos autores é monstruosamente desfavorável aos autores. Ou quando se detenham na capa de um disco, irão ver que o copyright e os direitos de produção não são do artista mas sim da gravadora. De fato, em média, um artista cobra da gravadora mais ou menos entre 3% e 5% do valor de capa do disco.

Esta transação, particularmente a respeito da transmissão escrita de idéias, funcionou mais ou menos bem até a década de 80 porque se necessitava certa capacidade industrial para produzir idéias. Digamos: montar uma imprensa em casa, se é factível, não é simples y é relativamente custoso. Todo este aparato e esta transação social que falamos ao principio, onde todas as partes mais ou menos se beneficiavam com alguma vantagem comparativa, foi-se por água abaixo com a revolução digital.

Agora copiar tem um custo marginal que é quase zero. A capacidade de criar segue sendo limitada à capacidade de criar dos seres humanos, mas a capacidade de reproduzir o conhecimento está ao alcance de todos. Se eu encontro um texto interessante e quero distribuir para meus amigos, eu o copio ao uma mensagem de correio eletrônico e distribuo. Se encontro uma música que quero compartilhar, ou se a envio aos meus amigos ajunta a uma mensagem de correio, ou a coloco na rede para compartilhar música e a distribuo. O custo para mim y para meus amigos é muito perto de zero: o consumo de energia que pode ter o computador, mais alguns elétrons que vão e vêm... A transação se tornou sumariamente desfavorável para nós como sociedade, já que nosso direito original a receber livremente o conhecimento é hoje perfeitamente realizável.

Assim é como agora este desequilíbrio provoca um enorme fracasso em todo o sistema. Mas, além do mais, há de recordar que frear a reprodução de informação digital é proximamente ao tecnicamente impossível. De fato no mundo digital não existe o

conceito de cópia. Uma pessoa reproduz originais já que as cópias são indistinguíveis do original. Diferente do mundo analógico, onde existe uma perda de qualidade entre uma geração de cópia e outro, no mundo digital as cópias são absolutamente indistinguíveis dos originais, já não temos o problema da qualidade, nem sequer problemas de economia de escala na reprodução. Sai mais ou menos o mesmo reproduzir 10 mil exemplares que 10. A transação social que funda a alienação deste direito social a reproduzir o conhecimento terminou, e terminou com fenômenos que vemos todos os dias. Todos baixamos música de algum lado e não consideramos que isto seja um delito grave. Os que consideram que este é um delito grave são os produtores fonográficos, nem sequer são os artistas. Muitos artistas consideram que quanto maior a distribuição melhor porque a maioria dos artistas não ganham dinheiro dos discos mas sim dos recitais, shows e apresentações ao vivo. Os discos são sua fonte de distribuição, mas sua fonte de ingresso tendem a ser as apresentações ao vivo.

Então, quem perde com esta transação? Os que estão ancorados no modelo antigo, os donos dos direitos. Por esta razão, os donos de direitos se colocaram na ponta, de modo que avançaram primeiro em um sentido: o que era originalmente uma transação de tipo comercial, o intercâmbio de um bem por uma certa quantia de dinheiro, passou para a esfera penal. Os detentores dos direitos de autor desequilibraram o poder de coerção do estado para resolver um conflito comercial. Fotocopiar livros ou copiar discos é delito. Já não é mais um problema da esfera do direito civil o do direito comercial, senão que passou de maneira mais ou menos ríspida para a esfera do direito penal.

Além do mais, inventou-se uma nova língua a tais efeitos, o *newspeak* do qual nos falava George Orwell em sua novela “1984”, como por exemplo a palavra “pirataria”. Pirataria, meus amigos, é o ato de roubar navios no mar. Comparar isto com o ato solidário de passar uma canção que eu gosto para um amigo é um ato de propaganda de guerra. A definição de pirataria como tal não é inocente, estão comparando um ato característico de selvagerismo com um comportamento que se converteu em um comportamento usual da sociedade.

Claro, a razão disto é não somente conservar o terreno ganhado em termos de apropriação do conhecimento social, senão, igualmente, ganhar mais terreno, o que implique avançar com a apropriação privada de outras formas de conhecimento que foram tradicionais e sociais. O mais preocupante deste aspecto é a apropriação sobre a vida, sobre a informação genérica, sobre os processos de transformação das sementes. O milho é um exemplo característico disto. Vocês sabem que o milho não existe na natureza, não existe um milho selvagem. O milho é um esforço de bioengenharia que os indígenas da Mesoamérica realizaram durante centenas y milhares de anos, e difundiram livremente de um extremo a outro da América. Invasão colonial mediante, o milho terminou difundindo-se pelo resto do mundo, e é hoje uma das bases alimentares do planeta. Isto foi um trabalho de bioengenharia (não confundir com engenharia genética) que levou muito anos e muitos esforços, e a ninguém lhe ocorreu pagar patentes aos indígenas de Mesoamérica.

Imaginem se os indígenas fossem Monsanto. E claro que Monsanto tampouco esteja disposto a reconhecer-lo. Mas estes processo de apropriação se estendeu primeiro às sementes e agora também a outras formas de vida, formas de vida orgânicas, o que os especialistas da área chamam de biotecnologias verdes e vermelhas, quando se referem a vegetais e animais. Assim, é como está traçada a questão agora em termos de maior apropriação dos bens comuns do conhecimento.

Este processo de apropriação vem associado, igualmente, com extensões cada vez maiores do que os prazos de exclusividade. Recordem que a primeira lei de copyright dos Estados Unidos assinava direitos exclusivos ao autor por 14 anos. Os legisladores daquele país consideravam que 14 anos era um tempo mais que razoável para que o autor tivesse uma remuneração justa pela obra que tinha criado. Progressivamente houveram extensões a 25, 30, 50, 70 ou 90 anos. Quer dizer que a medida que a economia foi se acelerando, e alguém podia esperar que os retornos de benefícios para o autor fossem mais rápidos, os monopólios de exclusividade se tornaram mais longos. Suponho que a Sra. Rowling está mais que bem remunerada pelas vendas de Harry Potter nos dois primeiros anos de edição. Entretanto, seus direitos vão sobreviver durante 70, 80 ou

90 anos. Interessante: se supõe que em economias mais eficientes e retornos mais velozes, os prazos de monopólios deveria ser menores, mas certamente sucedeu o contrário.

Agora, dizemos que por um lado está este novo desequilíbrio entre nossa capacidade social de reproduzir o conhecimento e a avidez das corporações que o controlam ou pretendem controlar. E isto se dá em todos os campos, no campo da expressão artística, da ciência e tecnologia, do desenvolvimento biológico, com dois fenômenos principais e outros acessório.

Os dois fenômenos principais, ao menos os mais conhecidos, são o direito de autor (copyright na legislação dos países de língua inglesa: copyright e direitos de autor não são exatamente o mesmo, mas me permitam que lhes assemelhe por um momento já que suas conseqüências são as mesmas), que se aplica à expressão das idéias, e de patentes. As patentes são outro mecanismo de monopólio temporal que se aplica aos métodos e processos que implementam idéias.

As idéias como tais não são patenteáveis, nem registráveis baixo direito de autor. Enquanto permanecem na cabeça de alguém não são sujeito de nenhum direito porque estão na esfera da intimidade de cada um. Quando as idéias se expressam, a partir do momento de sua primeira fixação – segundo diz a Convenção de Berna – começam a estar sujeitos ao direito de autor. Quando começo a escrever em qualquer parte, adquiero automaticamente direitos sobre tudo aquilo que escrevi.

As patentes são outra classe de sistema que basicamente existe em troca do direito exclusivo da exploração da invenção por um tempo limitado, a publicidade dos detalhes técnicos da invenção. Para patentear algo devo descrever com certo nível de precisão qual é o método e o processo que estou patenteando. Tradicionalmente não se admitiam patentes sobre muitas coisas que se consideravam preexistentes. Por outro lado, as patentes seguem uma série de critérios. Nem tudo é patenteável. Para que uma invenção seja patenteável, primeiro deve ser uma invenção, isto é, algo inventável e não simplesmente um descobrimento; em que ser uma criação nova, com as limitações que falamos antes da criação social do que implica uma nova fronteira certamente difusa; não deve ser óbvia, isto é, para um experto na área de que se trate, a invenção não deve ser possível

de dedução automática do estado anterior de arte e ciência; deve utilizar forças controláveis da natureza, e deve ter aplicação industrial. Estes são os requisitos para a outorga das patentes, requisitos que se degeneraram notavelmente.

Desde a década de 80, e particularmente nos anos 90, surgiu uma tendência dos países centrais de permitir o patenteamento de quase que qualquer coisa. Por exemplo, tradicionalmente, os algoritmos matemáticos não eram sujeito a patente, por razões muito bem fundamentadas. A primeira razão é que um algoritmo matemático não é uma invenção mas sim um descobrimento, a segunda razão é que um algoritmo matemático implica um valor de verdade, por certo, de verdade matemática, que como vocês sabem é bastante relativa porque a matemática é tautológica, só pensa sobre si mesma. Se fossem patenteáveis os algoritmos matemáticos, chegaríamos ao ridículo de ter que pagar regalias por afirmar que $2+2$ é 4. Também não são patenteáveis os elementos preexistentes na natureza, ainda que não tivessem sido descobertos.

Porém, tudo isto se foi nos anos 80 e 90, e hoje se encontram multitudes de patentes ridículas. Para demonstrar as falências do sistema de patentes, em 2000 ou 2001, alguém patenteou um método para deitar-se de lado. Tradicionalmente, o costume tradicional é se deitar de trás para frente, carregando e descarregando o peso. Esta pessoa patenteou o método de carregar alternativamente o peso aos lados para que a cama balance de direita para a esquerda. A patente em questão foi objeto de tanta burla que o ano passado, depois de 4 ou 5 anos, terminou sendo declarada inválida, mas esteve vigente durante vários anos. Em 2000, quando se modificou o sistema de patentes na Austrália, um advogado australiano oposto a reforma apresentou uma solicitação de patente para por algo chamado “dispositivo circular de ajuda à locomoção” – a roda – que com certeza ninguém tinha pensado antes. Na realidade, ainda não lhe concederam. Mas baixo o regime de patentes australiano atual, obtém-se direitos a partir da apresentação, por meio de um mecanismo de reserva. Pode-se ir ao escritório de patentes australiana com a solicitação mais ridícula e se obtém direitos transitórios sobre aquilo que ser propõe, ao menos até que a oficina de patentes o revise.

Com estas pinceladas, mostro o cenário de hoje. Por um lado, a pretensão de uma apropriação de um espaço antes não mercantizado no qual se produz um processo de mercantilização; um processo de exploração do patrimônio comum, como antes foram as terras de pastagem, hoje é com o conhecimento, em benefício de um segundo salto de acumulação da sociedade do capitalismo industrial. Agora, saltamos ao que batizamos provisoriamente de capitalismo pós-industrial, cujas margens de rentabilidade são ultrajantes a respeito da produção de bens.

Permitam-me colocar um exemplo disto. As margens da utilidade da indústria farmacêutica, cada vez que lançam ao mercado um novo medicamento, estão ao redor de 500%. Quer dizer que o custo de produção do medicamento é um quinto ou um sétimo do custo que chega aos consumidores. Vocês me dirão “pacientes”, mas aqui² se criou uma indústria de consumo de medicamentos. Um dado interessante é que a argentina é um dos maiores consumidores per capita de psicotrópicos do planeta, somos uma sociedade movida a Rivotril e Lexotamil, que podem ser adquiridos impunemente na farmácias. É certo que ai está o interesse das corporações farmacêuticas.

No mundo do software passa mais ou menos o mesmo. O programa estrela da corporação Microsoft, seu pacote de escritório, custa ao redor de 15% da utilidade total que gera, que é da ordem de 500%. O curioso é que se alguém analisa os números da indústria farmacêutica e da indústria de software, encontra outras surpreendentes coincidências. Por exemplo, que o maior gasto de ambas as indústrias não está na investigação e desenvolvimento, mas sim no marketing.

E claro, seguimos com as coincidências, a indústria farmacêutica e a indústria de software usam “vetores” para transmitir seu esquema de vendas para a sociedade. Na indústria farmacêutica é o médico, a amostra grátis, pequenos subornos cotidianos tais como presentear uma viagem a Aruba ao médico que mais receita certo medicamento, ou algum outro souvenir como uma lapiseira ou cinzeiro com a marca de um xarope para a tosse.

² Com “aqui” o autor se refere a seu país de origem, a Argentina

A indústria de software aprendeu muito com a indústria farmacêutica e também tem seus vetores. Neste caso usa o sistema educativo como vetor. A generosidade de corporações de software em desenhar planos com o ministério de educação é generosidade para consigo mesmo, é usar o sistema educativo como fator de transmissão para a sociedade, isto é, usar a quem ensina para que transmitam a nossos filhos um sistema de valores onde o processador de textos está associado a uma marca comercial determinada ou uma planilha de cálculo é de uma marca comercial determinada. Como bem diria Carlos Marx, crias um exército industrial de reserva, e o estamos criando com fundos públicos.

Quanto coloca a corporação Microsoft para que ensinamos em nossas escolas a usar o Word? Colocaria 200 mil dólares por ano? Quando coloca? O certo é que o resto colocamos nós, os cidadãos, com nossos impostos. Isto é uma coisa curiosa, das que ocorrem hoje em dia, neste cenário que estamos apenas tratando de desenhar esta manhã. Muito obrigado.

Tradução de Karla Brunet

Este artigo é uma transcrição da palestra de Enrique Chaparro no Seminário *Proibido pensar, propriedade privada / a privatização da vida, do conhecimento e da Cultura*. Transcrição e correções (em espanhol) de Beatriz Busaniche.

Original em espanhol sob licença GNU / Free Documentation License. URL: <http://www.vialibre.org.ar/mabi/introduccion.htm>



Ilustração 4. Foto Tininha Llantos

Por que não falamos de Propriedade Intelectual?

Beatriz Busaniche

Propriedade Intelectual

A expressão “Propriedade Intelectual” se popularizou para nomear uma série de marcos jurídicos que regulam monopólios artificiais sobre expressões de idéias, marcas, denominações de origem, e várias outras coisas que natureza díspare. Assim, esta expressão pretende resumir, sob um mesmo rótulo, mecanismos jurídicos de natureza diferente que dificilmente poderiam ser assimiláveis entre si, e muito menos ao conceito de “propriedade”.

Dada a natureza imaterial, intangível e não rival dos bens de que tratamos aqui, é difícil aplicar-lhes o conceito de propriedade tal como se aplica a bens tangíveis e imateriais de natureza rival. A base da questão se resume no velho dito de que “se tenho uma maçã e te dou, deixo de ter a maçã, enquanto que se tenho uma idéia e a compartilho contigo, os dois a temos sem prejuízo para nenhum dos dois”. A isto nos referimos quando falamos de bens não rivais: a bens que podem ser compartilhados sem que se consumam ou se esgotem.

É por isso que falamos de certos direitos, geralmente monopólios, outorgados de forma artificial por um Estado ou por algum tipo de marco jurídico internacional, sobre aplicações ou expressões de idéias, por um prazo geralmente limitado de tempo, e não de “propriedade” no sentido clássico do termo.

O uso da expressão “propriedade intelectual” é uma tentativa de assimilar as idéias aos bens tangíveis, e tem em si uma carga ideológica que os impulsionadores dos maiores monopólios, e inclusive da abolição dos limites favorecem. É célebre a frase de Jack Valenti, presidente da Motions Pictures Association of America, em favor de assimilar a “propriedade intelectual” à propriedade sobre bens materiais, com a consequência direta da abolição do domínio público.

Em sua lista de palavras e expressões a evitar, a Fundação Software Livre diz que “A expressão ‘propriedade intelectual’ conserva uma afirmação oculta: que a forma mais normal de pensar a respeito a todas estas questões díspares é análoga a pensar em objetos físicos e em nossas idéias de propriedade física. A respeito da cópia, esta analogia despreza a diferença crucial entre objetos materiais e informação: a informação pode copiar-se e compartilhar-se quase sem esforço, enquanto os objetos materiais não. Por isso, basear o pensamento nessa analogia equivale a ignorar a diferença antes mencionada (inclusive o sistema legal dos Estados Unidos da América não aceita por completo esta analogia, devido a que não trata dos ‘direitos de cópia’, (copyright) como direitos de propriedade de objetos físicos)”.¹

Então, ao longo deste trabalho trataremos de discernir claramente de que tipo de monopólio estamos falando, e assim evitar a confusão que cria cair na generalização de regimes não uniformes, generalização que só beneficia aos impulsionadores destes monopólios e a seus defensores, tais como a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), principal organismo promotor do conceito e sua aplicação no mundo.

Vejamos um por um os conceitos jurídicos com os quais devem lidar os movimentos que trabalhamos no campo dos monopólios sobre as idéias, o conhecimento e a vida.

¹ Veja URL: <http://www.gnu.org/philosophy/words-to-avoid.es.html#IntellectualProperty>

Direito de autor e Copyright

O direito de autor e o copyright constituem duas concepções relativas à relação dos autores e editores com suas obras literárias e artísticas, incluindo programas de computadores.

O direito de autor provém da família do direito continental, particularmente do direito francês, enquanto que o Copyright provenha do direito anglo-saxão (ou “common law”).

O direito de autor se baseia na idéia de um direito pessoal do autor, fundado em uma forma de identidade entre autor e sua criação. O direito moral está constituído como emanção da pessoa do autor: reconhece que a obra é expressão desta, e assim se lhe distingue. Dentro dos direitos morais se inclui o direito ao reconhecimento da paternidade da obra e o direito do autor a preservar-lhe a integridade, ou seja, a negar a possibilidade de realizar modificações sobre a mesma.

Por sua parte, a proteção do copyright se limita estritamente à difusão e cópia da obra, sem considerar atributos morais do autor em relação à mesma, exceto a paternidade; pelo que só atribui direitos relacionados com a decisão última sobre a utilização, cópia e difusão de uma obra.

O marco jurídico global que define as regulamentações de direito de autor é a convenção de Berna, um dos 24 tratados administrados pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI).

A convenção de Berna data do ano de 1886, data em que se formulou a primeira versão deste acordo que tem algumas linhas centrais a considerar, tais como o reconhecimento da obra sem necessidade de nenhuma formalidade. Em outras palavras, a cobertura jurídica entra em vigor de forma automática no mesmo momento da primeira fixação da obra, sem que seja necessário trâmite burocrático algum. A obra, se foi realizada em algum dos países contratantes do tratado, goza da mesma cobertura em qualquer outro país contratante e por um prazo mínimo estipulado pelo mesmo convênio. Assim, Berna estabelece um marco jurídico global de direitos de autor para todos os países que firmaram o acordo. Berna constitui um piso e obriga os países membros a respeitar uma série de

direitos mínimos, mas não impõe máximos, pelo que se qualquer país assinante deseja outorgar, por exemplo, monopólios mais extensos no tempo, nada o impede de fazê-lo. Berna é simplesmente um marco geral mínimo de respeito de direitos entre países signatários.

A cobertura de Berna inclui todas as produções no domínio literário, científico e das artes em geral, seja qual for sua modalidade ou forma de expressão. O direito de autor cobre as “expressões de idéias” sob a forma de obras. Isto significa que as idéias não são cobertas como tais, e sim na forma de sua expressão em um texto, um desenho, uma fotografia, etc.

Entre os direitos que Berna define como exclusivos, e que requerem autorização do autor, figuram os direitos de tradução, de fazer adaptações e ajustes da obra, de interpretar, comunicar, difundir e recitar em público ou reproduzir a obra sob qualquer modalidade. Todos estes direitos monopólicos estão vigentes por um mínimo de 50 anos a partir da morte do autor, segundo indica o tratado. Isto, como já vimos, é o piso fixado pela convenção, atualmente a maioria dos países assinantes têm regulamentações de extensão maior, que alcançam inclusive os 100 anos após a morte (México).

Por certo, vale mencionar que o copyright e os direitos de autor não existiram sempre. Houve um largo período na história da humanidade na qual não só não fez falta um sistema jurídico desta natureza como também ele era literalmente impensável.

Nos tempos que os copistas medievais transcreviam a mão os livros, não fazia nenhum sentido impor limites à ação de copiar. De fato, as sociedades não contemplavam nenhum limite ao direito a copiar já que o limite estava dado de forma tangível pela técnica necessária pra fazê-lo. Em tempos medievais, ler e escrever era um conhecimento privativo de uns poucos, ainda que a arte de copiar e reproduzir obras fosse uma tarefa suficiente complexa para requerer especialização, ao menos quando se tratava de obras escritas. Outra era a história em relação à difusão de obras orais, que se transmitiam de geração em geração sem limitação alguma.

Assim, podemos mencionar que a questão do direito de autor não era um tema central para a geração de Mozart, como tampouco o foi para Shakespeare ou Cervantes. Não fez falta copyright para que a humanidade tivesse a Bíblia ou o Corão, nem tampouco foi

imprescindível o copyright para a criação dos cantos gregorianos ou as músicas étnicas, ou as pinturas de Miguelangelo.

Não foi se não a chegada da imprensa que marcou um antes e um depois nesse campo. O investimento necessário para montar essas máquinas de reprodução de livros fez com que livreiros daquele tempo solicitassem à coroa um sistema que lhes permitisse manter certo monopólio sobre as obras que publicavam, para ter uma margem de tempo e recuperar o investimento. A sociedade cedia seu direito de copiar em troca de ter mais e melhores cópias. Não parecia uma equação negativa para a sociedade uma vez que este modelo iria atrair mais publicações a um público no qual a leitura e escrita se estava disseminando lentamente. Assim, a primeira norma do Copyright que se conhece no mundo ocidental – no Oriente existiram algumas outras que não tocamos aqui – foi o Estatuto da Rainha Ana em 1771 na Inglaterra. Este estatuto fixava um monopólio de 14 anos após a publicação, extensível só por mais 14 anos se o autor assim o decidisse. Passado esse tempo a obra ingressava no domínio público e por tanto, qualquer outro livreiro poderia reproduzi-la livremente.

A equação parecia conveniente para todos. A sociedade teria mais e melhores livros, os livreiros manteriam vivo o seu negócio e a coroa teria o poder de controlar quem publicasse.

Pouco a pouco, todos os países foram incluindo esse tipo de normas em suas legislações. A Constituição dos Estados Unidos, modelo de muitas outras constituições do continente americano, estipula que o congresso tem a faculdade de fixar monopólios temporários sobre criações e inventos com o fim explícito de fomentar as artes e as ciências. Isto é o que se denomina a “cláusula do progresso”. Em nenhum destes casos se fala em propriedade, e sim de direitos por tempo limitado.

Como já vimos, em 1886, com a Convenção de Berna, surge o regime global de direitos do autor, ao que paulatinamente a maioria dos países aderiram. Berna se modificou várias vezes no transcurso da história. Hoje outorga um monopólio de 50 anos posteriores à morte do autor e cobre obras de todos os campos artísticos incluindo os programas de computação em seu formato fonte ou executável. Cabe destacar que não existe consenso sobre se é razoável aplicar

exatamente o mesmo regime de direito de autor a um programa de computação e a uma peça musical, nem a cerca de que os programas publicados unicamente em formato executável sejam objeto de direito do autor.

De Berna se desprendem outros tratados que contemplam o direito do autor, em particular o Acordo de Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (ADPIC) da Organização Mundial do Comércio.

Direitos Conexos

Um campo particular de direitos relacionados ao Copyright são os denominados direitos conexos.

Estes direitos são os que não têm direta relação com os autores em si mesmos, e sim que contemplam os direitos dos intérpretes das obras, os produtores de fonogramas e as organizações de radiodifusão em geral. Estes direitos variam consideravelmente de um país a outro, mas estão cobertos pela Convenção de Roma² para a proteção de intérpretes, produtores de fonogramas e organizações de radiodifusão, firmada em 1961.

Considerando os direitos de autor e os direitos conexos, podemos ver que uma gravação musical em um disco compacto terá ao menos quatro coberturas de direitos relacionados ao copyright:

- os direitos de autor dos músicos
- os direitos de autor dos letristas
- os direitos do cantor e os músicos como intérpretes
- e os direitos do produtor e do selo discográfico como produtor do fonograma

² Veja URL: <http://www.wipo.int/treaties/es/ip/rome/index.html>

Direitos dos radiodifusores

Segundo os acordos internacionais, os radiodifusores têm certos direitos sobre as obras. Segundo o artigo 13 da Convenção de Roma (também administrada pela OMPI), os radiodifusores têm o direito de proibir (ou licenciar) a retransmissão de suas emissões, a gravação e a reprodução das mesmas em lugares públicos onde se cobre a entrada.

Segundo a mesma convenção, o prazo mínimo de proteção dos radiodifusores é de 20 anos desde o final do ano no qual a transmissão foi realizada pela primeira vez.

Direitos dos produtores dos fonogramas

Um fonograma é uma gravação de som cuja cobertura legal está detalhada na Convenção de Roma. O produtor de um fonograma é a pessoa, empresa ou organização que realiza a gravação, não aquele que a interpreta. Assim, o produtor do fonograma tem o direito de impedir a reprodução da gravação e o direito de licenciar a distribuição, aluguel e execução pública dos fonogramas. Segundo a convenção de Roma, o término mínimo de cobertura é de 20 anos, entretanto, isso foi estendido no ADPIC, que outrora direitos aos produtores de fonogramas por um tempo mínimo de 50 anos desde a realização da gravação.

Direito dos intérpretes

Os intérpretes de obras têm certos direitos garantidos pela Convenção de Roma, que fixa um mínimo de 20 anos, também estendidos a 50 anos pela ADPIC e a OMC.

Estes tratados asseguram direitos patrimoniais e direitos morais aos intérpretes, que têm assim o direito a evitar a transmissão ou comunicação pública de sua interpretação, a gravação e a reprodução de uma gravação de suas interpretações.

Vários destes direitos estão ampliados nos denominados tratados de internet da OMPI. O WPPT³ (Tratado da OMPI sobre interpretação e execução de fonogramas) e o WCT⁴ (Tratado da OMPI sobre Direitos de Autor), ambos de 1996. Em ambos os textos se incorpora a figura das medidas técnicas de proteção efetiva (MP) que veremos mais adiante sob o nome popularizado de DRM (Digital Rights / Gerenciamento de Restrições).

O regime de patentes

Assim como o regime de copyright e direitos de autor cobre as “expressões de idéias”, o sistema de patentes cobre as “aplicações de idéias”, desde que sejam inovadoras, originais em seu campo, não óbvias e tenham aplicação industrial. Embora, em teoria, as patentes não cubram idéias em si, como nenhum destes monopólios, não há nada que se pareça mais com a apropriação de uma idéia pura do que uma patente.

Uma patente é um direito monopólico exclusivo outorgado por um Estado a uma empresa, indivíduo ou organização por uma invenção, definida sobre um produto ou processo que oferece uma nova maneira de fazer algo, ou nova solução técnica a um problema. Esse monopólio tem uma duração limitada que é de 20 anos. Vencido o prazo estipulado por lei, a invenção entra no Domínio Público.

Diferentemente do copyright, o reconhecimento de patentes não é automático e requer um trâmite burocrático. O sistema prevê que as patentes sejam concedidas por escritórios nacionais de patentes, ou por algum escritório regional, com é o caso do Escritório Europeu de Patentes. Em nível internacional, existe o “Tratado de Cooperação em matéria de Patentes”, administrado pela OMPI, que estipula a apresentação de uma única solicitação internacional de patentes, que tem o mesmo efeito que as solicitações nacionais apresentadas nos países signatários.

A noção de patentes remonta à Europa Medieval, quando as monarquias concediam direitos monopólicos (*litterae patentes*) sobre

³ Veja URL: <http://www.wipo.int/treaties/es/ip/wppt/index.html>

⁴ Veja URL: <http://www.wipo.int/treaties/es/ip/wct/index.html>

os inventos sob a condição de que esse conhecimento fosse publicado e ensinado a outros. O objetivo era que a sociedade pudesse se beneficiar, aprender e que se desenvolvessem novos inventos a partir de cada logro.

Em 1443 apareceram as primeiras patentes em Veneza. Em 1624, a coroa britânica intencionou outorgar todo tipo de monopólios para criar uma série de rendas à coroa, mas após negociações com o parlamento se resolveu outorgar monopólios única e exclusivamente para invenções. Em 1787, a Constituição dos Estados Unidos da América do Norte outorgou ao Congresso a faculdade de “fomentar o progresso da ciência e as artes úteis, assegurando aos autores e inventores, por um tempo limitado, o direito exclusivo sobre suas respectivas obras e descobrimentos”. Paulatinamente os diferentes países foram incorporando leis e patentes.

Mas assim como o direito de autor é relativamente recente na história da humanidade, o mesmo acontece com o sistema de patentes.

No ano de 1883, a Convenção de Paris fixa um regime aplicável à denominada “propriedade intelectual” em geral, incluindo os regimes de cobertura de inventos, marcas, desenhos industriais e modelos de uso prático, nomes comerciais, competência desleal e denominadores de origem (ou geográficas). Paris fixa algumas regulamentações tais como o trato nacional, que significa que um país deve conceder aos cidadãos dos demais estados contratantes o mesmo grau de cobertura que a seus nacionais. Outro ponto importante do convênio de Paris é o direito de prioridade, que significa que se apresentou uma solicitação regular em algum estado contratante, então tem-se prioridade para a assinatura da patente em qualquer outro estado contratante, como se a solicitação houvesse sido apresentada no mesmo dia que a primeira solicitação.

Por sua parte, as patentes concedidas em distintos estados para um mesmo invento são independentes, portanto, a concessão de uma patente em um estado contratante não obriga a outros outorgar essa mesma patente.

No marco da OMC, o ADPIC regula também a norma de patentes baseada nos acordos da OMPI, fixando o monopólio mínimo nos países assinantes em 20 anos após se firmar a patente.

Um dado importante a considerar no campo das patentes – que também se aplica às marcas – é que ele é regido por dois direitos, o direito a usar e o direito a proibir. Ou seja, que o detentor de uma patente não apenas tem o direito ao usufruto da mesma como também tem a possibilidade de impedir que um terceiro implemente a idéia sobre a qual detenha a patente, salvo em casos excepcionais onde os Estados, através de seus escritórios de patentes, podem autorizar esses tipos de ações. Entretanto, isto entra no campo das exceções e como tais devem estar justificadas de alguma maneira.

Direitos de marcas

Uma marca registrada é um signo distintivo usado por alguma pessoa ou organização para identificar de forma inequívoca seu produto ou serviço frente aos consumidores. Uma marca registrada serve para distinguir um produto de outros parecidos. É um tipo de “propriedade industrial” e suas regulamentações estão marcadas no campo coberto pela OMPI, da mesma forma que as patentes e o direito do autor.

Geralmente, as marcas incluem nomes, palavras, frases, logotipos, símbolos, desenhos, ou alguma combinação destes elementos.

O registro de marcas sempre está vinculado a um campo específico, ou a um tipo específico de produtos.

Por outra parte, não é permitido o registro como marcas de palavras de uso comum, do domínio público ou de linguagem ordinária, tais como calculadora, janela, etc. Da mesma forma que no caso das patentes, as marcas requerem registro nos escritórios dedicados a tal fim e devem passar por um processo de validação e consulta no caso de que existam oposições às mesmas.

Este registro outorga a seu proprietário certo direitos tais como o uso exclusivo da mesma na relação a certo campo de produtos ou serviços, segundo conste no registro. Na maioria dos países que reconhecem este tipo de direitos, o registro também outorga a atribuição de impedir a terceiros o uso da marca registrada para produtos afins. Isto não significa que se possa evitar o uso da mesma

expressão para produtos ou serviços de campos com os que não havia relação alguma.

Outro ponto importante é que, dado que o reconhecimento de marca requer registro, este registro é válido para a jurisdição onde se realizou e não outras. Entretanto, existem acordos internacionais que facilitam a cobertura das marcas e mais de uma jurisdição.

Quando uma marca registrada não é usada ativamente, considera-se que existe abandono da marca, pelo que as oficinas de gestão de marcas pode retomá-las. Outra coisa pode acontecer com aquelas marcas que passam a ser denominações genéricas de um produto, dada sua extrema popularização. Um caso paradigmático disto é a marca registrada aspirina, da Bayer, que foi declarada genérica nos Estados Unidos.

A cobertura de marcas está relacionada também com as leis de defesa do consumidor, já que se supõe que facilitam a identificação da origem de um serviço ou produto e provêm um mecanismo para identificar inequivocamente isto, com uma conotação e uma promessa de qualidade esperada.

O sistema de Madri do Registro Internacional de Marcas se rege em virtude do Acordo de Madrid (1891) e do Protocolo de Madrid (1989), e está administrado pela Oficina Internacional da OMPI, com sede em Genebra, Suíça.⁵ O Sistema de Madrid oferece al proprietário de uma marca a possibilidade de protege-la em vários países (membros da União de Madrid) mediante a apresentação de uma solicitação única diretamente em sua própria oficina de marcas nacional ou regional. O registro internacional de uma marca tem os mesmos efeitos que uma solicitação de registro ou o registro de uma marca efetuado em cada um dos países designados pelo solicitante. No entanto, o tratado sobre Direitos de Marcas foi adotado pela OMPI no ano de 1994, montando assim um sistema regulatório global para as mesmas.⁶

⁵ Veja URL: <http://www.wipo.int/madrid/es/>

⁶ Veja URL: http://www.wipo.int/treaties/es/ip/tlt/trtdocs_wo027.html#P45_1259

Por sua parte, a ADPIC também tem um apartado que tende à “harmonização” do sistema de registro e delegação de marcas nos Estados assinantes, para que as legislações sejam compatíveis de uma jurisdição a outra.

Desenhos industriais

O desenho industrial é uma disciplina que combina o artístico com o industrial. Assim, um desenho industrial é aquele que é feito para produção massiva do produto e para sua exploração industrial. Entretanto, muitos pensam no desenho como parte do campo artístico, para o qual advém ter o selo distintivo da originalidade.

No campo da cobertura jurídica, os desenhos industriais podem estar cobertos por direitos do autor, e ao mesmo tempo, têm um campo específico de cobertura sob a denominada propriedade industrial, especificada na Convenção de Paris, administrado pela OMPI.

ADPIC outorga 10 anos de monopólio sobre desenhos industriais, sob a condição de que sejam inéditos e singulares, ou seja, que não exista nada igual ou que se pareça.

Indicações geográficas

Uma indicação geográfica é uma denominação usada para designar um produto agrícola, alimentício ou de outro tipo que tem uma origem geográfica distinta, determinada, e cuja qualidade e reputação se deve a este tal lugar de origem. Comumente esta indicação se refere ao nome da localidade ou região da qual é oriundo o produto e supõe um vínculo entre o produto e este lugar de origem. Os casos do queijo Roquefort e da bebida Champagne são exemplos clássicos de indicações geográficas.

Uma indicação geográfica também pode ser referência a um produto feito em um determinado país como sinal distintivo da qualidade dos produtores. O exemplo paradigmático disto é a indicação de “origem suíça”, considerada como tal em vários países, em particular para a relojoaria.

Neste marco se chama de denominação de origem a um tipo especial de indicação geográfica que se aplica a produtos que têm uma qualidade específica derivada exclusivamente do meio geográfico no qual se elaboram.

É importante destacar a diferença entre as indicações geográficas e as marcas. No caso das marcas, são signos distintivos usados por pessoas ou empresas para distinguir seus próprios bens e serviços dos de seus competidores. Em troca, uma indicação geográfica indica aos consumidores que o produto procede de determinado lugar do mundo e tem certas características derivadas desse lugar de produção. Neste caso, a indicação geográfica pode ser usada por todos os produtores desse bem no lugar designado pela indicação e cujos produtos dividem as qualidades típicas da mesma.

A OMPI administra vários tratados internacionais que se ocupam em parte ou totalmente da proteção das indicações geográficas tais como a Convenção de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial, e o Ajuste de Lisboa relativo à Proteção das Denominações de Origem e seu Registro Internacional.

Na OMC, ADPIC dedica o artigo 22 a retomar o Convênio de Paris enquanto no artigo 23 se ocupa particularmente das denominações de origem para os vinhos e outras bebidas alcoólicas.

UPOV

A União Internacional para a Proteção das Obtensões Vegetais (UPOV) é uma organização intergovernamental com sede em Genebra (Suíça) criada pela Convenção Internacional para a Proteção das Obtensões Vegetais. O Convênio foi adotado em Paris em 1961 e foi revisado em 1972, 1978 e 1991.

A definição de variedade vegetal do Convênio da UPOV declara que se trata de “um conjunto de plantas de um só taxón botânico da classe mais baixo conhecida...”. Se tomamos como definição de taxón que é a unidade mínima comum para definir uma variedade ou uma espécie, isto confirma que uma ‘variedade vegetal’ resulta da subdivisão mais baixa da espécie. No entanto, para compreender melhor o que é uma variedade vegetal, a Convenção da

UPOV (artigo 1.vi) a define da seguinte maneira:

“um conjunto de plantas de um só taxón botânico da classe mais baixa conhecida que, com independência de si responde ou não plenamente às condições para a concessão de um direito de obtentor, possa:

- definir-se pela expressão dos caracteres resultantes de um certo genótipo ou de uma certa combinação de genótipos,
- distinguir-se de qualquer outro conjunto de plantas pela expressão de um de tais caracteres pelo menos,
- considerar-se como uma unidade, tendo em conta sua atitude a propagar-se sem alteração;”

Esta definição deixa claro que uma variedade deve poder reconhecer-se por seus caracteres, claramente distintos dos de qualquer outra variedade, e que se mantenham inalterados através do processo de propagação. Se um conjunto de variedades vegetais não satisfaz esses critérios, não se considera que seja uma variedade para o sistema da UPOV.

A Acta de 1991 do Convênio da UPOV (artigo 1.iv) define o proprietário como:

- ‘a pessoa que haja criado ou descoberto e divulgado uma variedade
- a pessoa que seja empregado da pessoa antes mencionada ou que tenha encarregado seu trabalho, quando a legislação da Parte Contratante em questão assim o disponha, ou
- ou causa habiente da primeira ou da segunda pessoa mencionadas, segundo o caso;’

Segundo essa definição, qualquer pessoa pode ser proprietário uma vez que especifica que este deve ser quem tenha criado a variedade, ou seja, criado uma variedade vegetal mediante técnicas de fitomelhoramento, que poderão ir desde uma seleção básica realizada por um cultivador amador, até procedimentos técnicos avançados, como os de engenharia genética.

UPOV 91 é o mais parecido a uma patente do ponto de vista de suas conseqüências sobre a agricultura e a vida campesina, já que impede o uso de variedades cobertas para outros usos que não sejam os de consumo privado, incluindo o direito dos agricultores de comercializar suas colheitas e guardar parte para um novo ciclo. O outro problema que tem a Versão 91 da UPOV é que habilita uma dupla cobertura já seja mediante UPOV como por patentes.

A OMC não é taxativa em relação à UPOV, entretanto, o artigo 27.3 de ADPIC, em seu inciso b) diz que:

[...] os Membros outorgarão proteção a todas as obtensões vegetais mediante patentes, mediante um sistema eficaz *sui generis* ou mediante uma combinação destas. [...]

Portanto há muita discussão e forte resistência dos movimentos sociais a considerar que este artigo se refere ao segmento de UPOV.

Domínio Público

Em várias ocasiões ao largo desse capítulo dissemos que vencido o prazo de um monopólio, as obras ou invenções caem no domínio público. Este é um conceito díspar nas legislações do mundo mas, geralmente, no domínio público estão aquelas obras que já não estão cobertas pelo copyright no caso de expressões de idéias e aqueles inventos cuja patente expirou.

O domínio público se refere àqueles bens de uso livre, irrestritos, que estão a disposição e acesso de todos e todas. No caso das obras intelectuais, uma obra entra no domínio público quando prescrevem os direitos patrimoniais sobre ela.

Não existe uma regulação global do domínio público. Segundo a convenção de Berna, as obras entram em domínio público 50 anos depois da morte de seu autor, mas esta norma não é regular em todos os países, já que Berna outorga a liberdade de estender o monopólio do copyright.

Por outro lado, existem legislações onde o domínio público não é mais que a mudança do monopólio privado a uma forma de monopólio estatal denominada “domínio público pagante”.

O domínio público é considerado a herança cultural de uma comunidade, um âmbito onde ninguém em particular pode arrogar-se direitos excludentes sobre ele.

Uma obra está em domínio público quando nenhuma lei restringe seu uso extensivo por parte do público. O problema é que, assim como as legislações de direitos de autor e patentes são nacionais, uma obra ou um invento pode estar no domínio público em um país e não estar em outro. A complexidade para identificar obras de domínio público se deve principalmente à complexidade crescente do sistema de monopólios sobre bens intangíveis vigente a nível global. Neste caso, um registro, por exemplo de um fonograma, pode estar no domínio público porque prescreveu os direitos sobre ele, ainda que a canção em si esteja sob copyright, ou vive-versa.

Entretanto, vale mencionar que ainda que uma obra esteja sob copyright, as idéias em si estão em domínio público. Isto é facilmente exemplificável no caso dos programas informáticos, já que enquanto uma fórmula matemática geralmente estará no domínio público, um programa de computador que a contenha pode ter monopólio de copyright. O mesmo ocorre com as idéias contidas em alguma obra literária ou com certas combinações de notas contidas em uma canção.

Por outra parte, todas as obras e inventos realizados antes da entrada em vigor das normas de patentes e copyrights estão no domínio público, entretanto em algum caso, uma tradução ou uma obra derivada de uma dessas obras pode estar sob copyright.

Assim, o domínio público é um bem comum, a herança cultural da humanidade, e está sob a permanente ameaça de novos monopólios e aproximações, restrições e cláusulas que fazem com que nas últimas décadas o acervo cultural de livre disponibilidade para todos e todas esteja sendo suspenso e em alguns esteja sob ameaça de reduzir-se, se prosperam iniciativas como o tratado de Broadcasting da Organização Mundial da Propriedade Intelectual.

Tradução de Luiz Carlos Pinto

Original em espanhol sob licença GNU/Free Documentation License.

Url: http://www.vialibre.org.ar/mabi/1-propiedad_intelectual.htm.

Inventar a gratuidade

Collectif d'Artistes

A gratuidade, em suas múltiplas concepções, caracteriza bem um novo horizonte. Ela qualifica, sob o conceito de interesse geral ou sob o nome de BEM COMUM, o que pertence a todos, ou aquilo de que todos fazem uso. Nesse sentido, a gratuidade é constitutiva da comunidade política planetária. Mais ainda, ela é constitutiva de toda comunidade política, enquanto essa última nasce e nasceu de uma tomada comum de recursos. Mas a gratuidade excede igualmente o comum ou o humano. É a gratuidade das coisas sem donos que, por mais distantes que estejam (estrelas ou cometas) passam a constituir também nossos recursos os mais necessários (luz do sol). É em nome desse horizonte comum, dessas gratuidades, que numerosas lutas sociais e políticas aparecem hoje, usando mesmo desse outro sentido da gratuidade que encontramos na língua inglesa, "free", significando assim que a tomada comum das determinações é também o momento da auto-determinação política.

A Gratuidade do Interesse Geral

A gratuidade do interesse geral repousa sobre a redistribuição fiscal e recoloca Deus ou os deuses para a Comunidade que se inscreve – revista e pela escolástica medieval – na continuidade da idéia romana de gratuidade.

No direito romano, aquilo que chamamos hoje de recursos naturais são então gratuitos e sagrados, e gratuitos porque sagrados, excedendo o humano em sua natureza ou em sua dimensão, esse último sendo um simples usuário, um usufrutador e não um proprietário da natureza. O mesmo vale para o domínio público e os serviços públicos do Estado, dos quais podemos nos beneficiar, posto que pertencem legalmente à comunidade nacional, mas que não enfrentam uma gestão direta pelos usuários. A partir disso, o domínio, assim como o serviço público, são privatizados pela potência pública que define a produtividade segundo os interesses (notadamente eleitorais) daqueles que a gerem ou daqueles que estão em posição de desviá-la em seu benefício.

Hariou foi o primeiro jurista a associar gratuidade e serviço público. Segundo o Duque de Toulouse, o serviço que está a cargo do interesse público deve ser organizado sobre um modo comunista e seu financiamento assegurado pela comunidade. Assim, a gestão do bem comum se ajustaria ao interesse geral. "Os recursos são colocados em comum para que os serviços sejam tornados acessíveis igualmente e gratuitamente a todos. Daí vem o caráter não lucrativo dos serviços públicos (Hauriou). Mas por que um serviço a princípio não lucrativo, alimentado de recursos coletivos, é transformado hoje em serviço lucrativo? Declara-se, às vezes, que a gratuidade tem efeitos perversos sobre um consumidor que, não sabendo o preço da gratuidade pública, ou se beneficiando sem esforço, não respeita os bens culturais que ele comprou (como se os impostos não fossem suficientemente altos, fosse necessário pagar em dobro).

E ainda – para pegar o exemplo dos transportes públicos urbanos – não bastasse pagá-los na roleta, é preciso também que o dinheiro levantado sirva a controlar o usuário. As pesquisas do grupo NADA mostram que, de fato, as receitas comerciais (constituídas das contas, mas também de outras fontes como publicidade, as locações dos espaços aos comerciantes de jornais, buffets e comércios diversos) são minoritários face aos financiamentos públicos, que elas justificam, contudo, junto com custosos dispositivos de controle e uma custosa bilheteria, sem falar da lucrativa e não contratual poluição publicitária imposta em todas as estações de metrô e ônibus.

Uma prefeitura que gere o domínio público comunal se apropria e privatiza a gestão desse domínio. Ela transforma o recurso coletivo em máquina produtiva submetida a imperativos de rendimento ou de retorno de investimento. Dessa maneira ela desvia progressivamente as finalidades coletivas dos recursos comuns. Não basta que os recursos naturais e imateriais, presentes, passados e futuros sejam colocados em comum. É necessário também que essa tomada comum abstrata seja suportada pelo debate público, rompendo a subordinação da sociedade ao Estado, tornando-se proprietários dos recursos comuns, regule também seu uso, ocupando seu lugar apesar dos "comunistas".

A Gratuidade do Bem Comum

Encaixotados na Res Publica, os bens comuns pertencem e são constituídos e regulamentados por sua potência pública. As Res Communis são então menos comuns se relacionadas a sua prefeitura ou ao Estado que decide e dispõe delas, com ou sem mandato dos comunistas. Mas o encaixotamento das Res Communis na Res Publica pode igualmente adotar uma outra forma com o federalismo ou o socialismo cooperativo, onde todos os consumidores estão organizados em cooperativas de consumo, organizando cooperativas de "segundo nível" (Charles Gide) num processo de produção e distribuição. Nesse contexto, as coisas comuns servem de assento a uma vida comum federativa e cooperativa.

No código civil francês, as coisas comuns (eventualmente integradas ao domínio público) se manifestam através de diversos status: os bens comunais (art. 542 cod. civil), as coisas comuns corporais (cód. civil 714), as coisas comuns incorporadas. Os bens comunais são aqueles sobre os quais a propriedade e os produtos dos quais os habitantes de uma ou diversas comunidades têm direito adquirido. Esses bens comunais representam, na França, algo como 60 mil km², eles são propriedade coletiva da comuna e não propriedade comunal. E é provavelmente pensando nos bens comunais que a Câmara Criminal da Corte de Cassação declarou que "a subtração por um dos comunistas de uma coisa comum constitui um roubo" (27/02/1836).

As coisas comuns são também elementos naturais como o ar, as praias ou as paisagens hoje voltadas para domínio público. Muitos desses recursos, que constavam há muito tempo não contados estão hoje integrados nos cálculos econômicos: a produção da natureza foi avaliada em 55 milhões de dólares por ano por um grupo de cientistas do Instituto de Economia Ecológica da Universidade de Maryland, em 1997. E os planetas - como o fundo dos mares - durante muito tempo inscritos fora do direito comercial, poderiam, contudo, entrar nessa soma. Associações industriais lutam para modificar o direito do céu, pensando já poderem explorar os recursos dos planetas do entorno. Da mesma forma, no direito prospectivo aparecem distintos tendendo a invalidar a generalidade da noção de bem comum genético, privatizado em suas particularidades produtivas (parece que podemos considerar que o material genético não seja uma coisa comum senão na medida em que ele concerne a um conjunto da espécie - Revista de Pesquisa Jurídica, Direito Prospectivo, n.16, p.u. Marseille).

Bens comunais, recursos naturais, as coisas comuns são também incorporadas, culturais, informacionais (idéias e palavras e notas musicais, etc). Essas coisas fora do comércio não podem, ou não poderiam até pouco tempo atrás - ser vendidas: "No caso dos dados comuns (idéias, descobertas científicas, palavras) cada um tendo um direito sobre os mesmos dados, ninguém pode impedir o acesso do outro. Ninguém tem reciprocamente necessidade de uma autorização para utilizá-los" (Isabelle Moine, 1997, p.364). Entre os bens imateriais, poderíamos imaginar que a moeda, coisa incorporada, cultural e informacional, considerada hoje ainda como um bem comercial, retorna à categoria das coisas fora do comércio, como a linguagem e as notas musicais...

Sabemos que a propriedade intelectual representa 80% do valor das 500 primeiras empresas do Standard & Room's Com Stock. A gratuidade está, contudo, inscrita nas práticas de consumo e de produção imaterial. Enquanto o copyright está fundado sobre a proteção do autor e se apresenta como um direito privado a propósito dos bens que não têm valor senão para circular e serem apreciados, o copyleft está fundado sobre a liberdade dos usuários. A tarefa do Napster, e mais amplamente o desenvolvimento do peer to peer, tendem a provar que o copyright não se ajusta aos bens imateriais que

desafiam dois dos princípios fundamentais da política econômica: a escassez e o controle. Os dados digitais são copiáveis ao infinito a custo quase zero. O produtor não mede o uso dos dados que ele difunde e não pode impedir sua disseminação: a economia dos bens imateriais retorna por natureza à gratuidade no sentido forte (bens sem dono) ou frágeis (cooperatividade).

É necessário distinguir o dom da informação ou seu estabelecimento em um circuito de cooperação, de gratuidade. O doador endereça seu dom de maneira a criar eventualmente uma dúvida, uma dependência, uma reciprocidade daquele que recebe. A gratuidade é uma disponibilização anônima ou de qualquer um.

Em uma gratuidade anônima, os indivíduos são intercambiáveis. A circulação de bens ou de signos não é efetuada de uns para outros. Não há emissores nem receptores. A informação anônima, por exemplo, um agregado, um fundo comum, um bem que todo mundo pode ter porque ele está acessível a todos. Seu princípio não é o compartilhamento, nem a comunidade de informação, onde há troca de informação entre pessoas que se conhecem, mas na disponibilização sem espera de retorno e na indiferença face ao receptor. A informação anônima é produzida, difundida ou coletada ou por não importa quem. Se produzem encontros entre emissores e receptores, eles são breves e sem dia seguinte, sem identidade nem reconhecimento, sem propósito nem projeto. As informações entram em conjunções temporárias induzindo a reagrupamentos aleatórios e provisórios, de emissores e de receptores em contextos de movimento. Em uma gratuidade qualquer, os indivíduos não são intercambiáveis: são não importa quem ou o quê, mas eles são eles mesmos, plenamente singulares. Há emissores concretos e receptores concretos. Os reagrupamentos se efetuam sobre modos intensivos e de afinidade, e não estatísticas ou aleatoriedade. O autor qualquer rompe com a ausência de qualidade do anonimato: ele se manifesta como potência.

Entre Bem Comum e Coisas Sem Dono: as Lojas Gratuitas

A gratuidade do uso é um intensificador de autonomia já que ela é incondicional e universal. A gratuidade exonera de fato o emprego contratado, tornado necessário pela impossibilidade de viver sem carteira.

Hoje, diante da degradação das promessas do salário, dos indivíduos singulares, de redes e de grupos que habitam locais vazios para romper a espiral de empregos precários sob o engodo do pagamento de filiações proibitivas, ou ainda, inventando um uso e um acesso aos signos monetários também gratuitos de uso e de acesso à linguagem.

Efetuar uma experiência dessa nova língua de trocas e trânsitos gratuitos de bens ou de serviços é o que se manifesta nas lojas gratuitas. Uma loja gratuita não é, de fato, um espaço de troca ou de dom. É um espaço de abandono concreto, de tomada de posição, mais ou menos regulamentada, onde podemos encontrar signos monetários, assim como livros ou sapatos.

De onde vêm essas lojas gratuitas? Existe uma experiência bem conhecida dos Diggers de São Francisco, entre 1966 e 1968. Na Free Storage dos Diggers não havia somente bens gratuitos (roupas, alimentos, dinheiro, móveis, etc.). Os papéis ou funções sociais eram igualmente "gratuitos" (permutáveis). Um cliente podia vir à loja, encontrar o gerente e dizer que ele queria se tornar gerente no lugar dele, e tomar assim o seu lugar.

No fim dos anos 90, diferentes formas de lojas gratuitas apareceram na Europa. Poucas delas podiam se encarregar de serem tão simples em seu funcionamento, ao mesmo tempo que universalmente compreensíveis. Constatamos isso na zona de gratuidade que criamos em Paris em janeiro de 1999. Depois de um momento de surpresa e dúvida, onde algumas questões concernindo o estatuto da troca ("é verdade? não tem que dar nada em troca?") dos visitantes, consumidores ou usuários, qualquer que seja a maneira como os chamemos, cada um pegando ou deixando alguma coisa sem ter de deixar ou pegar alguma coisa em troca.

A loja gratuita não concerne somente a uma disponibilização igual de bens, mas uma disponibilização de serviços ou experiências. Eu não conheço vocês, mas eu proponho uma partida de xadrez com todas as pessoas interessadas, ou ainda, ir a uma festa com vocês. Isso pode se estender à sua capacidade de aproveitamento intelectual, afetivo ou sexual. Não é preciso se conhecer ou se entreter com relações de vizinhança, de camaradagem ou de afiliação para disponibilizar serviços ou bens sem contra-partida...

As lojas gratuitas se desenvolvem em diferentes países europeus, com diferentes nomes. Falaremos da loja gratuita ou de zona gratuita da França, de free-shop, free store, free boutique ou de give away shop nos países de língua inglesa ou de Umsonst Laden na Alemanha. Todos esses lugares funcionam, mais ou menos, sob as mesmas modalidades. Em Umsonst Laden de Hamburgo, a primeira regra é a seguinte: a cada visita ao free shop, é possível pegar três artigos. Essa limitação é motivada pelo desejo de apagar o efeito abastado provocado pela gratuidade. Na loja que visitamos na vila holandesa de Leiden, o número de artigos que podia ser levado por cada um era limitado também a uma certa cota por dia (3 a 5 artigos). Dessa forma, existia uma regulação mínima impedindo o "pathos" simétrico da prodigalidade, quer dizer, da acumulação compulsiva ou ainda a acumulação com interesse de proveito (renda/lucro). A segunda regra é a seguinte: os bens que fossem pegos devem ser pegos para responder a uma necessidade (besoin) (ou a um uso, eventualmente gratuito ou sem objetivo e, conseqüentemente, não podem ser revendidos. Encontramos essa segunda regra em diferentes zonas de gratuidade, notadamente no give away shop de Leiden. Acontece que nesse último, de fato, as pessoas se abasteciam na loja de bens gratuitos para revendê-los, no mercado de pulgas, explorando a disparidade dos preços num nível micro-local para gerar micro-rendimentos.

A terceira regra é a do auto-financiamento do local de distribuição. Por exemplo, é feita uma chamada para que de livre vontade os visitantes dêem dinheiro para financiar os espaços de lojas gratuitas, ou ainda, para que espaços sejam disponibilizados gratuitamente para uma pessoa qualquer. Mas as outras lojas gratuitas recorrem a outros meios mais judiciais, notadamente a requisição de espaços vazios, squats, colocando em prática o direito de uso defendido por Proudhon, harmonizando-se com a distribuição gratuita dos bens. Por princípio, todo bem poderia encontrar seu lugar em uma zona de gratuidade, compreendendo aqueles que são colocados fora das trocas de mercado porque são sem valor. Contudo, as zonas de gratuidade mantêm os critérios de valor e de uso das coisas que encontramos na esfera do mercado. Não guardaremos uma cadeira quebrada (cujo uso depende do trabalho daquele que a

adquirir). O jogo e o propósito é, contudo, o de mudar nossa relação com as coisas.

No interior da zona de gratuidade que criamos em Paris, todos os objetos, no limite entre nada e alguma coisa, ou ainda todos os objetos situados entre menos que nada (dejetos) e quase nada (um objeto sem valor) podem ter um lugar. Os bens colocados à disposição eram "bens novos" (como dizemos no circuitos do mercado), mas igualmente, "unwanted stuff", bens que não se quer mais. Havia também o fim dos estoques, os resíduos de produção ou de estoques recuperados, ditos marginais no circuito do mercado. Nós fabricamos então bens em pequenas séries para difundi-los gratuitamente.

Portanto, queríamos observar e compreender a maneira pela qual produzimos valor das coisas e as interfaces de valor das coisas, considerando, por exemplo, tal objeto no chão valendo menos que outro na estante ou embalado.. Com esse fim, criamos diferentes móveis "qualificantes" e uma zona de depósito portando cada uma a respectiva menção: "objetos roubados", "objetos dados", "objetos encontrados". Tratava-se então, nesse mobiliário, de extrair das coisas suas modalidades de troca possíveis, para lhes dar, com esse distanciamento, sua factualidade.

A idéia de lojas gratuitas não é criar um projeto de caridade, católico ou humanitário. A motivação é a de abrir uma brecha na dependência das coisas e dos seres, que sob a máxima "nada é gratuito", a gratuidade, diante do que aparentemente não vale nada, ou onde tudo pode (deve) ser comprado ou vendido, ela, a gratuidade, se paga, com o dinheiro enquanto um bem comercial, etc. A loja gratuita não é, contudo, somente uma experiência crítica do capitalismo (e uma ação direta contra ele), é também um projeto ecológico (valorizando a recuperação e o uso durável contra o descartável) e um projeto social (repousando sobre a auto-organização ou sobre a democratização da distribuição). Uma outra forma mais direta de organizar lojas gratuitas passa pela força ou pela pilhagem de bens de supermercados comerciais.

Pilhar os supermercados de bens monetários (bancos) e não monetários (lojas) é o que chega nesses momentos ao debate público, onde as escalas de valor e as polícias sociais e judiciais que reagem e que protegem se vêem rompidas subitamente por um acontecimento.

Baudrillard evocava em um de seus livros antigos um fato diverso, onde algumas pessoas armadas ameaçam os caixas e a gerência, convidando cada um a se servir livremente (gratuitamente). Não conhecemos essas imagens, pânico de nuvens de cédulas de banco lançadas por anarquistas sobre uma cidade, em benefício repentino de um delírio. Essas descargas têm pouco parentesco com as pilhagens dos bancos e dos supermercados praticados nos últimos tempos na Argentina, onde os habitantes muito conscientes de terem sido vampirizados e sugados, por tantos anos, por proprietários do Estado ou do FMI, não fazem senão retomar os bens dos quais foram (des)possuídos. Essas pilhagens, por mais imperiosas e necessárias que sejam, não têm futuro e as potencialidades das lojas gratuitas as quais tratamos, abrem um outro mundo a ver sobre uma antropologia do valor.

A Gratuidade das Coisas sem Dono

As coisas comuns se sustentam sobre as coisas sem dono assim como um uso ou usufruto, função de gargalo para um proprietário, onde por outros não podem ser adquiridos. As coisas comuns são fornecidas pela gratuidade geral das coisas sem dono, precedendo ou excedendo toda comunidade humana e toda capacidade de gestão humana.

As coisas sem dono (*rei nulliae*) figuram residualmente no código civil francês. Elas são hoje mais ou menos anexadas ao bem comum ou ao interesse geral; como mostra a evolução da jurisprudência e os códigos franceses, numerosas são as "coisas de ninguém" que, como os peixes do rio, como o ar do céu ou como a areia das praias, são integrados ao bem comum ou à gestão do Estado. Assim, embora a água de mar não faça parte do domínio público (Conselho de Estado, 27 de Julho de 1984), embora a água do mar tenha o estatuto de *Res nullius* (Conselho de Estado, 24 de Maio de 1935), a água faz parte do patrimônio da nação (Lei n 92-3 sobre a água, art. 1). A margem do mar, longe de constituir uma *Res nullius*, faz parte do domínio do Estado que é proprietário (Câmara Criminal do Tribunal de Cassação, 23 de Outubro de 1980), mas o uso livre e gratuito pelo público constitui o destino fundamental das praias (Código do Meio-Ambiente, Art. L 321-9). Não existe roubo ao se

apropriar de uma coisa sem dono (Tribunal Correccional de Charleville, 13 de fev. de 1979), mas todos os bens vacants (vagos) e sem dono pertencem ao domínio público (cód. civil art. 539). Enquanto um imóvel não tem proprietário conhecido e as contribuições aferidas não estiveram adquiridas nos últimos cinco anos, presume-se que seja sem dono e atribuído ao Estado (código administrativo, art. L 27 e 27 ter).

Contudo, uma coisa sem dono, porque não pertence à ninguém, pode também exceder a categoria das coisas comuns. Assim vale para a luz do sol que não podemos considerar razoavelmente como bem comum (diferente do ar ou da água do mar). Essa energia não conhece a escassez própria dos recursos terrestres como o petróleo ou a borracha. Em sua profusão, ela excede a noção de bem comum. O astrônomo soviético Nikolai Kardashev criou categorias que permitem classificar civilizações segundo os principais recursos que elas possuem. As civilizações do tipo I, II, III possuem respectivamente a energia de seu planeta, de sua estrela ou de sua galáxia. Assim, somente uma civilização de tipo II poderia considerar o sol como bem comum (e não mais como coisa sem dono). Em nossa situação, tentamos ser uma civilização de tipo I, dito de outra forma, possuindo os recursos comuns às espécies que cobrem o planeta. A pesquisa de uma tal posse tende a constituir o planeta como patrimônio gerado e funcionando por meio da humanidade, para todos e por cada um, quem quer que seja. Ela se abre a uma comunidade de pertencimento, a uma totalidade da espécie vivente, além das fronteiras, das categorias e das castas.

Tradução de Thiago Novaes

Versão original em francês.

Url: http://www.cairn.info/article.php?ID_REVUE=RDM&ID_NUMPUBLIE=RDM_021&ID_ARTICLE=RDM_021_0288



Ilustração 5. Fotos Karla Brunet

Artistas e piratas, hackers e cidadãos comuns, cientistas e imperadores

Tininha Llanos

Durante o Submidialogia#3, em Lençóis, no estado da Bahia, participantes circulavam pela cidade histórica representando figurações não tão recorrentes naquela cultura. A pequena estrutura temporária quase não participava aos moradores locais do que se tratava tal aglomeração. Apesar de estarmos instalados no maior espaço de transeuntes da cidade, as informações estavam soltas no espectro e no visual. Muitas pessoas brancas em uma cidade negra, muitas mulheres em discussões acaloradas em bar, escorrega dores naturais, abrigaram diálogos sobre arte e nas vielas performances ciber-circenses-latino-brasileiras.

Partindo da desvinculação de um encontro oficial com o encontro que se deu como confronto de idéias e ações, conviveu-se por uma semana em uma casa-acampamento e produziu-se material e idéias táticas – em conflito com as relações de território: nativos, sulistas, "gringos"; gênero: transgêneros, neo feministas, machistas; definições: ativistas, artistas, cientistas, programadores e poder: organizadores, interlocutores, colaboradores, anônimos... Destas invasões dos espaços diversos, tentamos a seguir pontuar algumas considerações.

...

O uso de ferramentas colaborativas na produção cultural mundial vem se fortalecendo e circuitos não presenciais surgem a cada dia, a mídia tática se opõe aos mecanismos de controle, pois não quer enfrentá-lo, não usa as mesmas armas de um imperador. Situações em que as pessoas não se conhecem e fazem ações em conjunto convivem bem com as diferenças e tecem uma rede onde se exercita uma militante micro política. Estímulos de faça-você-mesmo (DIY) se contrapõem ao que já dizia Deleuze sobre o "*pensamento cansado*", aceitar a condição normativa das coisas. A falta de uma clareza nas propostas artísticas atuais demonstram, em acontecimentos recorrentes, que há um "modismo conceitual e estético" dominante envolvendo ativismo e coletividade. Esta, propõe em alguns momentos excelentes reflexões sobre política e mecanismos e em outros se deixa cooptar pelo apelo do mercado que instaura o espaço de arte e torna dependentes as propostas que a enfraquece como ação política.

No geral, ainda não viramos máquinas de um todo e ainda existem levantes e insurgências, mesmo perseguidos por aqueles quem os queiram cooptar. Pirataria é um bom exemplo desse pesar democrático que nivela as pessoas em um mesmo patamar inferior de direitos, mas que permite a desigualdade mais cruel, a econômica. O pirata é quem pilha pequenas coisas, é um "peixe pequeno" que pode de um dia para outro transformar-se em um terrorista, o próprio terrorista se transforma de um dia para outro em herói. Um terrorista pode vir a ser um imperador que ao pilhar o mundo inteiro nunca permitirá ser comparado à um pirata, pois sempre terá em seu poder todos os veículos de comunicação. Como comunicar sem confrontar diretamente o inimigo? Possivelmente, produzindo multimídias coletivas que superem as relações de dependência política e estratégicas?

...

O limite entre o que somos o que queremos ser e o que querem que sejamos se configura como um mecanismo das relações de poder. Para alguém ser considerado artista, por exemplo, deve haver uma

legitimação de ordem superior definidas pelo *statu quo* opressor do qual os artistas podem não participar. Se um indivíduo se considerar artista e achar precisar de aprovação de um outro indivíduo que exerça mais poder, este estará a mercê eternamente desta força dominante, mas almejando ter poder para um dia, também, julgar. Esses indivíduos estão por aí fazendo-se acreditar que são cidadãos comuns sendo apenas candidatos a tiranos. Ao menor esforço abandonam o posto de resignados, tranqüilos e pacíficos.

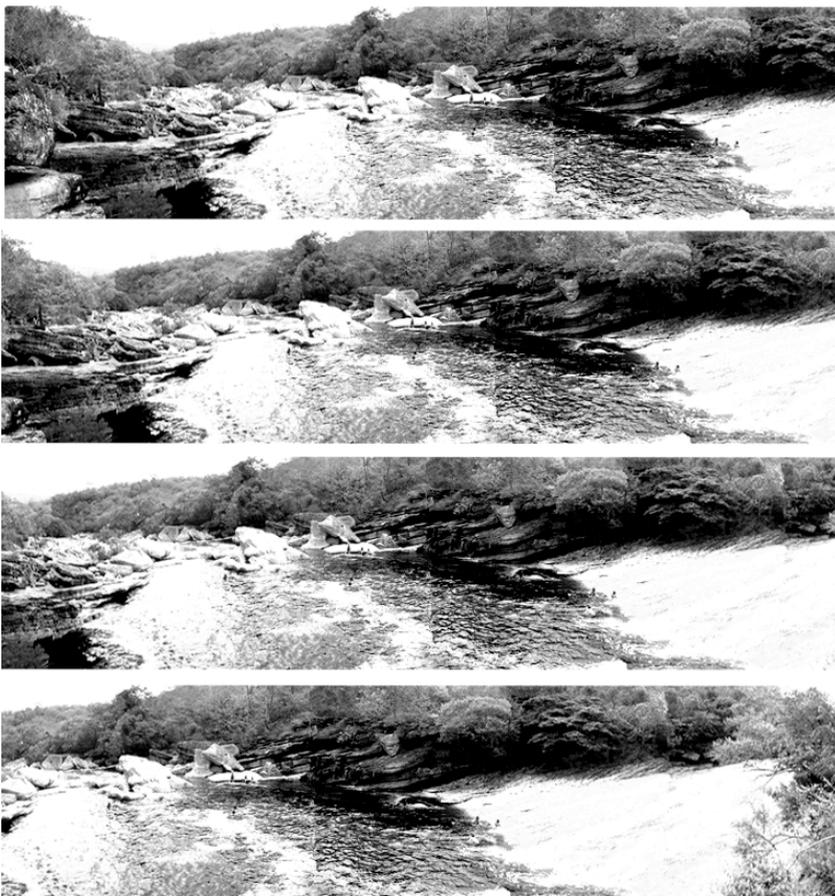
...

Enquanto o *ciborgue* representa a maquinização e substituição da massa humana no grande mecanismo social, artistas e técnicos buscam, em suas pesquisas, desenvolver experimentos como: emoções artificiais, órgãos e tecidos similares, sensores de expressões e gestos, transformação do corpo como aperfeiçoamento do natural, componentes que armazenem reminiscências e informações parecidas com a memória cerebral. Entre outros aspectos, experimentos que identifiquem ao máximo um robô a um humano. Além disso, a ciência, na viabilização de recursos que melhorem a nossa estada nesse planeta, ao modo dela, permite que a avidez do mercado supere acordos éticos. No caso, ao analisarmos as justificativas dadas pelos cientistas sobre experimentações genéticas – como cruzamentos de genes de organismos diferentes – encontraremos respostas em igual teor a de um artista que experimenta a tecnologia com apelo apenas estético e padronizador da configuração de humanidade. Por um outro lado, mais otimista, o suporte tecnológico pode possibilitar a criação de componentes reais e virtuais que possam preencher lacunas da percepção equivalente ao desenvolvimento de material genético como células tronco, pele e órgãos que possam prolongar a vida no futuro. Ações que se não se deixarem levar por acordos econômicos poderão permitir um melhoramento social e uma convivência acordada criticamente com o inevitável, um mundo de seres vivos e máquinas quase vivas.

...

Os conceitos genéricos "arte" e "tecnologia" podem ainda hoje distinguir-se entre si se os observarmos separadamente. A arte sempre precisou de tecnologia como a tecnologia sempre a serviu. Pensando em um futuro não muito distante, ambos podem vir a fundir-se definitivamente. Pois, neste momento analisados juntos, passa-se despercebido onde um começa e o outro termina. Tal hipótese parece trágica por supor que talvez haja a impossibilidade de um dia arte e tecnologia conviverem separadas.

Ambas são um corpo sem órgãos.



Santo Agostinho conta a história de um pirata capturado por Alexandre, o Grande, que lhe perguntou: "Como você ousa molestar o mar?". "E como você ousa molestar o mundo inteiro?", replicou o pirata. "Pois, por fazer isso apenas com um pequeno navio, sou chamado de ladrão; mas você, que o faz com uma marinha enorme, é chamado de imperador. (Noam Chomski)

Ilustração 6. Tininha Llanos remix: Tininha Llanos

Em busca do Brasil profundo

Felipe Fonseca

As páginas seguintes são uma tentativa de levantar algumas questões que me parecem relevantes na busca do que pode ser uma identidade brasileira nos contextos de ativismo midiático e apropriação tecnológica dos dias de hoje. Na ausência de repertório teórico e método científico, vou lançar mão de uma ou outra analogia equivocada, jogar aqui e ali uma conclusão precipitada, contar histórias sob a minha perspectiva individual, e certamente ignorar outras pessoas que já pensaram de maneira muito mais correta este ou aquele aspecto. Aos inevitáveis descontentes, aviso de antemão: não percam seu tempo, pulem pro próximo artigo.

Mitoriginários

Pois foi que um dia a gente toda se encontrou, e perceberam que eram mais que 11. Eram até mais do que 33. E falaram 1s pra outrxs: "sou teu parente! vamo pra festa?" E daí em diante resolveram se re-encontrar pra sempre.

Uma busca coletiva e aprofundada vem acontecendo nos últimos anos, e não parece ter um ponto de chegada. De fato, uma das

conclusões possíveis é justamente que chegar a conclusões não é um de nossos objetivos. Desde o início do milênio, pessoas de todo o Brasil vêm atuando em espaços simbólicos coletivos, *tentativamente* ações cujos objetivos específicos são menos importantes do que um certo direcionamento geral, que pode ser interpretado de diversas formas - busca de identidade, fuga, desistência, incompetência, entrega, ritual.

Existem, claro, um monte de outras narrativas possíveis, mas a minha versão de hoje dessa história começa com um primeiro momento de agrupamento, reconhecimento e conexão em março de 2003 – o festival Mídia Tática Brasil (MTB), no meio do meio de São Paulo. Houve antecedentes – o *prov0s* em Belo Horizonte, o MetaEvento e a primeira edição do Emoção Art.Ficial também em São Paulo, entre outros – mas em termos de escala e significado o MTB foi um momento de transformação de consciências. Os tempos eram de grande expectativa: a internet estava começando a chegar às periferias, o software livre se mostrava cada vez mais uma alternativa viável até para pessoas que não falavam código binário, Gilberto Gil era ministro da cultura (e convidado para um debate). Foram mais de duas dezenas de grupos, e algumas fontes estimam em milhares o número de visitantes. O MTB abriu contatos, hospedou festas, até discussão com repórter da Globo rolou - e dessa vez a gente também tinha câmeras. Durante o festival, o clima era de reconhecimento. Eu não cansava de me espantar em ver que tinha tanta gente interessada em conversas que até então eu não conseguia articular com mais do que duas ou três pessoas. Claro, houve problemas de organização, de estrutura, de horários, do site que nunca entrou no ar (eu tapei o buraco com um blog configurado em um par de horas no primeiro dia do festival), da conexão que não era tudo o que a gente esperava. Mas aquela reunião de gente foi importante, como primeiro momento de intercâmbio entre as diferentes redes.

Uma crítica recorrente em relação ao MTB é que a influência europeia trouxe o uso de uma linguagem engajada e proto-revolucionária, mas o festival se concentrou na Avenida Paulista, com pouco interesse na realidade brasileira para além dos "coletivos independentes" de classe média. E acho que uma das coisas interessantes é que essa perspectiva crítica foi bem compreendida nos eventos que se seguiram. Desde aquele primeiro momento em 2003, outros encontros vieram a tecer uma rede que ainda hoje não

entendeu muito bem a que veio, mas tem descoberto coisas interessantes no caminho. Traçar essa genealogia é também, de alguma forma, contar sobre as buscas pessoais de algumas dessas pessoas.

Mais para o fim de 2003, alguns participantes do MTB foram convidados a falar sobre o Brasil no festival Next 5 Minutes, em Amsterdã. Eu estava nesse grupo. Seguindo algumas discussões na lista do projeto Metá:Fora durante as semanas que antecederam o evento, aproveitei meu espaço para falar sobre a cultura brasileira como uma *cultura hacker*. Hacker no bom sentido, toda aquela carga de produção colaborativa, de a informação ser livre, e também avançando na idéia de cultura do remix, das redes, da adaptabilidade. Alguns dos exemplos que eu usei pra ilustrar a afirmação foram a Umbanda (policêntrica, adaptada a cada localidade, sem um dogma ou autoridade fixas), a Antropofagia e a Tropicália, e os camelôs e o comércio de rua. Outros exemplos que correram as mensagens na lista eram a feijoada, o trabalho colaborativo na escola de samba, o mutirão pra pintar as paredes de casa, e por aí vai. Em Amsterdã, durante o N5M, a entrada do lugar onde acontecia o festival também era o cenário pra uma intervenção em que Ricardo Ruiz e Tatiana Wells montavam uma banquinha de camelô com produtos brasileiros. Boas conversas surgiram ali, e o nosso papel ali de curiosidades encontradas no meio da América do Sul, de gente que vivia no meio da selva com macacos e bananas, e olhem que bonito, também falam mídia, foi assunto pra discussões das quais me lembro até hoje.

Também naquela época, integrantes de alguns dos grupos que se conheceram no MTB começaram a conversar sobre um projeto a ser realizado em São Paulo, os Autolabs. A intenção era propor, junto a um projeto de protagonismo social para jovens de três bairros da zona leste da cidade, uma ação de "alfabetização midiática", que oferecia estrutura e "capacitação" em ferramentas de mídia - computadores com internet, rádio livre, fotografia e produção gráfica, organização de eventos. O projeto explicitava a busca de mobilização e inovação na relação entre centro e periferia. Esses dois termos, "centro" e "periferia", acabaram muitas vezes por pautar as relações, acirrando uma polarização que já beira o extremo por conta do reduzido nível de intercâmbio entre diferentes áreas da meta-cidade que é São Paulo. Relatando na lista nettime com o engenhoso título

"The fine young cannibals... of Brazilian Tactical Media", David Garcia, um dos convidados de fora para o Finde Tático, evento de encerramento dos Autolabs, apontou como contraditório o fato de os debates terem sido realizados em lugares centrais, quando a intenção explícita de todo o projeto era escapar ao centro. De qualquer forma, os Autolabs foram uma primeira experiência cujos aprendizados e contradições se tornaram referência pra vários projetos que depois também tentariam atuar na encruzilhada entre poder público e ativismo. Daqui a pouco eu volto a esse assunto.

Ainda em 2004, foi realizada uma conferência com um nome esperto, a Digitofagia. Pela primeira vez aquela rede propunha não um festival, mas uma conferência de trabalho, com workshops e incentivando as pessoas a colaborarem. A idéia de "digitofagia" é interessante (também quero retomá-la mais tarde nesse texto), mas gerou em muitas pessoas uma expectativa que não se cumpriu. Ainda havia uma polarização bastante forte: o MIS, no coração dos Jardins, o centro da ostentação paulistana com suas lojas de carros importados e mansões, junto com toda aquela conversa subversiva, com convidados de movimentos sociais bastante representativos... alguma coisa não descia bem. Teve pontos altos, teve muita conversa boa e troca, mas de mais de uma pessoa eu ouvi que "podia ter sido mais". Mas de alguma forma já não mais se replicava o modelo europeu de conferência com debatedores e audiência: muitas vezes o debate se dava em volta de um amplificador de guitarra, com um microfone bailando nas mãos de qualquer pessoa interessada em participar. Estávamos em busca de alguma coisa.

Se hay gobierno, soy... o quê?

E o bazar tinha tanta gente que o rei decidiu circular por ali para fazer suas compras. O rei não mandava em nada, mas a tradição dizia que ele era perfeccionista. Naquele dia o bazar ficou tão limpinho e organizado que parecia uma catedral. Cadê a banca de pastel de querosene? Cadê meu caldo de cana? O camelódromo virou Daslu, e o rei morreu de fome.

Naquela época, se havia formado um cenário complexo: depois de algumas décadas de ditadura, uns anos de confusão e oito

anos de tucanismo, a esquerda havia chegado a Brasília. E tinha uma série de posicionamentos conceituais, bandeiras históricas, opções pelo coletivo, pela solidariedade, pela autonomia, pela valorização das culturas locais. Mas não tinha equipe suficiente para desenvolver os projetos que levariam adiante essa orientação política. Não parecia haver outra opção senão o que acabou se passando: parte do ativismo foi co-optado. Os mais ingênuos (não me excludo desse tipo) acreditavam que estavam "hackeando o governo". De fato, um grande nível de experimentação, não só técnica como social e política, foi possível durante algum tempo, driblando os caminhos tradicionais da burocracia. Mas, e não foi por falta de aviso de aliados mais experientes, uma hora a realidade chegou. Governo é governo. Deveria se preocupar com políticas públicas. Experimentação é interessante, e em muitos casos é justo que seja em maior ou menor escala bancada pelo poder público. Mas essas pessoas terem entrado na onda de "trabalhar para o governo" pode ter atrasado em alguns anos o desenvolvimento de mecanismos públicos - abertos, com tomada de decisões seguindo com critérios claros, prestação de contas visível a todos os possíveis interessados. Não acho que poderia ter sido de outra forma - "hackear o governo" era uma alternativa possível frente à imobilidade geral das coisas há alguns anos, e um grupo de pessoas resolveu agir. Mas talvez agora esteja na hora de retomar o debate: como fazer para estimular inovação social, política e tecnológica fora da estrutura asfixiada dos *canais competentes*? Como apoiar o estabelecimento de estruturas autônomas de pesquisa e desenvolvimento, sem cair no usual campeonato de burocracia, em que ganham aquelas organizações mais conformadas ao funcionamento (e às estruturas de poder) do terceiro setor, do mundo acadêmico, da política de editais e tudo mais?

Voltando então a um pouco de historinha sobre o começo dessa coisa toda.

Eu lembro da oficina de inclusão digital organizada por um governo federal ainda recém-empossado em 2003, em Brasília: começavam a falar de software livre, e aquele monte de fornecedores de tecnologia falando que entendiam do assunto, mas nem sabiam direito do que se tratava. Tinha gente dizendo que software livre era só pro terminal burro, mas no servidor o único caminho era windows. Os ongueiros de sempre sugerindo maneiras de *publicizar* suas ações, e

a gente falando em ambientes colaborativos, pra fazer o pessoal *trocar idéia* sobre essa onda toda de tecnologia e ação social. No fim, ao longo dos anos, venceu a diversidade e a abertura, mas a gente matou no peito algumas tentativas de rasteira, do tipo: "essa idéia de MetaReciclagem é legal, mas por que vocês não vão pra cidades pequenas? *Já tem muita gente trabalhando com inclusão digital em cidades grandes*". Sei. Levou medo, né filhão? Preocupa não, que não quero sentar no teu trono. Ele fede.

De qualquer forma, aquela oficina tornou possíveis um monte de coisas. Hernani Dimantas e Dalton Martins começaram a articular com o pessoal de Santo André o que viria a ser o Parque Escola, cujo papel até hoje não foi bem analisado. Isso e mais um monte de conexões começaram naquela oficina, e nos anos seguintes o Brasil fez barulho no mundo com a opção (mais simbólica do que concreta, está certo) pelo software livre. No fim de 2004, Gilberto Gil foi parar na capa da Wired, falando sobre creative commons, software livre e os tais dos pontos de cultura. Nem vou contar aqui de como, antes dos Pontos de Cultura, antes das BACs, no meio da sopa de idéias que foi o grupo Articuladores, "a galera da MetaReciclagem" e alguns outros aliados tiveram que brigar repetidamente pra que o projeto em desenvolvimento adotasse o software livre como posicionamento estratégico e solução técnica abrangente. Um monte de vezes eu ouvi, da boca de ativistas da mídia táctica: "não dá pra gravar som com software livre. Vídeo, então, nem pensar. E PC, PC não serve pra isso, tem que comprar uns MACs, a gente descola umas licenças educacionais, e tá tudo certo". Também não conto que um tempo depois, numa reunião de planejamento do Sinapse Digital, um evento na USP que foi menos paulista que eu esperava (e isso é um elogio, se não ficou claro), foi um MetaRecicleiro que falou antes de todo mundo que "chega de palestra de software livre, a gente tem é que falar de apropriação em outros níveis. migração é cenoura de burro.". Mas aí já se tinha formado o cenário dos medalhões, os arcebispos da *anti-catedral*. Acho que nem vou ir muito a fundo sobre isso.

Min-Que-Ria Tocar

E dentro do castelo de um descendente de reis negros, abriu-se espaço para um novo tipo de magia, uma tecnomagia, que era complexa mas ainda

assim acessível a qualquer pessoa com a coragem e a humildade em desvelar seus mistérios. Em relação a isso e outras coisas foi que ouvi os sacerdotes do caminho das estrelas falarem: o tambor foi a primeira internet.

Deixando de lado o lento e penoso processo que nos levou lá pra dentro - 18 meses de trabalho não remunerado, crises de consciência e a perda de algumas amizades -, chegou um momento em que eu e mais algumas dezenas de pessoas nos encontrávamos de alguma forma dentro da estrutura governamental, mesmo que não totalmente incorporados pela burocracia. O projeto de Cultura Digital dentro dos Pontos de Cultura do Ministério da Cultura (MinC) tinha sido desenvolvido colaborativamente e chegava a hora da prática. Não havíamos tido tempo nem estrutura para levar a cabo o período de pesquisa que havíamos planejado, não ia dar tempo de acertar as pontas da tecnologia e ainda mais: as oficinas teriam que começar antes do equipamento chegar.

Na verdade, uma das primeiras ações, ainda antes de contratos e burocracias, foi o laboratório que ocupamos com outros grupos no acampamento da juventude do Fórum Social Mundial de Porto Alegre em 2005. Um ônibus saiu de Campinas com gente da Tainã, o Expresso 411 e um pessoal da Muda, passou em Sampa pra pegar mais gente. Em Curitiba se juntou com uma Caravana que vinha desde o Rio ou Espírito Santo com o pessoal do Media Sana. Rolou apresentação, show e conversas. Paramos de novo em Floripa ao amanhecer, descansamos algumas horas. À noite, mais apresentação, show e conversas. No terceiro dia, Porto Alegre, e aquela confusão pra encontrar espaço pro ônibus, montar o acampamento, segurar o telhado de plástico que queria voar com o vento. O laboratório era ocupado por vários grupos: o que viria a se tornar Estúdio Livre, uns gatos pingados que usavam o nome MetaReciclagem, os "articuladores", media sana, Tainã, o CMI (Centro de Mídia Independente) e acho que o projeto de memória do FSM (Fórum Social Mundial). Rolou algum atrito, principalmente quando o Gil apareceu pra falar e até deu uma canja com o Expresso 411. Alguns ativistas mascarados questionavam sobre a ambigüidade de um governo que dizia defender a liberdade de expressão e a autonomia,

mas por outro lado reprimia de maneira dura as rádios livres. Teve gente nervosa dos dois lados, eu me diverti com a cena. No fim dos cinco dias, computadores empoeirados por fora e por dentro, um monte de oficinas realizadas, e cada vez mais a certeza de que a idéia de realizar oficinas que despertavam o interesse e identificavam pessoas que poderiam se tornar replicadoras de conhecimento nas diferentes localidades era uma das maneiras de resolver o problema gigante que tínhamos em mãos: como "capacitar" pessoas em centenas de localidades diferentes em uma combinação de assuntos complexa como *produção multimídia* realizada com *software livre*, e contando com equipe e orçamento reduzidos?

Quando se realizou o primeiro evento já relacionado à implementação da ação de tecnologia dos pontos de cultura, o modelo que havia surgido nos Autolabs e testado novamente em Porto Alegre foi extrapolado: um ônibus saiu do sudeste, passou por Brasília e foi até Teresina, para realizar uma oficina com centenas de pessoas, que contou com a doação de 300 PCs e oficinas de hardware, software livre, vídeo, produção de música, e mais um monte de coisas. A oficina foi realizada na sede piauiense do MHHOB, o Movimento do Hip Hop Organizado do Brasil. Eu estava mal de saúde e não pude ir, mas as produções de vídeo e música, os relatos, e a sensação de que aquele grupo de "capacitadores" tinha descido do pedestal da vanguarda da tecnologia livre, e também se mostrava disposto a colocar-se na posição de aprendiz, parecia um bom sinal. Daí pra frente, o projeto adotou uma estratégia de duas escalas de oficinas: oficinas regionais, pra disparar um processo de articulação de redes, despertar a curiosidade e identificar pessoas com potencial de replicação; e depois oficinas locais, que iriam a alguns pontos de cultura para tratar de questões mais específicas de técnica e de produção. Nos anos seguintes foram realizadas mais de três dezenas de oficinas em todo o país, bem documentadas no Estúdio Livre.

DesCentro e Subdialogias

- *Paulinho, a gente precisa de um barco!*
- *De jeito nenhum, amanhã vocês têm que estar aqui. Barco, de jeito nenhum!*

Em 2004, dois projetos brasileiros foram selecionados para *competir* pelo apoio da plataforma Waag-Sarai, um intercâmbio entre entidades da Índia e da Holanda. Ao fim do processo de pesquisa, os dois projetos fugiram da competição. Apresentaram juntos suas conclusões, que refutavam a premissa inicial do intercâmbio (resumindo ao máximo: a chamada dizia: "desenvolvam um projeto de centro de mídia no Brasil", e as duas respostas, de forma diferente, diziam "não precisamos de um centro"). Saíram de lá sem receber o apoio prometido, mas com alguns prêmios de consolação: um projeto enviaria duas pessoas para uma residência de dois meses em Nova Delhi; o outro ficaria responsável por desenvolver um livro e uma conferência. A conferência foi chamada Submidialogia, e aconteceu no fim de outubro de 2005 em Campinas. Abaixo alguns trechos do relato que escrevi na época:

Um evento brasileiro dedicado ao ativismo midiático e suas variantes não poderia deixar de ter uma grande dose de improvisação, informalidade e ação coletiva. [...] Dentro de uma universidade, poderíamos fazer um evento que buscasse a teoria que existe em toda prática, a prática que apóia toda teoria. Acabar com essa divisão imbecil que ainda perdura por aí entre o teórico e o praticante, entre o conceito e a ação.

[...] É muito satisfatório perceber que a colaboração em rede, a auto-gestão e a mutabilidade constante estão presentes, em maior ou menos intensidade, em todos esses grupos.

A submidialogia foi menos uma oportunidade de identificar novas redes do que de estreitar laços e aprofundar, ainda que muito aquém do necessário, o debate sobre a atuação delas. Algumas propostas de encaminhamento, entretanto, caíram no vazio. Talvez pela falta de um foco específico pré-definido, a conferência teve uma tal multiplicidade de atuações paralelas que nenhuma delas foi muito pra frente. A falta de compromisso com horários foi vergonhosamente além do que normalmente se espera nesse tipo de evento. A tentativa conceitual de abstrair todo tipo de hierarquia

sobre as conversas também levou a uma desorganização e falta de objetividade muito grandes durante os painéis. Deixamos de ouvir opiniões valiosas por falta de planejamento, nesse sentido.¹

Como anotação posterior, é bom relatar que houve também criticismo pesado sobre o evento, principalmente por ter recebido um pequeno auxílio financeiro da OSI, ligada à fundação Soros (apesar de não ter havido nenhuma interferência destas na programação da conferência), e por ter uma suposta "agenda oculta" - a plataforma Waag-Sarai esperava que os brasileiros envolvidos chegassem por fim a uma proposta de intercâmbio e cooperação, que foi debatida durante a conferência. Era o embrião do que veio a ser o DesCentro.

No ano seguinte, realizamos a segunda edição da submidialogia, em Olinda. Trechos dos meus relatos sobre ela:

[sobre a apresentação geral da conferência] a maneira como a conversa começou foi um sucesso e se repetiu nos dias seguintes: em vez de entrar em uma das salas e chamar todo mundo que estava lá fora, ligar um microfone e pedir silêncio, fizemos o oposto: começamos a conversa no quintal, entre duas, três, cinco pessoas, e organicamente uma conversa aberta rolou.

[...] A conversa sobre DesCentro, no fim da tarde, merece um relato em si. Comprovando a metodologia de conversas crescendo organicamente, surgiu de uma conversa de poucx na escada, lá fora. A idéia inicial era apresentar em público o que queremos que seja o DesCentro. A conversa foi tomando corpo, e em algum tempo a escada parecia uma ágora, uma área de influência mútua. Levantaram-se algumas questões importantes, como representação, legitimidade, autonomia, sustentabilidade, replicação, institucionalização e mais. Essa conversa precisou ser moderada, mais pelo fato de que muita gente tinha bastante a dizer do que qualquer coisa. E a própria moderação era dinâmica: o papel de moderador dançou

¹ Fonte URL: http://pub.descentro.org/ff_na_submidialogia

de um pra outro de acordo com o andar das conversas e do desempenho do próprio moderador. O único problema é que às vezes o moderador tinha que falar mais alto, o que afastou as meninas da moderação. Mas muitas opiniões foram ouvidas

[...] E continuando na linha de rituais coletivos de transformação, alguém (não lembro de Juba, Jeff ou quem) sugeriu que fechássemos um circuito serial entre pessoas pra colocar os dedos na tomada, já transformada em 110v. Claro que a resistência somada de uma dúzia de pessoas não chega nem a dar choque, mas a experiência compartilhada de receio e superação foi significativa.²

Submidialogia 2 foi quando a gente abandonou o modelo debate vs. auditório e assumiu a pegada festa tribal na escada, debates espontâneos e a democracia de quem grita mais alto. Também seguiu a tendência de ser um evento interno, que parecia ter mais a função de construir uma identidade de rede do que mostrar alguma coisa para o mundo. Um ritual tribal periódico, a remitificação, a oficina de choque elétrico.

Eu não pude participar da terceira edição da Submidialogia, realizada em Lençóis em 2007. Na verdade, eu organizei uma sessão remota por IRC, mas além disso só acompanhei à distância os relatos e fotos. Dessa vez tinha mais gente de fora do Brasil, e as conversas e atritos que surgiram ajudam a levantar algumas questões. Uma aparente contradição que se explicitou é que as mesmas pessoas que defendem a eliminação das fronteiras por vezes acabam tendo um comportamento xenófobo. O "gringo" ainda é um bode expiatório útil no Brasil - podemos culpar as pessoas de fora pela nossa herança desigual, pela exploração, pela pobreza. E isso pra não mencionar que a própria idéia de cultura brasileira é em grande parte uma criação do oligopólio das comunicações eletrônicas, aquele mundo em que se define diversidade cultural como desvio do sotaque carioca. São questões a pensar em nossas ações. Em paralelo, o fato de a conferência ter se realizado ainda mais longe dos centros urbanos é

² Fonte URL: <http://blogs.metareciclagem.org/fff/?p=3552>

simbólico, e reincide em uma busca de um Brasil profundo em grande medida imaginário, mas coerente com as etapas anteriores dessa história. Ainda aguardo outros relatos da Submidialogia em Lençóis pra entender mais sobre esse momento.

////////////////// INTERSTÍCIO //////////////////////

A idéia até aqui era tentar traçar uma linha narrativa e algum tipo de genealogia entre os eventos que começaram um pouco antes do MTB e culminaram com a terceira edição da Submidialogia. Eu quero acreditar que existem muitos paralelos entre essa movimentação, em que um festival no coração hiperbólico de São Paulo foi gerar quase cinco anos depois uma conferência com um debate dentro de cachoeira no interior da Bahia; os projetos que foram realizados nesse meio-tempo, que saíram do mundo da arte e do ativismo de classe média pra flertar com o terceiro setor e políticas públicas e até hoje não conseguiram encontrar muito bem seu espaço de articulação na sociedade; e as buscas individuais das pessoas envolvidas. Se eu fosse um pesquisador sério, tentaria ir um pouco mais a fundo nessa história toda. Mas deixar no ar é uma arte, e eu resolvi mudar de caminho.

////////////////// TCHARAM //////////////////////

É nós no pendraive, ou o banquete digitofágico

Sete Senhas, patrono das mensagens instantâneas e redes sociais, por sete anos e mais sete anos e mais sete anos atravessa a Ponte da Amizade para buscar as tecnologias de comunicação para seu povo. Que seria da gente sem o Paraguai? Na terra sagrada, sempre existe alguém para se chegar em outro alguém. Sempre 1 elx para chegar em outros eus.

U-tererização. Todo mundo conhece a anedota, que "whoops... there it is!" na noite carioca virou "u-tererê!". Tentando voltar pra idéia de Brasil e tecnologia: *utererizar* é tropicalizar, é antropofagizar. E aí, o Brasil tem aquela pegada social que é quase uma obsessão. Li há pouco alguns comentários sobre o artigo "Mobile technology appropriation in a distant mirror: baroque infiltration, creolization and cannibalism" (François Bar, Francis Pisani e Matthew

Weber, <http://abaporu.wordpress.com>), e os autores inserem a apropriação de tecnologias no Brasil, com foco em telefones celulares, no contexto da antropofagia como característica cultural. Estendendo um pouco, as pessoas que têm acesso à internet no Brasil ficam mais horas online do que qualquer outro povo do mundo. E aí tem aquelas histórias conhecidas. O fotolog.net regulou o cadastro de usuários com IP vindo do Brasil, porque o pessoal estava detonando o tráfego de rede nos servidores deles. Gente no mundo todo reclamou de brasileiros que entravam em qualquer comunidade do Orkut escrevendo em português, sem vergonha de invadir o pedaço. Em qualquer escritório, sala de informática, cybercafé ou telecentro pelo país afora nesse exato momento, a chance de que bem mais da metade das pessoas esteja acessando uma rede social e usando um mensageiro instantâneo são altas. Aquela classe média reacionária (que de média não tem nada, se a estatística for levada a sério) gosta de dizer que é assim porque "brasileiro não lê, não quer adquirir cultura" (que não se comente sobre a Caras no banheiro dessa classe média). A outra classe média, meio intelectual e meio de esquerda, gosta de dizer que é assim porque as pessoas não se envolvem no processo político e só perpetuam a alienação. O que eu acho, e há uns dias falei sobre isso no Transmediale, em Berlim, é que essa fixação social que a gente tem não é um acaso, não é ignorância, e não é alienação. É um eco bastante claro de uma maneira diferente de se relacionar com o mundo, uma relação mediada não por afirmações, mas por redes sociais.

Redes e Gangues

No livro 11M, o espanhol David de Ugarte faz uma análise da cultura espanhola criticando o fato de que não existem redes sociais, somente quadrilhas: pequenos grupos com poder repressivo mas sem uma identidade comum. Ele aponta esse fato como um dos elementos que dificultam a integração de imigrantes. Acho que não é um erro afirmar que no Brasil a integração é dos menores problemas (talvez excetuando-se São Paulo, mas todo mundo sabe que São Paulo não é o Brasil). Um amigo que está fazendo o mestrado na Holanda ficou consternado ao descobrir que na primeira semana de aula precisava escolher um grêmio estudantil, porque, segundo lhe disseram, se não

estivesse em um grêmio, ele não faria amigos nunca - amigos são aqueles que se faz na faculdade, o resto são colegas. Pra um brasileiro é difícil entender isso. Fazer parte de múltiplas redes é grande parte da nossa identidade cultural. O Brasil é composto por diversas camadas sobrepostas de redes de pessoas. Todo mundo sabe que isso é mais importante que a lei, que o estado, que um ou outro princípio ético. Essa permeabilidade ética também é reconhecida como bastante brasileira. A primeira conversa que eu tive com um amigo indiano foi ouvir uma daquelas piadas que perguntam o que três políticos de diferentes nacionalidades fariam em não sei que situação. O que tinha o comportamento mais corrupto era, claro, o brasileiro.

Há uns meses eu li também um texto de Jamie King chamado *On the plane of the para-constituted: towards a grammar of gang power*. O título do artigo já traz uma perspectiva interessante: ao invés de pensar só em termos de grupos pré-constituídos (como redes abertas e caóticas) e pós-constituídos (estruturas sociais já estruturadas), ele cita os para-constituídos, que se alheiam do processo geralmente aceito de corporificação social. Além de coletar uma série de referências interessantes para quem quer entender um pouco mais sobre organizações abertas, ele também insere a imagem da gangue, que sempre sobrevive às diferentes estruturas de poder e se mantém em paralelo, para em seguida se perguntar "e se a gangue puder ser reabilitada como forma política?".

No auge da Cultura Digital dentro do MinC, Cláudio Prado costumava afirmar para interlocutores de países "desenvolvidos" que o Brasil tinha a resposta para o bloqueio inevitável que a consciência europeia tinha desenvolvido com o fim do século XX. Essa resposta seria uma mistura de jeitinho, malandragem e a alegria "do Ronaldinho Gaúcho". Essa linha de pensamento é bastante fácil, e eu também admito ter ido por um caminho semelhante, um certo ufanismo do jeitinho. Mas essa perspectiva é limitada se não levar em conta o outro lado da informalidade: a incerteza, o aumento do custo social, e o desequilíbrio dos mecanismos da justiça em favor das pessoas que têm mais relacionamentos, que na maioria das vezes são as pessoas que têm mais recursos, e aqui não falo só da elite econômica tradicional, mas também dos comandos do crime, que já demonstraram mais de uma vez que são muito eficazes na apropriação de tecnologias. Falar em uma sociedade de gangues é

interessante pra trazer à luz os diferentes ciclos em que a informação circula, mas se não existirem mecanismos de mediação, não vai passar de uma ditadura do mais forte. Como fazer para que a gangue, adolescente e festiva, não vire uma máfia violenta?

Cadê nosso Macunaíma?

Geert Lovink uma vez me perguntou: "na Índia tem toda a cena de Bollywood, e aí distribuir vídeos ativistas em VCD é uma coisa que funciona, porque eles conseguiram encontrar uma brecha em uma linguagem que é compreendida em todo o país. Qual seria uma linguagem que é compreendida em todo o Brasil? Penso que a música, ou algo assim". Eu não tive uma resposta clara. A música, sim, está em toda a parte no Brasil. Mas não sei se carrega um potencial de subversão assim tão grande. TV também, a TV chega em todo lugar. Mas não acho que as pessoas levem a TV tão a sério - à acusação de que a TV é o futebol engarrafado, o *ópio eletrônico do povo*, pão & circo da sociedade pós-missa, eu gostaria de responder que a ela parece mais aquela colherada extra de açúcar no doce: não anestesia tanto assim, e até é consumida com uma certa dose de culpa complacente. O ópio de hoje é muito mais a publicidade, a busca da felicidade como consumo, que se confunde mas não é a TV em si. O ópio de hoje é o fato de que *em São Paulo Deus é uma nota de cem*, como cantam os Racionais.

Mas uma linguagem brasileira, compreensível em toda a parte, e que seja potencialmente subversível? Demorei um par de anos, e precisei conhecer um monte de gente e vivenciar algumas coisas pra entender que se existe alguma coisa assim no Brasil, a linguagem buscada é a *feira*. E não aquelas festas em que se fica sentado assistindo ao show lá na frente. Falo aqui das festas totais, transversais, sem fim nem começo, em eterna decomposição e reconfiguração. A festa como movimento, a peregrinação entre festas juninas, a gincana que mobiliza toda a cidade. Não só a música e a dança, mas o *jogo* como parte da festa.

E jogo é. Software livre é divertido porque é um jogo... posso ficar dias polindo a ferramenta, a ponto de esquecer por que uma vez quis usá-la. Um jogo sem fim, uma batalha não contra a máquina,

mas contra meus próprios limites de compreensão, de conhecimento, de associação de idéias, uma batalha que na maioria das vezes se luta com o apoio de outras pessoas da rede, e muitas vezes acaba por atrasar o uso efetivo do software – o processo fica mais interessante que qualquer resultado efetivo. Transpondo de volta à estrutura de redes, isso pode levar a entraves. Não foram poucas as vezes que se criticou um certo bloqueio que os grupos brasileiro demonstram em finalizar suas idéias. Durante o Incommunicado, conferência em Amsterdã em 2005, tive uma boa discussão com uma ongueira africana que não aceitava que a MetaReciclagem fosse uma rede aberta: "vocês precisam se corporificar, criar uma instituição... só assim vocês vão poder influenciar as decisões do governo", e eu respondia "mas a gente já está influenciando o governo". Uma das definições mais satisfatórias da Metareciclagem a define como "um jogo coletivo cujo objetivo é definir o próprio objetivo". A própria idéia de estruturar o DesCentro se configurou como um jogo coletivo, uma tentativa de vencer as limitações impostas pela legislação que regula o terceiro setor. Eu acho que existe um ponto de tensão aí: uma dificuldade de adequação a mecanismos que sabemos que não são ideais. Entender essa resistência a assumir "o lugar que nos cabe" no esquema das coisas da sociedade ocidental como um atraso ou imaturidade das redes é preconceito puro e simples. Mas a alternativa ainda não está clara. Há uns dias, respondi a mensagens da Drica Veloso e Fabs Balvedi na lista do Estúdio Livre numa thread em que se questionava a dialética sem fim:

acho sim que [...] a gente parece estar esboçando um modelo diferente do que o tradicional "monte uma ONG, repita ao máximo o que deu certo, sugue dinheiro do poder público". mas a gente nunca chega a consolidar essas práticas, essas idéias em nada mais estruturado que um email numa lista [...]. daí que acho que tem que analisar sob outra perspectiva... [...] existe algum jeito de não ser tudo processo, líquido, em eterno momento de quase-consolidação, a tal dialética que não acaba? ou vamos seguir aquela onda de nos comparar com instâncias mais conformadas que a gente no esquema das coisas e reclamar que "o brasil é o país do futuro... que

nunca chega" ou qualquer merda parecida?³

Adequação aos critérios alheios?

Sou mais retomar a idéia de "digitofagia".

mas cadê nosso macunaíma?

Mais do que encontrar um jeito de tramar coletivamente que funcione nos nossos pequenos feudos, a gente tem coisas pra colaborar pra todo o mundo. brasil/orkut não é só sub-uso da máquina corporativa - é pautar os próximos passos de desenvolvimento. nomadismo, tribo e festa? tamo dentro.

Pois é. Cadê o nosso Macunaíma?⁴

³ Fonte Url: http://pub.descentro.org/midia/caderno_07_0.pdf

⁴ Url: http://pub.descentro.org/caderno_submediatico_7_em_busca_do_brasil_profundo

Parte II
Práticas e experimentações



Ilustração 7. Foto Lú Tognon - Remix: Tininha Llanos

Processos Imersivos e Reciclagens de Singularidades (para Multitudes)

Fabiane Borges e Marc Etlin

Para EIA (Experiência Imersiva Ambiental)

<http://mapeia.blogspot.com>

IMERSÃO é uma disponibilidade, um engolfamento, um mergulho e se não tiver prudência, um afogamento. Trata-se de um modo de perceber/sentir um determinado espaço/tempo, casual ou produzido voluntariamente. Utilizamos a palavra imersão no rastro do conceito de Deleuze: acontecimento, impingindo sobre seus contornos uma viva idéia de ativismo, pois estamos falando de uma disposição individual/coletiva para criação de situações de resistência aos paradigmas ambientais-políticos-sociais da contemporaneidade.

Consideramos a idéia TAZ (Zonas Autônomas Temporárias) um personagem conceitual fundamental para nossa inventiva, dado sua interferência no imaginário e prática de grande parte da juventude mundial na virada do século XXI. Hakim Bey (ou seja lá quem for que tenha escrito o livro) conseguiu nomear brilhantemente uma série de acontecimentos que já estavam se dando como prática geracional, a exemplo disso temos as *raves*, os encontros presenciais das cibersociedades, ativismos políticos relacionados à planos econômicos/políticos, o contexto prático/estético das interferências urbano/públicas, as experiências grupais de magia com

utilização de softwares, experimentações do corpo digital, eventos de arte, mídia, multimídia, tecnologia livre, software livre, etc.

Uma imersão coletiva é circunstância rítmica com atuação incisiva sobre os corpos dispostos a vivenciarem a experiência; nossa especulação gira em torno das potencializações que o encontro entre ação, corpo tecnologia e tempo depreendem, e também como se constituem as relações rítmicas internas e externas à imersão. É um recorte específico mas de modo algum restritivo. Cada singularidade tem seu próprio ritmo-base e quando desafiada a imergir coletivamente numa determinada situação, necessariamente vai sofrer modulações de seus dados e interferência dos ritmos existenciais alheios alternando entre sua própria base rítmica e a disritmia (noise). Sincronização rítmica é a mais difícil tarefa de uma imersão coletiva, por isso ela é um processo experimental antes de um objeto melódico. O objetivo consensual harmônico pode facilmente se tornar ideológico, no pior sentido da palavra. O consenso não é lógico e mora atrás do pensamento, se dá como acontecimento. Se Simondon se refere “transdução” para dizer da co-constituição produzida entre sujeitos e objetos, poderíamos dizer que: tratamos de novas práticas de “transdução” de redes sociais diferenciadas entre si em contextos imersivos coletivos, a fim de testar linguagens e deflagrar processos de co-constituição. Algo já previsto na idéia de TAZ, o ser já revolucionário, a liberdade do instante, a experimentação profunda das potências de uma coletividade que tenta ser livre em um determinado espaço-tempo, sem que isso tenha que se institucionalizar ou se fragmentar completamente. Pode-se ter planos em comum, objetivos externos específicos, mas é importante prestar atenção na estrutura do encontro para não cair na repetição idiossincrática que tanto a esquerda quanto a direita histórica cultivam, que são as ordens hierárquicas, as discussões pseudo-democráticas e a vontade de representação. A pergunta: Como gerir processos imersivos coletivos? Que modos de produtividades um coletivo de singularidades imersas em um espaço-tempo específico pode alcançar?

PROCESSOS de constituição de realidades e subjetividades. Para qualquer inventiva imersiva, têm-se que levar em conta as singularidades temporais, espaciais, territoriais, culturais de onde se está. Essa abertura para o local é nosso maior foco de experiência e aprendizagem, porque conta com a radicalidade da

alteridade. Imergir coletivamente em um local sem dar devida atenção ao ambiente como um todo, é ignorar a força, sabedoria e poder do local. O ambiente determina os graus de relacionamento, as alianças, ativa ou restringe potencialidades. Imergir ativamente num ambiente, ou criar um ambiente para imersão é trabalho de feiticeiro. É magia. E nosso trabalho se baseia muito em pressupostos mágicos, xamânicos e em técnicas de intensificação de consciência, porém sem nenhum vínculo transcendente/religioso. A mistura dos diversos ritmos somados aos atributos locais são suficientes para essa mudança de frequência, mas pode-se ir mais longe nessa intensificação. Podemos entender ambientes no seu sentido macro ou micropolítico, pode ser tanto uma ocupação sem teto, uma pequena associação de lavadeiras cantoras ou uma cidade como o Rio de Janeiro. O local não está confinado na geografia, há também os espaços públicos da linguagem, da subjetividade, os espaços virtuais, as redes sociais, em última instância, tudo o que está ou que devêm.

Aproveitamos a deixa para dizer das nossas impressões a respeito do contexto de ativismo do Rio de Janeiro, já que estamos aqui no momento de escrever esse texto: o espaço público dessa cidade é freqüentemente festivo – Samba, Hip Hop, Funk, Carnaval, festivais na praia são exemplos de como se manifesta o desejo da vida social carioca. São nesses espaços públicos da música e da festa, do show artístico que se constroem as crônicas, os debates públicos, as reivindicações e manifestações mais esquisitas. Em relação à arte urbana por exemplo, os grupos mais engajados, são grupos que se dedicam a pensar coisas relacionadas ao carnaval, ao candomblé, as fantasias, festas em espaços públicos com algum conteúdo político e não necessariamente ideológico. Grupos como o La-rica fazem festas populares com uma tenda em frente a grandes eventos financeiros e excludentes como Rio Fashion Week ou outros relacionados à moda, arte, bancos, etc. No Rj tem vários grupos de ação, performance, teatro, música, revista política, movimento estudantil, mas com um conteúdo estético/ativista mais propriamente dito, ninguém ganha da "festa"! Em cidades como São Paulo as coisas se dão diferentes. Os grupos se levam mais a sério, as reuniões são intermináveis, o cuidado com a profissão de artista, de militante, de ativista, qualquer uma delas leva em conta a minuciosidade estética, o efeito público e o local de visibilidade. Muitas vezes recaem em repetições burocráticas,

mesmo visando rupturas com essas estruturas. Por essa mesma razão também parecem ter uma maior eficiência simbólica, sendo notório a modificação que causam em determinados espaços públicos da cidade, o que atua incisivamente no imaginário social, a exemplo disso temos o trabalho do coletivo Mico que fazia ações pontuais em relação à mídia oficial, expondo publicamente informações falsas que ocasionavam verdadeiras polêmicas, como foi o caso de uma faixa colocada em 2001 na Avenida Sumaré, que é uma das maiores avenidas de São Paulo, por ocasião de uma manifestação política e revolucionária do PCC (Primeiro Comando da Capital – ordem de presidiários comandante do tráfico de drogas) que desencadeou uma espécie de guerra civil na cidade. A faixa do Mico dizia: "Não estamos em guerra, queremos nossos Direitos – PAZ". A mensagem foi entendida pela mídia oficial como do PCC e dessa forma foi reproduzida em todos jornais, revistas, diários da época de forma sensacionalista: Eles estão no meio de nós! Como chegaram a avenida Sumaré? Os PCCs estão soltos na cidade? Pode ser qualquer um de nós!, etc.

Nos casos de cidades como Rio de Janeiro, Salvador o contexto do divertimento, do erotismo, da estética hedonista geral são mais evidentes. Operar com códigos de intervenção, ativismo, ação, imersão nesses meios deve pressupor a conexão dos estados que se diferenciam e que se equivalem, ao mesmo tempo. Aqui no RJ temos tentado fazer eventos festivos que permitam que a crônica social avance, que o diálogo dos diferentes se expressem a partir de propostas de criação de espaços (artísticos, estéticos, políticos). Temos tentado em nossas ações/imersões modificar a idéia de espaço público como uma *Ágora* grega para outras noções de espaços públicos, que leve em conta as redes ciber, as tecnologias das máquinas, as tecnologias sociais, as diferentes expressões estéticas, o mundo da mídia, publicidade, moda, o calendário da cidade. Não atuamos com um espaço público que está lá esperando nossa intervenção, mas o criamos a partir de eventos recorrentes que se tornem pontos específicos e eficientes de produção, criação e amplificação de códigos, corpos e coletivos. Imergir no espaço público da cidade, mas ainda mais, criar um espaço público de constituição de realidades e singularidades. A pergunta: Como imergir num espaço e tempo

comum com grupos absolutamente diferentes em suas crenças étnicas, políticas e ideológicas?

RECOMBINAÇÕES DE REDES em espaços/tempos imersivos são dispositivos de fomentação de novos modos de fazer política e de existir no mundo. Por traz de qualquer aparato social ou tecnológico estão os sujeitos e é sempre dessa dobra e desdobra do mundo em si e o si inundado que se trata nosso assunto. Essas novas culturas de redes em seus encontros ciber e corpóreos (presenciais) são um importante foco de pesquisa e experimentação para o nosso trabalho e consideramos que elas tem muito a acrescentar nos processos políticos da contemporaneidade. Elas engatinham em sua tentativa de descentralidade e por fim de distribuição de redes e de seus poderes-funções-uso, mas temos alguns bons exemplos no Brasil de tentativas de encontros presenciais imersivos de sujeitos ligados ao movimento do Software Livre, que tentam fazer esse processo avançar. Entre eles temos os encontros anuais do Submidialogia que ocorre há três anos. Submidialogia é uma lista da internet que discute e atua com software livre, mídia tática, opera com programas multimídia, promove ações coletivas de resistência como rádio livre, TV livre e se opõem incisivamente aos monopólios de comunicação. Um dos seus slogans é - Submidialogia: a arte de re:volver o logos do conhecimento pelas práticas e desorientar as práticas pela imersão no sub-conhecimento - . Organizam todo seu encontro de forma pública através de programas abertos de edição da web (wikki), onde inclusive as questões financeiras (financiamento, custos, passagens, alimentação, etc) são debatidas. Os lugares de encontros presenciais são escolhidos de acordo com os contatos dos sujeitos da lista com universidades, instituições acadêmicas, governamentais ou grupos de ações locais. Em 2007 o encontro foi feito junto a um espaço cultural do movimento negro chamado AVANTE, onde tem uma rádio comunitária que é freqüentado por grande parte da juventude daquela pequena cidade interiorana situada na chapada Diamantina na Bahia. Ao imergir em um local como o AVANTE o grupo já provocou estruturalmente a imersão, processo de constituição de realidades, singularidades e recombinação de redes. Pois promoveu a conexão entre as diferenças étnicas, discursivas, políticas, etc. Tanto os usuários da lista, quanto os participantes do espaço cultural tiveram que lidar com a radicalidade da alteridade, sendo que não raras vezes as

discussões se tornaram agressivas. Um ponto interessante, é que tanto as pessoas do movimento negro quanto estrangeiros europeus e norte-americanos que estavam no encontro reclamaram sentirem-se excluídos de grande parte das discussões e atividades, fosse em função da língua ou da apropriação das tecnologias disponíveis, de modo que em determinado momento juntaram-se para fazer uma performance, cada um na sua língua, expressaram seu incômodo falando sobre inteligibilidade, incomunicabilidade, inacessibilidade, denunciando de forma expressivamente estética a situação. Dessa forma vemos que uma situação imersiva pode/deve estar preparada para fazer sua própria auto-crítica no mesmo tempo que ocorre, ampliando o debate com outras linguagens que não só as das discussões racionais, críticas, que tendem a dialetizar os encontros com pressupostos demasiadamente racionalistas que muitas vezes não mudam nada. É o que chamamos de vício de opinião.

A maioria dos debates do submidialogia gira em torno de palavras chave como colaboração, autonomia, relação com população local, quebra de hierarquização, cooptação externa de projetos produzidos coletivamente, sustentabilidade, auto-gestão, arte, cultura, estetização de processos, intervenções públicas e mídicas, softwares livres, acessibilidade a tecnologias, fendas digitais, propriedade intelectual, creative commons, copyleft, etc. Esse tipo de conversa dentro de um ambiente povoado pela cultura do movimento negro traz à tona nuances e reações que fogem da intenção mapeada e obriga todos a fazerem recombinações: a da comunidade da lista entre si (muitos não se conhecem pessoalmente), o grupo visitante com a população local e vice-versa, os projetos construídos coletivamente que acabam as vezes por provocar várias dissidências, mas que mesmo assim é produtiva, em função de sua qualidade rizomática e descentralizada. Levemos em conta que esse encontro presencial continua repercutindo nas listas, nos textos, nas produções multimídias (textos, imagens, sons, etc) disponibilizadas colaborativamente durante todos os processos anteriores, durante e posteriores aos encontros.

Esse tipo de imersão é também visto como uma tecnologia social, planos que se harmonizam e conflitam de acordo com os diferentes ritmos mas que se constituem como planos de realidades, de formulação e resolução de problemas, como meio de crescimento

coletivo. Tecnologia social é um nome bastante utilizado nos debates, que não tenta fetichizar o objeto tecnológico, não trata somente de computadores mas das técnicas desenvolvidas nos mais variados campos sociais, como nos mutirões espontâneos ou organizados, nas lutas dos camelôs, nos ajuntamentos para produção de uma festa comunitária, o que seja. Essa tecnologia social da gambiarra, da reciclagem, da reutilização de práticas e conceitos estão em todos planos da vida cotidiana e se fazem muito importantes para os processos imersivos dessa rede específica e de tudo o mais. A pergunta: Como amplificar as realidades complexas dos vários seguimentos sociais de forma colaborativa sem cair no vício da identidade e sem forçar uma unanimidade das lutas ativistas?

AMPLIFICAÇÕES de realidades complexas pressupõe um alto grau de fidelidade aos acontecimentos (Hi-Fi), pois depende de um sistema de integração entre transmissores e receptores de modo a fazê-los imergir e expandir-se ao mesmo tempo. O agigantamento dos sinais fracos emitidos por determinado aparelho (tech-social) tem a função de inscrever esses sinais (desejo-energia) de forma mais potente e sua abrangência depende dos sistemas de modulação. Os moduladores não são dispositivos neutralistas e sim um aparelho irradiador atento ao transporte das ondas portadoras de conteúdos. É capaz de transmitir e fazer variação desses conteúdos de acordo com as vontades internas e externas à ação. A modulação nada tem a ver com governabilidades ou estatutos mas com a intensidade e frequência do sistema integrado de amplificação. Sua conexão é temporária, não pressupõe nenhuma forma de permanência pra além do seu próprio tempo de duração, mas é necessário pressupor certa nitidez na irradiação que não refere-se aos sistemas de inteligibilidade padrão, mas à confluência dos diversos conteúdos. A amplificação desses sinais quando eficientes criam uma rede ampliada sonoro-existencial, que conecta superficies interativas promovendo ampliação de sentidos e alianças para além do evento/acontecimento. Não pretende abarcar o mundo inteiro mas cria um espiral transversal onde as alianças podem ser produzidas com maior facilidade amplificando notoriamente o acontecimento.

A modulação é um aparelho tecnológico e uma ferramenta esquizo-analítica. Pode ser utilizado individual ou coletivamente. Seu bom uso pode ser de grande importância em contextos ativistas, pois

funciona como técnica, tática e terapêutica ao mesmo tempo. Temos alguns exemplos de eventos criados com essa perspectiva de modulação que evidentemente é uma nomeação, uma analogia que tem compromisso somente com esse texto, não pretende ser uma pedagogia. Mas serve como ponto aglutinador conceitual para definir algumas nossas ações.

A interferência DST/AIDS e Multimídia livre foi feita em dezembro de 2005 junto a rede que atua com DSTs e moradores de rua em São Paulo (cerca de 40 pessoas representando 40 instituições diferentes entre ONGs, órgãos governamentais, assistenciais, etc). Lá realizamos uma intervenção subjetiva, política, inserindo de forma imersiva e estética (com meditações, mixagem de vozes prévias e atuais ao evento, ritos do candomblé, budismo, xamanismo, projeções, softwares multimídia, performances improvisadas), a discussão sobre contágio a partir de perspectivas pontuais como cultura digital, situação de vulnerabilidade, HIV/AIDS abrindo dessa forma uma fenda espaço-temporal de situação de liminaridade, onde os trabalhadores dessas redes tiveram que lidar com um evento que abria mão de seus raciocínios lógicos, suas queixas profissionais e seus consensos sobre inclusão social e o papel do estado e instituições, para serem eles próprios desafiados a incluírem-se num contexto modular, onde tudo que tocavam, mexiam ou falavam amplificava-se ou sucumbia no espaço de ação-reverberação, e cabe lembrar que inclusive nós proponentes da interferência submergimos na imersão e não tínhamos o controle total sobre a modulação, se bem que foi inevitável algum tipo de direção, pois trata-se de uma experiência nova para nós, que notoriamente se alimenta de toda uma gama de experimentações da contracultura underground e vanguardista do século XX (futurismo, dadaísmo, surrealismo, movimento beat, hippie, wave, punk, rave, happening, performance e experimentações eletrônicas em geral). Essa é uma das mais caras idéias: abrir mão do papel de modulador e confiar na construção do espaço: os signos, os materiais, as longas pesquisas/vivências prévias sobre os conteúdos comuns ao evento, a disponibilização para vivenciar literalmente o tema em questão, de forma aberta e imersiva. Desta intervenção temos alguns projetos que começaram a ser propostos por esses serviços com moradores de rua e tecnologia livre, sendo que muitos deles nunca tinham pensado no assunto.

- O Evento Loucura.com foi realizado em Brasília em 05/2007 como fechamento da Semana da Luta anti-manicomial, luta que existe há 20 anos no Brasil ligada ao movimento da anti-psiquiatria e que muito tem colaborado para mudanças de lei, de tratamento terapêutico, de relação entre a loucura e a sociedade, etc. Esse movimento é organizado por profissionais da saúde e usuário de serviços mentais, o que por princípio demonstra uma intervenção nos sistemas de organização do movimento social brasileiro. Loucura.com foi uma proposta de colocar num mesmo espaço-tempo a discussão sobre software livre, propriedade intelectual e luta anti-manicomial. A idéia era criar certa convergência desses diferentes seguimentos com a intenção de provocar uma certa efervescência cultural na cidade que na verdade é a capital do Brasil, o que não quer dizer pouca coisa, já que é a capital econômica onde estão estabelecidas todos grandes órgãos financiadoras nacionais e internacionais e onde se estabelecem as leis, as regulações e as grandes manifestações sociais. Tentamos com esse evento de fechamento da semana da Luta anti-manicomial, trazer novos elementos relacionados ao software livre e propriedade intelectual, colocando todos os sujeitos presentes como usuários de uma tecnologia que se pretende aberta e livre (free software e open source). No dia do encontro tiveram performances, projeções, vídeos de estudantes, loucos, psicólogos, DJs, DJs, tudo feito em programas livres e não proprietários. Loucura e tecnologia livre ainda é um território novo, que afora algumas poucas experiências, não tem muitos locais de expressão. Ao acabar o encontro alguns grupos ligados a universidade decidiram levar projetos pra dentro de clínicas e hospitais psiquiátricos e isso já é um dos operadores conectivos produzidos pela imersão. A imersão funciona como um ponto de deflagração de processos, e isso não deve ser esquecido: para que deflagre processos é preciso que seja eficiente e ele próprio, um processo.

- Eroticomia foi nosso último evento de 2007, aconteceu no Espaço cultural independente chamado Bananeiras, que reconhecidamente é um laboratório de linguagens artísticas no Rio de Janeiro em parceria com a Revista Global voltada a questões políticas e culturais da resistência Brasileira, e uma importante grife de profissionais do sexo: DASPU, que para além da moda popular, traz

toda uma discussão política sobre prostituição, profissionalização do ofício da prostituição, sexualidade e erotismo, grife chamada por Elaine Bortolanza, uma colaboradora da rede de prostitutas do Brasil, de Passarelas-passeatas. A idéia desse evento/imersão/festa foi trazer a discussão sobre poder e sexo de forma estética e festiva, a fim de promover um encontro para testar alianças e futuras conexões. O erotismo é um poderoso meio de testar linguagens, discursos e fortalecer alianças. Ainda está longe de acabar as dificuldades que a sexualidade depreende. Ainda habitamos uma sociedade homofóbica, onde a violência e intolerância com as diferenças sexuais (queers) se mostra radicalmente em qualquer esquina. Nem o reconhecimento da prostituição como profissão temos ainda no Brasil, o que fortalece seu caráter marginal e fortalece seu vínculo com a violência. O Eroticomia foi uma tentativa de trazer a tona a discussão sobre esses assuntos de forma poética, performática e multimídica, promovendo a intensificação dessas frequências, aglutinando grupos diversos (como prostitutas e curadores de artes plásticas) num mesmo espaço-tempo amplificador. Como não poderia deixar de ser, o evento foi muito polêmico, acusado de fetichoso e voltado à espetacularização, por ocasião da proposta de que tivesse sexo explícito (leia-se que explícito não necessariamente quer dizer penetração ou relação heterossexual), e uma sessão sado-masoquista, o que não aconteceu devido às críticas citadas. Afora essas críticas, que evidentemente trazem elementos importantes para nosso processo, muitas outras conexões se iniciaram a partir dessa imersão como a construção de uma rede de apoio a profissionalização da prostituição, discussões dentro das redes da web e da universidade e também ampliação dos códigos referentes ao tema (percepção/sensação) de muitos envolvidos na proposta do evento. As performances construídas durante essa ação em sua maioria foram espontâneas, ou seja profissionais do sexo e performers criaram naquele exato espaço-tempo suas leituras estéticas, expressando os paradoxos dessas desigualdades políticas-existenciais, principalmente em relação ao modo da classe média pensar a prostituição, que na maioria das vezes, por mais “avançados” que se sintam, defendem políticas abolicionistas, negam a profissão do sexo como algo digno e insistem na histórica marginalização dessa prática. O eroticomia foi uma das intervenções mais difíceis que fizemos, exatamente por trazer o tema do erótico, do sexo, da transexualidade, do hermafroditismo, do sadismo e masoquismo, e parafilias em geral para dentro dos

contextos acadêmicos, políticos e artísticos da classe cultural do Rio de Janeiro. Chamamos esse encontro, quase como uma provocação, mas de fato pensamos ele como uma intervenção urbana.

CORPO-PRESENÇA, o usuário final é o corpo. O corpo que adocece, que tremula diante do império da lógica e da programação. O corpo do pânico. Sustentáculo das práticas biopolíticas. O corpo atravessado pela contemporaneidade ordinária das tecnologias, da pobreza, da inacessibilidade à saúde, da natureza em decadência. Trazer esse corpo como vetor principal dos nossos empreendimentos imersivos é nossa principal tática terapêutica. Não compactuar com a domesticação cotidiana mas liberá-lo, mesmo que momentaneamente das amarras moralistas que o aprisionam é nossa principal guerrilha. Trabalho árduo, quase impossível. Nossa ineficiência nesse sentido é notória. Mas há algo a ser mantido, uma espécie de espírito saudável que algumas existências definitivamente são destinadas a manter. Uma das coisas que nos anima no movimento queer é isso: queer como um código livre (software livre) contra a lógica da programação da sexualidade. A sexualidade vista aqui como um dos códigos fontes fundamentais para a iniciação dos estados de singularização, porque refere-se diretamente ao corpo e o corpo é a fundação da política. As relações humanas é sempre perpassada pelo erotismo. Sem uma percepção/sensação queer não se inventa nada e só se repete estruturas, e se adocece de tédio. Toda a política é fundamentada no desejo de sua manutenção. Esses são os paradoxos sustentados pela subjetividade. Temporalidade queer é um modo de fugir da programação hetero/homo, da ordem pautada nos valores da representação perpetuadas pelas igrejas da angústia reacionária, da vida fundamentalista ou pragmatista também, repletas de vontade de conveniência e utilidade. As vidas ordinárias sustentam toda miséria da história na simples ida ao shopping center, na escolha do sapato. Para criar um mínimo de oxigênio possível, tratamos de remexer algumas estruturas modelares e tentamos provocar reciclagens. O corpo é o mais forte filtro de reciclagem.



Ilustração 8. Foto Fabiane Borges

Para além dos fios e cabos: sobre a performance metasubcibertrans

Dolores Galindo

Um corpo onde são precariamente atados aparatos técnicos¹.

Nos seios, mouses. No estômago, uma placa-mãe. Na boca, portas de conexão. Na vagina, um mouse. Na cabeça, um chapéu de feltro. No colo, palavras escritas em batom vermelho. E, desfazendo signos identitários, uma máscara perfaz dois olhos. Há a repetição do pênis, no mouse. Há a repetição da boca, na placa de conexão. Há a repetição do estômago, na placa-mãe. Há a repetição dos seios, nos mouses. Há a repetição da face, na máscara. E aqui, “a repetição é aquilo que se opõe à representação, não à diferença”².

Na repetição, perfaz-se um sintagma composto pela disposição dos prefixos *meta*, *sub*, *ciber* e *trans* na qual o primeiro desloca os

¹ Entre os dias 07 e 11 de dezembro, em Lençóis, no interior baiano, ocorreu a terceira edição do evento Submidialogia: a arte de re:volver os logas do conhecimento pelas práticas e desorientar as práticas pela imersão no subconhecimento. Trata-se de um encontro imersivo que agregou artistas, ativistas e intelectuais. Segundo o site do evento, a metodologia de organização se divide em três linhas de ação: o convívio, a realização de integrações multimídia e a montagem de intervenções públicas. Na edição de 2007, diferentemente das anteriores, houve uma invasão feminina (WELLS, T. 2008). É sobre uma das performances femininas que se debruça o presente texto. Para maiores informações sobre o Submidialogia: <http://submidialogia.descentro.org/>

² Idéia trabalhada em Deleuze e retomada por Peter Paul Pebart (2003), p. 229.

demais da sua função literal³. Esquiva-se à lógica de classificação por oposições, à necessidade de conexão.

Deparamo-nos com um dispositivo sócio-técnico feito com peças e cabos que não conectam. A força da performance não está no aprimoramento das potencialidades da interatividade ou da simbiose entre corpo e máquina – os aparatos são obsoletos. Da precariedade, inscrita na adoção do prefixo *sub*, emerge grande parte da potencia da performance. Sonha a metasubcibertrans com computadores vestíveis ligados a outros tantos dispositivos? Os fios – repetamos - não conectam. Alguns aparatos estão, inclusive, amarelados pelo tempo. Teria a metasubcibertrans fugido de um sonho tecnológico não concretizado?⁴

No híbrido, se entrevêem os seios. A visão do contorno das pernas faz do sexo potência de criação e de relação. Sexo, também, obsoleto frente ao instável arranjo atado com fita adesiva. Divisa-se uma metaficcção que questiona os limites do sexo como marcador identitário e da rede de comunicação como utopia civilizatória. Desta vez, a inscrição se dá no prefixo *ciber* e, como indagam as integrantes do g2g⁵, grupo do qual faz parte a performer – o ciberfeminismo teria chegado à América Latina? Em nosso contexto, o tropo *ciborgue* funciona para a desconstrução de dicotomias sexo/gênero e relações de poder de base tecnológica?⁶

Os aparatos técnicos não compõem um exoesqueleto nem são introduzidos na espessura da carne. A performance se dá na superfície da pele. A voz está retida pelas portas de conexão cujos cabos envolvem o pescoço e instalam constrições de movimento. O

³ Efeito semelhante de deslocamento é explorado nas performances *drag king* (HANSON, 2007)

⁴ Fugido, como o fez, a criatura desenvolvida pelo Dr. Frankenstein, na novela de Mary Shelley?

⁵ g2g é um grupo composto por mulheres cujo trabalho se volta, dentre outras ações, para o uso de tecnologias de software livre. Referências sobre o grupo podem ser encontradas no site www.interfaceg2g.org.

⁶ Sobre o questionamento do tropo *ciborgue* como metáfora contemporânea para a desconstrução de dicotomias, ver texto *Sobre os Ciborgues como figuras de borda* (GALINDO, 2003).

dispositivo que conecta é o mesmo que depõe acerca da insuficiência no uso das redes de comunicação. O mouse se interpõe à vulva. O

que se necessita não é uma nova parte do corpo, para dizer de algum modo, mas deslocar o simbólico hegemônico da diferença sexual (heterossexual) e oferecer em perspectiva crítica, esquemas imaginários alternativos que permitam constituir espaços de prazer erógeno (BUTLER, 2002, p. 142).

Como na *Minotaire* de Dali⁷, o corpo *trans* figura-se ao desfazer os contornos nítidos entre feminino e masculino, entre humano, animal e máquina. Sonha-se a metasubcibertrans um cyborg? Mouses se interpõem aos seios e duas crianças são apoiadas em seus braços - posam para a câmera.

Atada por fios e cabos, a performer não se interliga a outro dispositivo – a sustentação dos aparatos está no corpo. Nos cabos que saem das portas analógicas não correm feixes de informação. Performance e política se entrelaçam num corpo que se situa às margens dos fluxos tecnológicos de comunicação. Sonha a metasubcibertrans com feixes de informações binárias percorrendo os cabos que a atam? Tem-se um corpo *open source*, aberto, instável – em metareciclagem⁸.

A criatura não agoniza, sorri fixamente – linha horizontal estirada na face. É instalada uma figuração ritual. A junção imperfeita entre corpo e aparatos delinea um gesto fágico.

Na performance *Ciberpsicomagia*⁹, a fita que atava a boca da criatura, desaparece. Abre-se espaço para uma fala lacônica que oscila entre a lucidez e o delírio. Códigos binários interrompem os fluxos de voz. Victoria Synclair entrevista a Metasubcibertrans que, desta feita,

⁷ Imagem híbrida entre *La Minotaure* (1936) e *Metasubcibertrans* (2007, 2008) pode ser encontrada no site <http://www.degradarte.org>

⁸ Por metareciclagem se alude à apropriação de objetos (novos e velhos) de modo a compor resignificações de usos, sentidos e ações. Mais informações em: <http://metareciclagem.org/drupal/>

⁹ Performance realizada na Casa das Bananeiras, no Rio de Janeiro, em 2008. <http://interface2g.org/node/504>

já não mais apresenta aparatos técnicos. Permanece a máscara na qual se entrevê apenas a boca, descargas elétricas perfazem sons codificáveis¹⁰:

Miserável e divina criatura. Povo yanomami¹¹ me tocava muito delicadamente. Abriram minha placa mãe. Aprenderam sobre os critérios da evolução. Meu corpo era um objeto experimental. Para eles entenderem porque não acreditamos em evolução¹² (BORGES, 2008).

Espíritos indígenas passam a povoá-la. Em performance anterior, a artista já havia invocado os índios guaranis kaiowás de Mato Grosso, que, na ausência de alternativas dignas de vida, cometem suicídio ritual. São estes índios que a abrem e perscrutam a placa mãe atada à pélvis.

O corpo híbrido se converte em objeto experimental. Com o que sonham os índios que a abrem? Tocam-na, delicadamente, num gesto desencantado – do experimento. Uma vez sonhados, os índios são incorporados ao laboratório estendido da artista – tecnomagos que atuam nas interfaces maquínicas e oníricas (Sinclair, V., 2008).

A carcaça do computador se mistura ao visco dos alimentos. Obsoleta, perecível. Passamos um outro agenciamento - índios, alimentos e carcaças¹³.

A criatura agoniza. Não existem mais fios. Não existem mais cabos. Existe apenas o imperativo da conexão – fluxos maquínicos e espirituais a atravessam. Fios, cabos e vestes são expostos sem o suporte corpóreo. Opera-se a autonomização dos aparatos em relação à ordem corpórea:

Assim, como os animais mortos para abate, a metasubcibertrans tem sua pele esticada no curtume. Malhas, Fios, cabos e fluxos são atados em alegoria. “Agora retiram de mim a

¹⁰ A fala da Metasubcibertrans foi feita, basicamente, em inglês.

¹¹ Sobre a performance *Suicídio Guarani*, consultar: <http://diplo.uol.com.br/2008-02,a2168>

¹² Depoimento em vídeo, transcrição cedida pela artista.

¹³ Sobre corpos sem órgãos (Deleuze, 2002).

cobertura de carne, escorrem todo o sangue, afinam os ossos em fios luminosos e aí estou [...] parecida comigo. Um rascunho”¹⁴.

Referências

BORGES, F. *Fala da Metasubcibertrans*. Disponível em: www.cassandras.blogspot.com. Acesso em: 12 de março de 2008.

BUTLER, J. Identificación fantasmática y la asunción del sexo. Em: *Cuerpos que importam: sobre los límites materiales y discursivos del 'sexo'*. Buenos Aires, Paidós, 2002.

DELEUZE, G. Como hacerse um cuerpos in órganos? In: *Mil Mesetas: capitalismo y esquizofrenia*. Espanha: Pré-textos, 2002.

GALINDO, Dolores Sobre os ciborgues como figuras de borda. *Athenea Digital*. nº 4. 2003

HANSON, Julie Drag Kinging: Embodied Acts and Acts of Embodiment. *Body & Society*, v. 13, n. 1, p. 61-106, 2007

HARAWAY, Donna *Ciência, Cyborgs y mujeres: La reinencion de la naturaleza*. Madrid: Ediciones Catedra, 1991.

PELBART, Pelbart Música e Repetição. In: *Vida Capital: Ensaio de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

SINCLAIR, Vitoria. *Entrevista com a Metasubcibertrans*. Disponível em: <http://cassandras.multiply.com>. Acesso em 12 de março de 2008.

WEELS, Tatiana. O ciberfeminismo nunca chegou à América Latina. *Labrys, estudos feministas*, Jan./jul., 2005. Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys7/cyber/tatiana.htm>. Acesso em: 2005

Agradecimento

A Fabiane Borges pelas diversas conversas ao longo da redação deste texto.

¹⁴ Trecho de poema narrado pela cantora Elis Regina durante o seu último show intitulado Trem Azul.

Metasubcibertrans

Victoria Synclair

Metasubcibertrans is a mutant hybrid who has been created by a group of mystics (technomagos) to be an interface between the technological and the human experience.

Half computer, half human, half female, half male Metasubcibertrans speaks a hybrid European language and tongues of esoteric transcendental spiritualist doctrines merged with binary.

Half conscious; half programmed, Metasubcibertrans has been created to find answers and recount astonishing experiences from the technophysical plane.

When summoned Metasubcibertrans leaves his/her physical shell and through a trance it is able to become a medium where fragments of his/her hybrid consciousness bubble to the surface.

Consciousness and programming become intermingled in a unique way; this cyborg is able to explain social and virtual realms from his/her special position.

The machine/person that exists is a unique representation of the physical and virtual able to give us insight into the world we live in from a new vantage point.

Normally Metasubcibertrans lives in a Bricolab - a conceptual and physical space, where the entity speaks as an intermediary for technomagos (technoshamans) and the virtual, technological, physical, psychological and mental planes. In this series of interviews and

rituals held at the Goldschlager Institute, Florianopolis a group of European researchers were permitted to join an audience with Metasubcibertrans as he/she was booted up to receive the unique transmissions that are astounding and educating academics, policymakers and inquisitive parties from all over the world. We were lucky enough to capture a few examples of Metasubcibertrans' more lucid states. The following footage gives a small introduction to these informed and impulsive musings from the unique entity.

Here, in a network first interview Metasubcibertrans talks of the experience of transformation to its physical and mental state as we witness it. The entity also describes Open Source Software, Proprietary Software, Metareciclagem (meta-recycling), Cyber Feminism, Submidialogia and the need for greater involvement and appropriation by marginalised groups of digital culture.¹

¹ See a video at <http://br.youtube.com/watch?v=WnRMbQQM2J0>

Mapeando Lençóis

Karla Schuch Brunet

Mapeamento e psicogeografia são a base de um projeto experimental chamado *Mapeando Lençóis* (www.lencois.art.br). Neste projeto, a experimentação artística foi feita com tecnologia móvel e a colaboração dos transeuntes da cidade de Lençóis.

Em dezembro de 2007, habitantes locais e visitantes, especialmente crianças, criaram um mapa artístico da experimentação urbana na cidade de Lençóis, município baiano. Pedimos a eles para vaguearem pela cidade com um telefone celular e gravar (imagens e sons) o que quisessem. Como resultado, os participantes do projeto salientaram diferentes partes da cidade desenhando uma linha de seu percurso.

O embasamento para este projeto foi a deriva situacionista e a psicogeografia adicionadas a uma vontade de criar mapas – mapas abertos e colaborativos. O resultado, e a documentação desta prática, é um mapa colorido e animado com fotos, áudios e vídeos que apresentam a experimentação destas crianças na sua própria cidade.

A motivação: deriva situacionista

Este projeto foi criado pela motivação de praticar a deriva situacionista usando a tecnologia móvel para fazer anotações. A idéia

era criar uma visão psico-geográfica da cidade de Lençóis. Como Guy Debord (1955) afirma:

A psicogeografia se propunha o estudo das leis precisas e dos efeitos exatos do meio geográfico, conscientemente organizado ou não, em função de sua influência direta sobre o comportamento afetivo dos indivíduos. O adjetivo psicogeográfico, que conserva uma incertidão bastante agradável, pode então ser aplicado às descobertas feitas por esse tipo de investigação, aos resultados de sua influência sobre os sentimentos humanos, e inclusive de maneira geral a toda situação ou conduta que pareça revelar o mesmo espírito de descobrimento.

Usando esta noção de psicogeografia, a pequena cidade de Lençóis pôde ser revista por seus habitantes e visitantes em uma experiência de perambular pelas ruas, desenhando caminhos sem destino.

A deriva é a prática encorajada pelos situacionistas nos anos 50 e hoje ainda usada como uma maneira de se encontrar com o espaço urbano e experimentá-lo de forma diferente da que estamos usualmente acostumados a fazer. Como Guy Debord (DEBORD, 1958), em “Teoria da deriva”, afirma que

O conceito de deriva está ligado indissolavelmente ao reconhecimento de efeitos da natureza psicogeográfica, e à afirmação de um comportamento lúdico-constructivo, o que se opõe em todos os aspectos às noções clássicas de viagem e passeio.

Os participantes do projeto *Mapeando Lençóis* perambularam pela cidade, sozinhos ou em pequenos grupos, com este espírito lúdico e de conscientização. Eles pararam sua rotina para se ligarem a uma descoberta não planejada da cidade, abertos a novos encontros e visualizações. Geralmente, voltavam muito estimulados com a experiência, querendo mostrar seus desenhos de mapa e imagens.

Ivan Chtcheglov (1953), um dos participantes do movimento situacionista, acredita que “experiência demonstra que a deriva é um bom substituto para a massa: é mais efetiva em fazer com que as

peças entrem em comunicação com um grupo de energias, seduzindo-os para o benefício do coletivo”¹

Um lugar (sem)mapa

Lençóis é uma pequena cidade localizada no interior da Bahia. E, diferente dos grandes centros, não possui um mapa preciso de suas ruas disponível para o público. Até mesmo websites como GoogleMaps, MapQuest, Yahoo!Local não têm um mapa da cidade.

Para alguém acostumado a viver em grandes cidades, pode ser inimaginável lugares sem mapas e/ou sem preocupações em ter um. Como sou uma viciada por mapas, esta característica (sem)mapa da cidade me intrigou a criar um mapa, a criar uma forma gráfica de visualizar e experimentar o lugar.

O processo

O projeto de mapeamento foi desenvolvido durante o evento de cultura digital e de apropriação chamado Sumidialogia#3 (<http://submidialogia.descentro.org>). Durante 3 dias visitantes e habitantes locais foram convidados a experimentar a cidade, interpretando e [des]construindo o urbano.

Criamos um pequeno balcão dentro do mercado central marcado com folhetos sobre o projeto, papéis, canetas coloridas e telefone celular. Lá, as pessoas foram encorajadas a saírem sem rumo pela cidade. Explicamos o projeto a eles, pedíamos que escolhessem uma cor para desenhar no mapa (uma folha A3 com uns riscos do que seriam vagamente as ruas da cidade), e lhes dávamos um celular para usar para gravar o trajeto. Com o celular, eles poderiam fazer fotos, vídeo, áudios e escrever curtos textos da experiência. Além de que, eles poderiam mandar MMS para o blog do projeto difundindo sua

¹ Minha tradução do original: “Experience demonstrates that a dérive is a good replacement for a Mass: it is more effective in making people enter into communication with the ensemble of energies, seducing them for the benefit of the collectivity.”

produção. O material recebido por MMS era automaticamente publicado no blog.

O ponto surpreendente desta prática foi que muitas crianças apareceram para colaborar com o projeto e a maioria delas nunca tinha usado anteriormente um telefone celular para produzir conteúdo. Alguns, depois de poucos minutos de explicação se sentiram confortáveis com a mídia, outros tiveram um pouco de dificuldade especialmente em como usar o botão circular para direcionar as escolhas no celular. Por não serem *experts* com a ferramenta, muitas crianças fizeram vídeos pensando que estavam fazendo fotos, outros não lembravam onde parar a gravação de um vídeo e seguiram gravando até terminar a bateria ou memória do celular... Estas “fotos vídeos” podem ser consideradas como um tipo de *détournement* de uma produção por celular. Como Guy Debord and Gil J. Wolman (1956) disseram que “o desvio se torna menos efetivo à medida em que se aproxima de uma resposta racional”. As distorções destas imagens criadas pelas crianças estão longe de serem uma resposta racional, elas são ordinárias expressões de um ensaio pela cidade.

Pudemos perceber o entusiasmo dos participantes ao fazerem algo fora de suas rotinas, e, ao mesmo tempo, a seriedade com que eles encararam o projeto. No dia seguinte das derivas, encontramos com 4 crianças que haviam participado da criação do mapa entrando no ciber-café da Avante, eles tinham o folheto do projeto nas mãos. Contaram-nos que iriam conectar na internet para checar seu trabalho online.

A importância em produzir algo que realmente vá online foi um ponto forte do projeto para eles. Para muitos, esta foi a primeira vez que algo que eles tivessem feito foi publicado em algum lugar. Portanto, eles estavam orgulhos de estarem “online”. Como alguns autores (MANKTELOW, 2002; SCHIANO, NARDI *et al.*, 2004) comentam “Eu blogueio, logo existo”², e naquele dia eles “existiam” no ciberespaço, afinal suas fotos, vídeos e áudios estavam publicadas no blog do projeto (<http://lencois.art.br/blog>)

² Minha tradução do original: “I blog therefore I am”

Telefone celular

Embora exista mais de 120 milhões de celulares ativos no Brasil³, mais da metade deles possuem contas pré-pagas com pouco uso das facilidades de câmera e gravação. A escolha de usar o telefone celular como a ferramenta de gravação da experiência é por este ser relativamente acessível e de custo razoável. Além de ser um aparato que possui diversas características, o celular pode publicar material durante as saídas. No caso projeto *Mapeando Lençóis*, os participantes enviaram o material das ruas mesmo. Paul Levinson (LEVINSON, 2004), em seu livro “Cellphone: the story of the world’s most mobile medium and how it has transformed everything!”, elogia o celular dizendo:

O celular é hoje em dia o epítome da mobilidade em mídia porque ele permite tanto a recepção (como o livro e o rádio transistor) quanto a produção (como a câmera Kodak), proporciona recepção e produção imediata e a longa distância (como o rádio transistor), e proporciona esta interatividade (como nenhum meio móvel anterior).⁴ (LEVINSON, 2004, p. 52)

Com um telefone celular, aqueles que perambularam gravaram seus caminhos fotografando, fazendo vídeos, áudio e curtos textos do cenário e emoções vivenciadas. O material foi enviado por MMS ou via *bluetooth*⁵ e publicado automaticamente no blog do projeto. Juntamente com o celular, eles carregavam um tipo de mapa em papel onde desenharam seu percurso. No final, todos os mapas

³ No Brasil em abril de 2008 o número de celulares ativos era de 127.742.000.

Fonte:<http://www.iftk.com.br/wordpress/numero-de-celulares-no-brasil-1277-milhoes.html>

⁴ Minha tradução do original: “The cell phone is currently the epitome of mobility in media because it allows both reception (like the book and the transistor radio) and production (like the Kodak camera), allows this immediately and long distance (like the transistor radio), and allows this interactively (like no prior mobile medium).”

⁵ Bluetooth é um sistema de transmissão de dados sem fio. Foi usado quando as crianças tiveram dificuldade em enviar o MMS. Neste caso, ao voltarem ao mercado, enviávamos as fotos e áudios por bluetooth para o computador e por email para o blog.

foram sobrepostos criando o mapa de Lençóis baseado na experiência das pessoas.

Quanto falando sobre telefones celulares e imagens, Carole Rivière (2005, p. 173) diz que o celular “carrega um grau de emoção mais intenso e espontâneo, estranhamento e raridade comparado com as normas esperadas de um comportamento social”⁶. Esta emoção estranha e espontânea foi notada nas imagens da deriva feita em Lençóis.

Ao usar tecnologia móvel, papel e caneta hidrocor, o projeto *Mapeando Lençóis* é uma mistura de alta e baixa tecnologia (hi-tech e low-tech) . Não havia GPS ou mapas precisos, o mapeamento foi criado por desenhos em folhas de papel e as imagens e sons foram gravados com um único celular disponível.

O mapa criado



Figura 1. Mapa base para a deriva e mapa final.

A confusão de linhas coloridas e pontos no fundo cinza claro é o resultado da experiência de mapeamento em Lençóis. O mapa é

⁶ Minha tradução do original: “carries a more intense yet spontaneous degree of emotion, strangeness and rarity compared with the expected norms of social behavior.”

uma representação visual de um mapa descrito por Deleuze e Guattari quando teorizando sobre o rizoma.

O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma mediação. (DELEUZE ; GUATTARI, 2000, p. 22)

Mapeando Lençóis corresponde a esta definição, o mapa estava aberto a qualquer um que quisesse criar uma linha (caminho) e/ou pontos conectados (vídeos, áudios, fotos), além de ter sido continuamente modificado durante o processo. Como resultado, o mapa cresceu e modificou-se durante sua criação na medida em que as pessoas adicionavam linhas.

Giuliana Bruno (2002: 273) se refere a mapas transitórios e efêmeros, como os “riscados na areia, desenhados na terra, esculpido na madeira ou pedra, rabiscados nas paredes, desenhados em vidro ou papel vegetal...”⁷ A autora, também, atribui aos mapas uma “atividade referente ao tato”. A construção do *Mapeando Lençóis* foi uma atividade ligada ao tato, pois os envolvidos no projeto tinham sensação de tocar a cidade, pisando e desenhando os mapas eles foram envolvidos pela criação.

Um mapa sem entradas múltiplas – um mapa que rejeita interpretações múltiplas – é um mapa que desencoraja mudanças, que apresenta o mundo como um *fait accompli* ou pior, um mundo sem esperanças.⁸ (GALLOWAY, 2005)

⁷ Minha tradução do original: “scratched in sand, drawn on earth, carved on wood or stone, drafted on walls, designed on glass and parchment...”

⁸ Minha tradução do original: “A map without multiple entrances--a map that denies multiple interpretations--is a map that discourages change, that presents the world as a *fait accompli* or worse, a world without *hope*.”

Levando em consideração esta afirmação de Anne Galloway, pode-se dizer que o mapa em <http://lencois.art.br> é um mapa que encoraja mudanças e cria esperanças. Os colaboradores criaram livremente seus percursos e a navegação do mapa interativo na web pode levar a múltiplas interpretações. Concluindo, este mapa criado, na maior parte, por crianças é um exemplo prático do mapa de hoje, de um mapa “fluido”.

Referências bibliográficas:

BRUNO, G. *Atlas of Emotion: Journeys in Art, Architecture and Film*. London, New York: Verso. 2002.

CHTCHEGLOV, I. *Formulary for a New Urbanism*. Bureau of Public Secrets. Disponível em <http://bopsecrets.org/SI/Chtcheglov.htm> 1953. Acesso em: 2008.

DEBORD, G. *Introdução a uma crítica da geografia urbana*. Disponível em <http://www.rizoma.net/interna.php?id=143&secao=anarquitectura> 1955. Acesso em: 2008

_____. *Teoria da deriva*. Acessado 2008. Disponível em <http://br.geocities.com/anopetil/teoriaderiva.htm> 1958. Acesso em: 2008

DEBORD, G.; WOLMAN, S. J. *Um guia prático para o desvio*. Disponível em <http://br.geocities.com/anopetil/guiadesvio.htm> 1956. Acesso em: 2008

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *Mil Platôs - Capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

GALLOWAY, A. *Locative Media As Socialising And Spatializing Practice: Learning From Archaeology*. Leonardo Electronic Almanac, MIT Press. Disponível em http://www.purselipsquarejaw.org/papers/galloway_ward_draft.pdf 2005. Acesso em: 2008

LEVINSON, P. *Cellphone: the story of the world's most mobile medium and how it has transformed everything!* New York, N. Y.: Palgrave Macmillan. 2004.

MANKTELOW, N. *I blog, therefore I am*. SMH. Disponível em <http://www.smh.com.au/articles/2002/11/08/1036308475001.html> 2002. Acesso em: 2008

RIVIÈRE, C. Mobile camera phones: a new form of "being together" in daily interpersonal communication. In: Ling, Richard Seyler e Per E. Pedersen (Ed.). *Mobile communications: re-negotiation of the social sphere*. London: Springer, 2005.

SCHIANO, D. J., NARDI, B. A., *et al.* *Blogging by the Rest of Us*. CHI 2004 CONFERENCE. Disponível em <http://www.lkl.ac.uk/kscope/ltwsig/archive/seminar2004/Nardi-LTW-seminar-paper.pdf> 2004. Acesso em: 2008

Agradecimento

À Fapesb por me proporcionar bolsa de pesquisa de pós-doutorado, durante a qual pude desenvolver este trabalho experimental.



Ilustração 9. Foto Karla Brunet

/etc-br – Totalmente terceiro sexo /

Tati Wells

Totalmente terceiro mundo terceiro milênio / Carne nua, nua, nua, nua, nua (*Eu sou neguinha?* Caetano Veloso)

Muitas pessoas que estiveram no Sub#3 não perceberam. Também não havia nada evidente nas discussões prévias na lista. Na mesa sobre a-própria-ção a discussão finalmente incluiu a cultura negra, onde estavam os negros em um encontro autônomo de tecnologia? Mas poucas pessoas se perguntaram porque haviam tantas meninas nesse encontro.

A relação entre mulheres e tecnologia sempre foi, no mínimo, estranha. Afastadas culturalmente das carreiras tecnológicas em todos os espaços (casa, escola, trabalho), todavia têm seu simulacro intimamente associado à tecnologia, através da pornografia, que movimenta por exemplo mais de 60% do fluxo de redes p2p. Ou à intervenções cirúrgicas, ciência de ponta, através de modelos de beleza movidos, sobretudo, pelo consumo. O machismo assim como o racismo se justificariam por herança genética: os pobres (as mulheres constituem mais de 70% dos mais pobres) não estão no estado que

estão por culpa da história e sim da biologia. Até os primeiros anos do século XX se deu a moda de pesar os cérebros para medir a inteligência. Com balança em punho cientistas procuraram comprovar como os negros, os indígenas e as mulheres têm cérebros menores do que os homens brancos, e como isso está relacionado com a inteligência. *O Martelo das Bruxas*, um manual da Inquisição escrito em 1546 contra a metade da humanidade dedica-se a justificar o castigo da mulher e demonstrar sua inferioridade biológica, entre muitos outros textos, práticas e estudos prestigiados.

Desafiando todas as *lógicas*, entre os dias 2 e 5 de dezembro, aconteceu na Casa MUV em Salvador (BA), o Eclétic Tech Carnival - Carnaval Eclético Tech. A escolha da data foi proposital para que a presença feminina fosse relevante nos dois encontros. De Salvador partimos juntas para o Sub#3 em Lençóis.

Carinhosamente apelidado de /etc-br, o encontro foi um espaço para mulheres apropriarem-se de tecnologias livres da forma mais segura, divertida e íntima possível. Um ambiente para perguntas, curiosidades, construção e desconstrução de arte: fatos e conceitos. Uma convergência de pessoas que estão pensando, experimentando e se apropriando criticamente das tecnologias de mídia. Não há caminhos fáceis e não há história escrita, precisamos escrevê-la e decidimos fazer isso com o próprio corpo, solidariamente. A ciência do revés, as mulheres e as linhas de comando. A fusão de programas e sistemas livres e a voz plena da mulher, descolonizando-se de resquícios dolorosos marcados a ferro (no mundo de hoje, até o fim do século passado, existiam pelo menos 120 milhões de mulheres mutiladas de seu clitóris). Entre fios, com parcimônia de rendeiras, desestigmatizamo-nos em vaginas dentadas.

Éramos poucas, mas viemos de muitas partes do Brasil e da América Latina para desafiar o mítico imaginário popular de que mulher só sabe pilotar fogão! Sim, é claro que sabemos – como as meninas da Cooperativa de Rango Vegan, nossas anfitriãs nos ensinaram, mas sabemos muito mais do que sonha a vossa vã academia!

Tendo como foco as relações de gênero e co-laborando com grupos constituídos de mulheres, outras vezes mistos - meninos e meninas, transgêneros, minorias - o último dia foi aberto para a

presença de meninos (que gostaram tanto que apareceram outros). Nos organizamos por quase 1 ano através de uma lista de discussão através de afinidades, descobertas e o desejo de aprendizado mútuo, mais do que identidades. Uma experiência-espaco-tempo de ação horizontal e coletiva.

Durante 4 dias:

Conversamos e atualizamos o blog da campanha anual Retome a Tecnologia quando mulheres de todo o mundo realizam ações de contestamento à violência contra a mulher. Fizemos recortes de revistas comerciais. A deliciosa oficina foi mote para várias discussões sobre a desfaçatez do mundo publicitário, da mídia de massa, das empresas que engenhosamente promovem o terror, ao mesmo tempo que o sexo (alívio), a submissão (anestesia) e o amor romântico no imaginário feminino (há mais de 500 anos – a violência física ainda presente, agora protegida pelos espaços privados da casa e a convivência da mídia de massa que perpetua os estereótipos passivos).

Fizemos uma oficina de construção de sítios, quando tivemos uma ótima discussão sobre segurança e privacidade. Lemos a política da .com Yahoo e a lista de parceiros que tem acesso às informações que colocamos ali, entendendo mais um pouco sobre os novos formatos simbólicos mas não menos fetichísticos do capitalismo, que parece estar ainda mais fortificado nos monopólios online, usando inclusive conceitos dos movimentos sociais para *nos* venderem – nosso conteúdo seus sub-produtos.

Conversamos também sobre os processos de identificação que ocorrem online por pessoas que não têm outro espaço de afirmação possível e que acabam fazendo isso por meio de companhias comerciais estrangeiras, como o Orkut. Construímos uma galeria de imagens com fotos do encontro. Mexemos em computadores, ferramentas e programas livres para expressar nossa subjetividade, nossa voz e nossa habilidade. Com paciência e carinho, é claro. Triamos e praticamente montamos mais uma máquina. Produzimos uma vinheta e o material gráfico do encontro. Não realizamos a transmissão ao vivo por decisão coletiva, preservamos a privacidade daquele momento entre nós.

Cozinhamos todos os dias. Tivemos uma linda experiência com a oficina de wendo (defesa pessoal feminina), onde pudemos exercer o nosso lado esquecido pelas horas no computador, onde viramos leões. Valeu Andrea! Conhecemos *hermanas* do Grupo de usuários de Linux de Córdoba (GruLic) e da rede de artistas que experimentam com tecnologias livres na Argentina Liminar. E finalmente, as meninas que não puderam estar presentes fisicamente se conectavam ao encontro por meio das listas de discussão g2g e /etc.

Durante mais 4 outros dias:

Integrando o Sub#3 fizemos ainda uma oficina de vídeo, onde tudo deu errado e não houve conflito algum. Fizemos a performance metasubcibertrans, quando Fabi amarrou-se aos fios e cabos, pousou placas sobre o corpo, e como em uma celebração tecnofágica engolia a entrada de periféricos enquanto andava pelas ruas de paralelepípedo.

Uma exibição de fotos de aldeias indígenas que estão em contato com computadores foi montada no Mercado Público de Lençóis por Rê e Tai, que também conduziu um de dois exercícios de construção de conceitos: sobre a efetividade de nossas próprias ações e a outra, com Lelex, sobre direitos humanos - dentro do batalhão da polícia. Letícia puxou a conversa sobre autonomia e Goa sobre biotecnologias, um *detour tech* pela cidade de Lençóis foi planejado e executado pela Karla, com telefones celulares, e, finalmente, fechamos a sub>festa com D/Vj Titi, com, praticamente, Akin em um peito e o mouse no outro.

Foram dias extensos, mas tão intensos que só absorveremos com o passar do tempo, mas que com certeza se expressará de alguma forma em nossos futuros agrupamentos. A revalorização do feminino. Procure ativamente a história das mulheres nas entrelinhas desse texto, nas lembranças de sua bisavó, de sua filha, em seus próprios gestos. Ela não vai chegar nos noticiários da TV, nem nos portais .com.

Nascido em Amsterdã, na Holanda, o Carnaval Eclético Tech originariamente é exclusivo para mulheres, partindo de um entendimento de que ainda são necessários espaços seguros e de liberdade plena para todos os tipos de assunto que possam parecer temerários ou supérfluos em um outro ambiente. Com o conhecimento tecnológico constituído como um conhecimento de pares, que aqui no Brasil foi expressado também como conhecimento do corpo, da nossa própria força, voz, imagem, fala, das limitações e desafios de nossa sociedade e cultura, para então - fortalecidas - enfrentarmos o mundo em disputa lá fora. Esse método pode ser considerado simplesmente uma tática de inclusão, entre muitas outras necessárias.

Dados (elitistas) da porcentagem brasileira feminina que acessa a Rede, apontam uma debandada feminina da área da Computação. Durante o último Fórum do Software Livre em Porto Alegre (abril de 2007), só houve uma apresentação do tema gênero, ao lado de 479 propostas técnicas e comunitárias de outros 27 países. Nenhuma brasileira! Fato que coloca em perspectiva o quão libertária é de fato a própria cultura do software livre, que só possui entre seus desenvolvedores apenas 1,5% de mulheres. A verdade é que a situação, não coincidentemente, é a mesma, em todos os campos onde circulam poderes formais, artificialmente. Poderes que se materializam em políticas de espacialização excludentes, lugares espinhosos...

Mas nossa estratégia não é ingressar nestes espaços, queremos na verdade o contrário disso, queremos nos des-especializar, procuramos ao mesmo tempo brincar e politizar as novas tecnologias, cruzá-las e fertilizá-las. Esse é nosso enfrentamento político. Não queremos erguer as tecnologias à condição idiossincrática da disperção ou união da mulher com a máquina, nos recusamos a ser vítimas, capturadas, queremos é vestí-las, comunalmente, artisticamente, criticamente, sabendo que desde *sempre* estivemos conectadas umbilicalmente à supermáquina Capitalista. Somos neo-ludi(s)tas!

E queremos fazer isso de dentro de nossas casas, aonde fomos inicialmente re-legadas. Retomamos os espaços íntimos! Ao mesmo tempo que nos assumimos como ciborgues e mães, teletrabalhando como formiguinhas. Uma vez retalhadas – escravas, putas, domésticas, gostosas - nos vemos múltiplas e paralelas, agora juntas. Retomamos

os espaços públicos! Há quem acredite que há inteligência no formigueiro tanto quanto na sincroniidade da formiga. Entramos aqui em simbiose com o sistema, de onde não há volta possível. Vamos celebrar o feminismo, retomemos a tecnologia!

++ <http://etc.interfaceg2g.org>

++ <http://eclectictechcarnival.org>



Ilustração 10. Fotos Karla Brunet

Instalações Interativas.

As crianças subvertem o meio

Ricardo Brasileiro

Um relato informal.

Várias pessoas de vários lugares com vontade de se encontrar e se desencontrar para estudar, subverter, vivenciar, criar. O Submidialogia#3 foi um choque-elétrico subversivo, descentralizado e anárquico. Vivências de construções de famílias, desenvolvendo situações, ações, ambientes e vidas coletivamente.

Os desenvolvimentos de ambientes interativos propostos no Submidialogia#3 aconteceram em alguns momentos do festival. O primeiro momento foi no Mercado Central, lugar de grande movimentação de pessoas - crianças, adultos, comerciantes, turistas -, ponto de encontro para troca de idéias, diversão, jogos, compra e venda, acesso à Internet.

A intervenção proposta foi a construção de um ambiente musical que acionava instrumentos digitais e bancos de samples automaticamente, compondo músicas que soavam experimentais e jazzísticas. Os sons, às vezes, não combinavam com o local, mas naquele momento o que importava era a curiosidade em relação às possibilidades que a ferramenta apresentava.

Os transeuntes interagiam manipulando samples e sintetizadores através de captura de cores e imagens, via webcam. Algumas crianças que estavam passando pelo local, perceberam rapidamente que seus movimentos influenciavam na construção da música e começaram a fazer movimentos como uma dança, logo, entraram em sintonia com o ambiente, tornando-se, desta forma, o ponto mais interessante na construção dessa instalação, uma vez que a velocidade de percepção delas com a ferramenta e com a tecnologia que estava sendo usada, foi muito forte. Na parte técnica, foram usados um notebook, um teclado controlador, arduinos (hardware livre) e os softwares: Jack, Pure Data, Hydrogen, ZynaddSubFX, todos softwares livres, construídos colaborativamente.

Um segundo momento aconteceu na Avante (<http://avantelencois.com.br>), projeto social de Lençóis que faz um trabalho com as crianças e a comunidade. Foi montada uma instalação onde, através do uso da luz de velas, as pessoas pintavam, grafitavam, desenhavam num quadro digital, como um apontador laser artesanal.

O processo de construção da instalação foi improvisado na medida em que nos adequamos aos objetos que o ambiente oferecia. Percebemos que as velas que iluminavam o espaço, poderiam ser nosso apontador, o nosso objeto base. Capturamos a cor da luz da vela, utilizando o Pure Data (<http://puredata.info>) e depois, usando uma webcam, capturamos os movimentos da vela e construímos uma ferramenta no Processing (<http://processing.org>), o qual risca em tempo real sua posição x e y no espaço.

Novamente, a participação das crianças foi essencial, desde a compreensão da construção até o manuseio da ferramenta, que dispensou explicações sobre seu funcionamento. A ferramenta foi mais uma prova do conceito de que é possível construir ferramentas que interagem com pessoas, objetos de um ambiente, da natureza. Essa conversa entre bits e oxigênios, entre algoritmos e organismos demonstram novas possibilidades de trocas de energias e sensações entre variáveis, sistemas e pessoas.

Essas vivências de construções de ambientes interativos com objetos orgânicos, não-orgânicos e o processo de desenvolvimento das ferramentas, encurtam as relações entre o homem, a máquina e a arte,

propiciando sinergias nas construções de artefatos tecno-culturais. A mistura de hackers, artistas, pessoas, atores, crianças, objetos, aproxima e simboliza o estado da natureza artística, favorecendo construções coletivas, lapidando idéias e conflitando métodos.

As características do hacker e do trabalhador cultural devem se fundir e desse modo formar uma ligação abrindo possibilidades de ações por todo aspecto social. Critical Art Ensemble (<http://critical-art.net>)

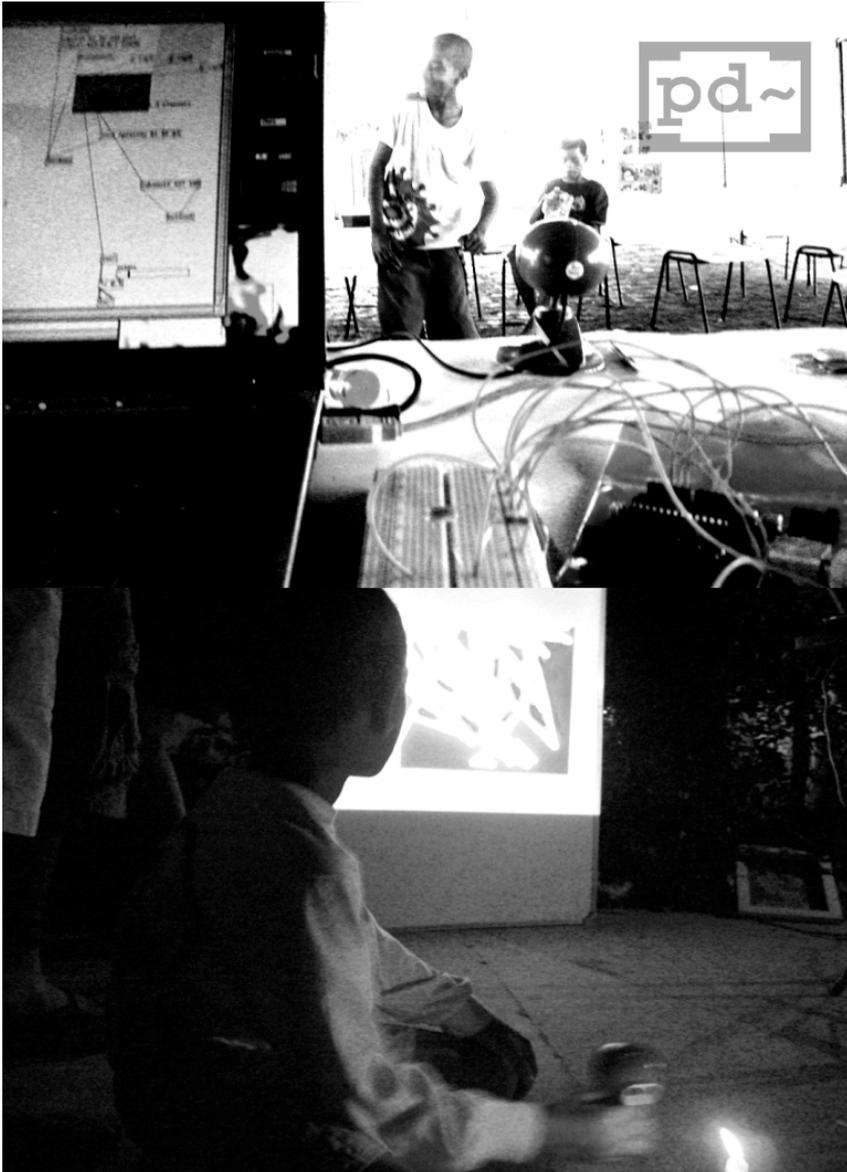


Ilustração 11. Fotos Tininha Llanos e Ricardo Brasileiro

SUB então, subMídia, subCOmandante, subStrato...

Etienne Delacroix

// =====

SUB então, subMídia, subCOmandante, subStrato... a coisa que fica por abaixo. Groundwork. Incroyable la pile de computadores no AVANTE com ninguém, nadie, personne, para fazer algo realmente útil com isso.

Falta o quê? Sub-strato! essa capa de cultura-base, de capacidade de gesto relacionando ao espaço com os processos invisíveis que RULE informação. O computador, não só como *production-tool* mas como NÓ de encontro social. Brillhante a energia e as atitudes das crianças do mercado central que cuidaram da frágil estrutura em cruz durante 4 dias sem romper lá.

Escrevo desde o Uruguai. O único país que efetivamente comprou o pequeno computador verde chamado XO que aparece nas fotos. O país que permitiu começar em 2001 essa desconstrução da black-box que continua como eixo, work-axis, dos ATELIER-LABS , mas um países onde a universidade efetivamente continua travada! nem falar do Brasil....

O singular dessa situação continua sendo a confusão entre público e privado que parece dominar as academias, que no lugar de ser uma fonte da agilização criativa para as sociedades que as custeiam, continuam como máquinas a formatar, processar,

segmentar os cérebros da juventude até continuar segmentar em classes uma sociedade na qual o aumento massivo das "densidades" propulsa os "atores" e os "sujeitos" longe na frente da velha segmentação em classes...

Como colocar então os recursos de "substrato" necessários para a agilização desses "sujeitos" lá onde estão. Longe na frente das velhas segmentações...? Em Lençóis, o SUB#3 me permitiu instanciar uma vez mais, um trabalho de SUB-STRATO.

Thank-you submidialogia. Sim, vamos continuar a fazer as malas...



Ilustração 12. Fotos Etienne Delacroix – Montagem Karla Brunet

Bits, Átomos e Conversas Corridas antes do Sub#3 Acabar...

Etienne Delacroix e Capi

**Entrevista com Etienne Delacroix, 11/DEZ/2007, ~20h00.
Por Bruno Neyra (Capi)**

Capi: Hoje de manhã, você me contou como a Web é relevante por ser uma maneira simples de colocar a presença humana na máquina, de dar uma cor sua a um espaço da Internet, para que alguém possa se identificar com o que você pensa. Mas como isso está proposto no seu projeto?

Etienne Delacroix: Ironicamente, antes mesmo de ter internet, eu sempre quis trabalhar como um pintor. Um pintor aproxima matérias, aproxima papel, tintas, telas, elementos... A internet tem sua mediação física que é o computador. E a gente tem que montar o computador, essa base, e com ele montado, com o mínimo de Sistema Operacional e infra-estrutura, a primeira coisa que você vai ter é a possibilidade de conectar-se com a Internet. E quando eu pergunto a uma criança o que ela quer fazer com o computador que ela acaba de montar, sempre a primeira coisa que ela diz é Internet, é Web. E ela tem ali aquele objeto transacional, o computador, e o browser, o cliente, o terminal, que é o ponto de partida pra se existir na Internet.

Capi: Quando falamos do browser como cliente, como transação codificada, protocolos e redes... a criança acompanha esta complexidade?

Etienne Delacroix: Ela consegue, se você começar a contar essa grande história. A primeira coisa que eu faço quando trabalho com um grupo de crianças é dizer: se vocês olham o mar, ou olham um rio bem grande, como o Amazonas.... Depois que fechem os olhos, e eu peço pra me dizerem quais são as entidades, os elementos, as coisas que serão imaginadas nesse meio-mar, nesse meio-rio-branco. Eles vão contar: aves, pedras, ondas, muitas coisas. Até que em um momento eles vão dizer: água. É quando devemos dizer: bom, agora vocês vão olhar para o computador. Fechem os olhos e digam: quais são as entidades que vocês imaginam no computador?

Sempre tem uma menina no fundo que vai levantar o braço, e mantendo os olhos fechados, vai dizer: fios! muitos fios! Isto para te dizer que é um processo muito concreto e muito imaginário, até chegar aos bits, até as telas... até imaginar outros computadores e como são ligados, e os fios de telefone... É começar a falar de muitas relações entre entidades que elas conhecem e entidades que surgem ao imaginar o computador. Essa é uma viagem paciente, em que eventualmente se chega no momento que se produz a página Web. A internet, pra criança, começa com um desenho, desenho este que pode ser a página Web.

Capi: Na escola, na universidade, existe um receio desse detalhamento, dessa estrutura toda. Parece que temos medo de abandonar o espetáculo, nossa dimensão fetichista da Web.

Etienne Delacroix: Isto porque a universidade está sob um terrorismo do conhecimento. A universidade está cheia de professores que querem assumir o que a gente já sabe. É uma universidade vestibularizada, já filtrada, que recebe autômatos, já programados. E muito [da programação] é decorada, não reside realmente na imaginação. E esse é um desafio interessante pra quem está na universidade e toma consciência de problemas sistêmicos do conhecimento no nível da imaginação. Isso precisa ser repensado. E tem o terrorismo convencional, de fingir que sabemos.

Capi: Hoje você citou Paulo Freire. Como você o enxerga no projeto?

Etienne Delacroix: Paulo Freire é um paradoxo. Para mim é um símbolo do milagre da escola pública no Brasil no final do século 20. Uma escola que escalou de um país de 70 milhões de habitantes com 45% das crianças na escola, para um país de 200 milhões de habitantes com 95%, e fazendo milagrosamente um trabalho-base de deciframento da cara do mundo com essas crianças, acompanhando-as em condições muito difíceis... A pedagogia da autonomia permite a uma escola funcionar sem luz, sem banheiro e com dignidade. Mas hoje isto vai se chocar com um surgimento de tecnologia tão brutal, que agora, quando se fala em Gigahertz, Nanômetro, Gigabyte, não há mais imaginação. Tudo vira matemática, vira técnica, vira a esquizofrenia da relação entre cultura e tecnicidade. É aí que a dinâmica de Paulo Freire não criou competência: criou um mundo de palavras intermináveis para dar dignidade às pessoas, mas não desenvolveu um processo para continuar a identificação na cara invisível do mundo. E se não é culpa dele, essa reflexão não está sendo feita pela geração seguinte.

Capi: Nos termos da filosofia da tecnologia, quando lidamos com a cara do mundo decifrado em Paulo Freire, nós acabamos por deixar de lado uma caixa preta.

Etienne Delacroix: A caixa preta: deixamos o conteúdo e a paisagem de lado. O ambiente tem toda uma história, mas para muitos não tem, porque a caixa preta sempre foi e continuou preta. Não estão acompanhando a mutação da paisagem interna da tecnologia. Essa matéria é a mediação para imaginar as coisas menores. Se você manipula um transistor grosseiro, não miniaturizado, brincando com ele, você começa a ter a chave pra imaginar processos microscópicos. Essa matéria é suporte para uma viagem na imaginação, em outras escalas.

Capi: Bits e átomos? E a linguagem?

Etienne Delacroix: Sim, essa ligação está aí. Você consegue mostrar que fabricamos bits com menos e menos matéria. Não dá pra explicitar na entrevista, mas dá pra explicitar em processos com jovens alunos e com jovens adolescentes. ambos podem até esclarecer-se

juntas, em níveis de abstração diferentes, mas com articulações muito interessantes. Esta matéria é veículo para um processo teatral.

Capi: E como abrir a caixa preta sem se prender ao racionalismo funcional, ao utilitarismo, ao modelo que nós estamos submetidos?

Etienne Delacroix: Esse é o ponto. A idéia de fenomenologia da relação bits/átomos/linguagem surgiu, aos poucos, da constante preocupação de fazer um paralelo entre o processo da arte tradicional (pintura, escultura) e a manipulação da tecnologia até chegar na funcionalidade. Me concentrei no surgimento do entendimento, essa é a essência da fenomenologia. Você está meditando a paisagem, meditando a realidade e observando a singularidade e as formas, e relacionado-as entre elas.

Capi: É uma fenomenologia mista. Mista das grandes narrativas, como o materialismo histórico e a seleção natural, com as micronarrativas a explicar os fenômenos simples a nossa volta. É uma narrativa capaz de acompanhar o fenômeno da significação entre bits e átomos, na escala híbrida em que nós vivemos, onde um projeto pontual pode transformar rapidamente a paisagem.

Etienne Delacroix: É como se fosse um ritmo de micronarrativas. Você se concentra no surgimento das coisas e depois você pode usar o aparelho racional e depois o mecanismo das grandes narrativas. Mas você tem já colocado na imaginação esse patrimônio de formas que você conseguiu receber num momento de encanto, de surgimento.

Capi: Mudando de assunto, eu acho que teu projeto tem algo de hacker. Na relação toda do aprendizado com o prazer, com desfrute do tempo a ele dedicado. Encarar o objeto técnico como uma possibilidade divertida e compartilhável.

Etienne Delacroix: É mais que prazer, vai até o vertigo, para mim. Quando eu faço arte eu posso chegar a um prazer extremo. Eu vivo também isto na programação, na reconquista da eletrônica, em todas as coisas que são 'hacking'. Não é simplesmente um prazer hedonístico, pode ir além disso. Mas é prazer, efetivamente.

Capi: E isto aparece também nos jovens que participam do seu projeto?

Etienne Delacroix: Sem dúvida. e enxergo momentos de surpresas e fascinações, quase uma embriaguez. É muito divertido e altamente não-linear. Não é simplesmente uma produção constante de prazer. Tem uma atmosfera que pode ser divertida e desejável, mas tem também sua parte de esforços. Duros. E eles eventualmente chegam a seus momentos muito intensos. Esta é a não linearidade do processo.

Capi: E mesmo os esforços são compartilhados.

Etienne Delacroix: Às vezes sim, às vezes não. As coisas circulam de uma forma muito não homogênea. Às vezes aproxima pessoas, mas às vezes você vai pegar algo que foi feito por alguém sozinho e levar a um segundo. E estes podem chamar um terceiro... tem muitas diversificações no processo. Mas no decorrer, costuma ser muito coletivo. E a relação entre trabalho coletivo e individual é muito interessante - temos que diversificar e enriquecer essa relação. Às vezes ficamos com um modelo darwiniano na cabeça, com o eixo muito focado no individual.

Capi: Indo pro futuro, como você enxerga a relação com objeto técnico no horizonte de uma transformação social?

Etienne Delacroix: Mistério. Não posso idealizar nem inventar estratégias. Posso fazer o que eu sinto. Nós passamos por uma transformação de escala demográfica. No mundo de 10 bilhões de pessoas (que veio surpreendentemente rápido depois do mundo de 2 bilhões), a pressão destas pessoas pode fazer destacar a molécula humana, na sua importância. Alan Touraine fala explicitamente da passagem de uma sociedade de classes sociais a uma de atores e sujeitos. A continuação do deciframento da cara do mundo é muito importante para produzir estes sujeitos e atores. se tem um jeito de manter a viabilidade das sociedades humanas, passa por integrar este caminho, pela apropriação do objeto técnico na cultura.

Passamos por uma imensa reapropriação pela cultura de coisas que surgiram com a matemática. É a bruta ampliação de nossa capacidade de imaginar espaço e tempo, que vai demorar 3 ou 4 séculos pra ser digerida. Estamos no meio disso.

Capi: Isto acontece na cibercultura. A cibercultura é (tele)presença e é ao mesmo tempo espaço, carregado de símbolos,

onde submergimos. Você percebe o potencial do seu projeto ao reinserir atores periféricos para criar estes símbolos, quando volta a disputar na essência o espaço público, recheado de diversidade?

Etienne Delacroix: Sim, sem dúvida. isto com certeza irá regenerar tecidos sociais para participações nessa dinâmica molecular de interação de sujeitos em rede, no contemporâneo. Participar da produção de valores, e utilizar plenamente essa mudança na nossa relação com a matéria, no nosso imaginar dela.

Capi: Em uma esfera de informações, todos podem contribuir. Uma esfera que nada mais é que registro das operações que nela se realizam, os registros das conversas (chats), nos emails, nos fóruns e nos blogs. E esta população que através do seu projeto entra em contato com o ciberespaço, sempre esteve excluída, e agora adentra um ciberespaço que traz consigo uma carga que os excluía antes. Mas é essencial porque eles tem e trarão consigo seus próprios traços.

Etienne Delacroix: E como você vê essa carga, na saturação da publicidade, nas imposições estéticas, no mercado, nas distorções do consumo?

Capi: Sim... No sentido em que os valores aí presentes... São homens brancos nas propagandas. Existe o fetiche do objeto no consumo e este é um objeto tecnológico caro.

Etienne Delacroix: E todo pronto. Essa é a razão de retomar o caminho para chegar à elementariedade, em todas as escalas. Montar um computador também é um processo gerativo porque você pode ter 200 placas mães em uma sala, e montar 5 computadores. E isso é interessante porque você olhou um sistema de construção, com seus elementos e sua gramática. Você faz surgir algo com isso, e isto é capaz de desconstruir o resto, para talvez recomeçar em outra escala, em seguida. É assim com a sucata, mas por que não com o código? Programando página Web, indo de uma linguagem para outra, do HTML ou JavaScript, assim você agiliza um grupo de pessoas de passar de um entendimento a outro, de uma imaginação do mundo a outra.

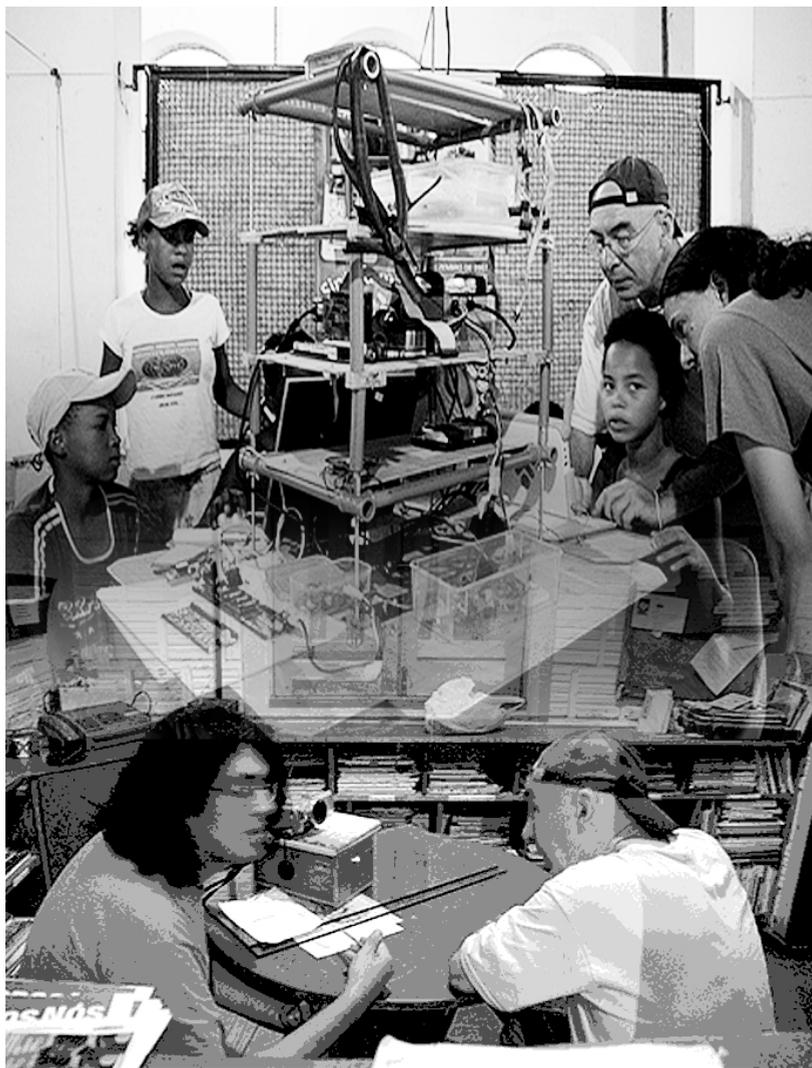


Ilustração 13. Fotos e montagem Karla Brunet

Parte III

Um email

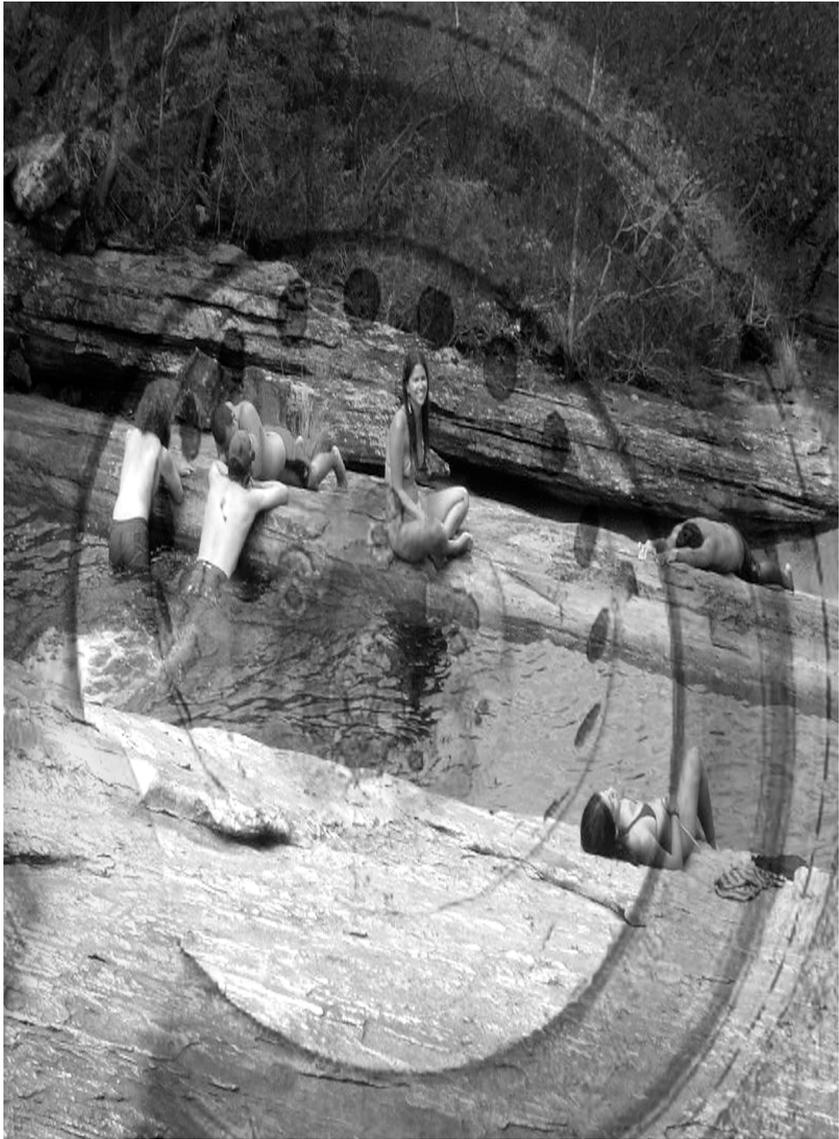


Ilustração 14. Fotos Ricardo Ruiz / Montagem Karla Brunet

No final do evento: um email

Wanderlyne Selva

From: Wan <wanderlyne.selva@gmail.com>

Date: Dec 19, 2007 2:46 PM

Subject: alou do acre!

To: ricardo ruiz <doutorsocratesoreidofutebol@gmail.com>

Ufa! Finalmente cheguei em casa... como o encontro submidiático foi muito bom, resolvi fazer um caminho mais longo, para refletir, e só nessa manhã cheguei por aqui. Instigada para escrever. Depois de tantos dias entre ônibus e barcos, a reflexão na minha cabeça se confunde com os fatos acontecidos. Então, me perdoem se a emoção entrelaçar os fatos, mas é que estava precisando há muito tempo de um encontro como que foi o submidialogia #3.

Vou dizer para vocês que logo que peguei o primeiro barco aqui, rumo à chapada diamantina, não sabia na minha cabeça o que esperar do sub#3. Entre os seios, carregava uma expectativa mista de festejar, de fazer turismo, de festejar com nov@s velh@s amig@s. Mesmo escrevendo pouco, acompanhei a lista com fervor, rabo de olho em cada detalhe de cada email. Primeiro, pessoas buscando alternativas comuns para chegar ao local do encontro. Que lindo! Pela primeira vez, tod@s se mobilizavam para criar alternativas em grupo ou individuais para conseguirem chegar ao encontro. (a gente quer se encontrar?). Ai, um abraço todo especial para nós do g2g, que conseguimos ganhar algum dinheiro via edital de passagens do ministério da cultura (que possibilitou inclusive minha ida), assim

como Ricardo Brasileiro e Marcelo Terça-Nada (no canto do meu pensamento eu sabia que se mais pessoas tivessem concorrido ao edital, mais pessoas ganhavam, mas enfim). Senti também uma falta tremenda de mais participação na construção dos debates via lista. Mas como estava sem tempo de opinar também, resolvi ver no que iria dar.

Depois do fabuloso encontro do g2g em Salvador (sobre esse eu escrevo depois), tod@s se preparavam para a partida à Lençóis. Cedo de manhã, Leitinho de Pêra (que nome lindo!), Alê, Balbino e Ruiz partiram de kombi lotada para deixar tudo prontinho para quando a maioria de nós chegássemos, às 5 da manhã do outro dia (aliás, queria dar um parabéns especial para essa turminha e mais alguns que ficaram na pré-produção do encontro: forçaram o máximo possível o cumprimento dos horários e sempre tiveram a estrutura pronta em tempo. Só achei que outras pessoas poderiam ter se tocado e também ajudado na produção das coisas. Eu mesma só reparei nisso no terceiro dia, mas logo que percebi que também poderia ajudar, carreguei caixas, saí cedo pra organizar as coisas e, pasmem, até dirigi a kombi uma vez, com aquela lamúria de só possuir a terceira e a quarta marcha desde a Paraíba!). A primeira manhã foi tranqüila. Enquanto nem todos os mantimentos chegavam, alguém fritou ovos na água e aos poucos tudo foi se acertando para um café da manhã tranqüilo e feliz.

Às 15h00, uma hora depois do horário marcado para a mesa de abertura, compareci à Avante para entender melhor o que tod@s queriam, conhecer @s outr@s e acompanhar a breve conversa sobre a-própria-ação dos conceitos (magistralmente guiada pela Tai). Mas a abertura foi surpreendente! Depois de um bom tempo de atraso e muita gente falando ao microfone sem saber direito o que falavam (e transmitiam FM), uma boa conversa se deu sobre o que tod@s estavam fazendo lá. Enquanto alguns acreditavam que foram se encontrar com amig@s para se divertir, outr@s tinham certeza de uma hipocrisia e apatia geral, o que resultou em um debate caloroso sobre o papel de cada um. A certa altura, a questão racial foi levantada sobre qual o ponto de vista daquela turma branca de classe média sobre a interação com a população negra e por quê aquele festival era formado por tantos branquinhos e branquinhas e tão poucos negros. Tenho que confessar que adorei Robson (sabe como é,

tenho pais negros e indígenas, acabei tomando partido... hehehe): "Eu não sou a favor de cotas. Porque cotas são para minorias. E eu não sou minoria, eu sou maioria. Estou aqui para tomar o que é meu!". Pôxa, Robson, você é lindo! Um grande beijo para você! (Sem ciúmes Lú! Que você é muito mais linda que ele!) Senti depois o pessoal reclamando a ausência de Ruiz, Balbino e Jean na abertura. Mas Jean e Ruiz foram consertar um pedaço da embreagem da kombi e Balbino foi tirar Akim daquela maresia, precisava mesmo. Ah, enquanto isso o Asa dormia na poça d'água, no meio do maior temporal! Durante a noite, na casa, várias conversas paralelas e conjuntas foram acertando ponteiros e idéias. Quem discutiu antes, reviu seus conceitos, conversou mais um pouco com seus opositores em argumentos e durante a noite um sono profundo e relaxante preparou todo mundo para os dias que viriam.

(tenho que admitir que, apesar da falta de intimidade dos 4 quartos-alojamento com beliches de três andares, eu dormi muito bem todos os dias. Foi uma ótima experiência de convívio. Eu me lembrava de quando era criança e com meus tios dormia na maloca com tod@s aquel@s parentes...)

Pela manhã do dia subsequente, tod@s nos encontramos no mercado central, para a discussão sobre produção musical. Puxa, eu fiquei muito feliz com que vi. Como disse a Lelex, pela primeira vez vejo músicos conversando sobre suas obras e formas de licenciamento. O Fernando Catatau apresentou seus argumentos e opiniões sobre liberar músicas, sobre seu amor a suas composições ("por esse motivo não poderia liberar as faixas de minha música separadamente: pois o harmônico que se forma a partir de duas trilhas também faz parte da minha composição"). Além disso, Tião e outro componente da banda Entre um Gole e Outro (meu deus, eles param o show no palco para tomar uminha! e tem um garçom na banda!) mostram que não só de sonho com gravadoras vivem os músicos. Vivem, sim, muito mais de sonhos. Possíveis! E eles não vendem nem trocam: eles dão! Alguém que participou melhor pode contar mais, a certa altura apareceu uma garrafa de uísque com 1/3 de líquido (parece que foi a sobra do que o Volker trouxe para o brasil para passar as semanas) e uma garrafa de cachaça vinda de algum lugar entre Caetité e Lençóis: viva Tião!

Pela tarde, sons variados na rádio Laúza FM, algumas atividades com Pure Data no mercado central (atividades mesmo aconteceram no sistema digestivo do Glerm, lá de Curitiba. Entre um arduíno e outro, ele comeu um Acarajé feito por um pastor e não deu outra: seus nós nas tripas o fizeram viajar duas vezes para Salvador e rodar boa parte dos hospitais desse eixo baiano. Nem a lavagem estomacal valeu! depois, já em Curitiba, descobriu que tinha eram pedras de sal nos rins. (Viva o araki). Na noite do segundo dia, muitos foram a uma pizzaria baratinha e gostosa, mas eu mesma fui dormir, estava exausta da viagem até ali e dos acontecimentos dos dois primeiros dias.

No terceiro dia, confesso que as coisas já se confundiam mais e mais na minha cabeça. Um pequeno grupo partiu para diversas cachoeiras, outro partiu para mesas, outro saiu para preparar as gravações do semuSSum (gravaram dois raps e duas capoeiras). Eu mesma participei mais ou menos de todas as atividades, circulava entre um espaço e outro, subia o morro sob o sol escaldante até a Avante, voltava ao mercado, dava uma passada na casa para almoçar (ah, os almoços foram um caso a parte... enquanto as meninas da cooperativa de rango vegan faziam nossos lábios deliciarem-se com vatapás, beringelas e feijoadas, nos dias em que elas não mais estavam Holmes, Owen, Mark entre muit@s outr@s se revezaram na cozinha, alimentando a tod@s com delícias e amores! Um abraço todo especial para todo mundo que ajudou na cozinha, cortando, fritando ovo, fazendo suco de tamarindo ou cozinhando para um batalhão! Vocês são demais e eu mesma teria tido uma relação diferente com o evento se não fosse por vocês. Valeu!). Puxa, no final do dia só piscava na minha cabeça como aquele espaço chamado de Avante era agradável, como as pessoas eram amigas, como a consciência e a educação eram trabalhadas... Puxa, eu virei fã incondicional da Avante. Valeu mesmo por tudo Nelma, Valnei, Kojack, Tony Black, Carol e mais todo mundo que eu conheci na Avante esses dias. Nossa, eu não tenho palavras. Se esse relato do festival está tão grande, se eu pegar para falar bem da Avante não cabe nessa vida.

Um beijo Nelma. Um beijo, Avante!

No outro dia de manhã Nelma e Valnei conversaram sobre o formato empírico da educação na Avante. Foi lindo! Outras pessoas

que participaram de projetos governamentais educativos deram suas opiniões e sanaram suas dúvidas nas realidades das palavras de Nelma e Val. Por algum tempo, a conversa foi tomando um rumo político, mas Etienne chamou todo mundo de volta para o Objetivo principal: as metodologias e seus estudos. Foi lindo! Aliás, Etienne e Karla mostraram que têm razão: trabalharam com dezenas de crianças, tanto para o mapeamento da cidade no projeto da Karla em <http://lencois.art.br/> como na Máquina em cruz do Etienne. Bem, as crianças (principalmente Adalberto) também tomaram o microfone sempre que podiam, tiveram mostra de vídeos e ainda batucaram lá do lado da Avante com todo o pessoal do circo (nossa, quase me esqueci do pessoal do circo! da Colômbia e da Argentina, haviam chegado em Lençóis de bicicleta, embora estivessem loucos para vendê-las. Se inscreveram na programação e apresentaram um espetáculo muito bom. Depois se juntaram a nós no almoço e alguns deles até dormiram na casa com a gente por alguns dias. El@s eram lind@s! Tinha também uma outra moça, Carmelita, que cantou e perguntou como a gente poderia ajudar ela a trabalhar com tecnologia. Sua música: "fui numa reunião que só tinha melão, mamão, melancia e muito banana!")

Agora, a mesa que eu mais gostei mesmo foi a que discutiu a tal da Arte. Tod@s se encontraram em uma cachoeira maravilhosa, com um grande poço para mergulhos de diferentes alturas e um Toboágua natural de dar inveja! Owen, Letícia e Lixeira mostraram que são mestres na arte dos mergulhos! Lind@s! A conversa também foi muito boa, aquele monte de artista se encontrando pra conversar sua plasticidade viva (como diria Djahjah, "você é artista plástico? Eu também, eu trabalho com sacos plásticos!). Marcelo tERca-Nada e Giseli deram opiniões lindas sobre a artesanania nossa de cada dia, e muitos outros deram opiniões sobre o suicídio coletivo da arte ou seu aproveitamento como tática... Chiquinho, Thais e Morgana levaram uma conversa paralela no alto de outra pedra, que incrivelmente chegou às mesmas conclusões que a mesa oficial... esse sub... No final, todo mundo pro tobogã, batendo o recorde mundial de trenzinho de artistas em cachoeiras! Adorei, adorei!

Teve também a mesa que aconteceu sentad@s num bar na frente do mercado, todo mundo, uma delícia. Essa tem o áudio gravado, não vou nem relatar (também, depois de tanta cerveja!).

Gostei mesmo foi da intervenção do Capi, do Mark e da Andi, cada um em sua língua natal (português, inglês e austríaco) reclamando sobre o monopólio do gravador de áudio naquela mesa, e que como haviam criado um outro grupo de discussão que não teve visibilidade durante a conversa no gravador, o próximo encontro deveria se chamar submidialogias!

Na noite de segunda feira também a Rádio Cidadão Comum tocou Dub-doidera até meia noite, quando a polícia veio pedir para parar... hahaha :) Só mesmo a oficina de direitos humanos no outro dia no batalhão da Polícia Militar poderia acalmar os ânimos... E acalmou, embora todo mundo tenha descoberto novos humanos dentro de cada um.

No último dia, depois de tanta conversa proveitosa, atividades diversas e coletividade festiva, a festa de encerramento não poderia ter sido diferente: Muita alegria no Carnaval Satã! Músicas do carnaval da década de 70 misturadas com experimentalismo carioca e eletro-alternativo estadunidense botou todo mundo pra sambar! Só faltaram os confetes e a serpentina. Teve também o menino que improvisou Rap sobre Dub e, no final, a Titi mandou ver num som pra fechar a noite, baixinho, em uma caixa só, Novos Baianos, Mãe é Mar.... Antes da última caixa desligar, os palhaços do circo retornaram, dessa vez com tambores e cuspidores de fogo para finalizar a noite em grande estilo! Todo mundo muito feliz, a alegria preenchendo tantos corações e aquela certeza de que finalmente tod@s haviam entendido o espírito do Submidialogia 3: A gente quer se encontrar! Queríamos! E nos encontramos, a nós mesmos e aos outros, numa sintonia de alegria e positividade que foi maravilhada pela paz, serenidade e injustiças sociais dos Lençóis da Bahia!

Lógico que deixei muita coisa de fora dessa missiva, como a performance da Fabi, as fotos do Carlos, as 15 mulheres na kombi rumo à cachoeira do mucujezinho ou as deliciosas caminhadas que sucederam o encontro. Mas não faz mal. Novos relatos e vídeos e fotos virão. Estamos reconstruindo a nossa história. E estamos buscando cada vez mais atores para fazer parte dela. Longa vida aos sub>mediáticos! Para o alto, e Avante, Lençóis!

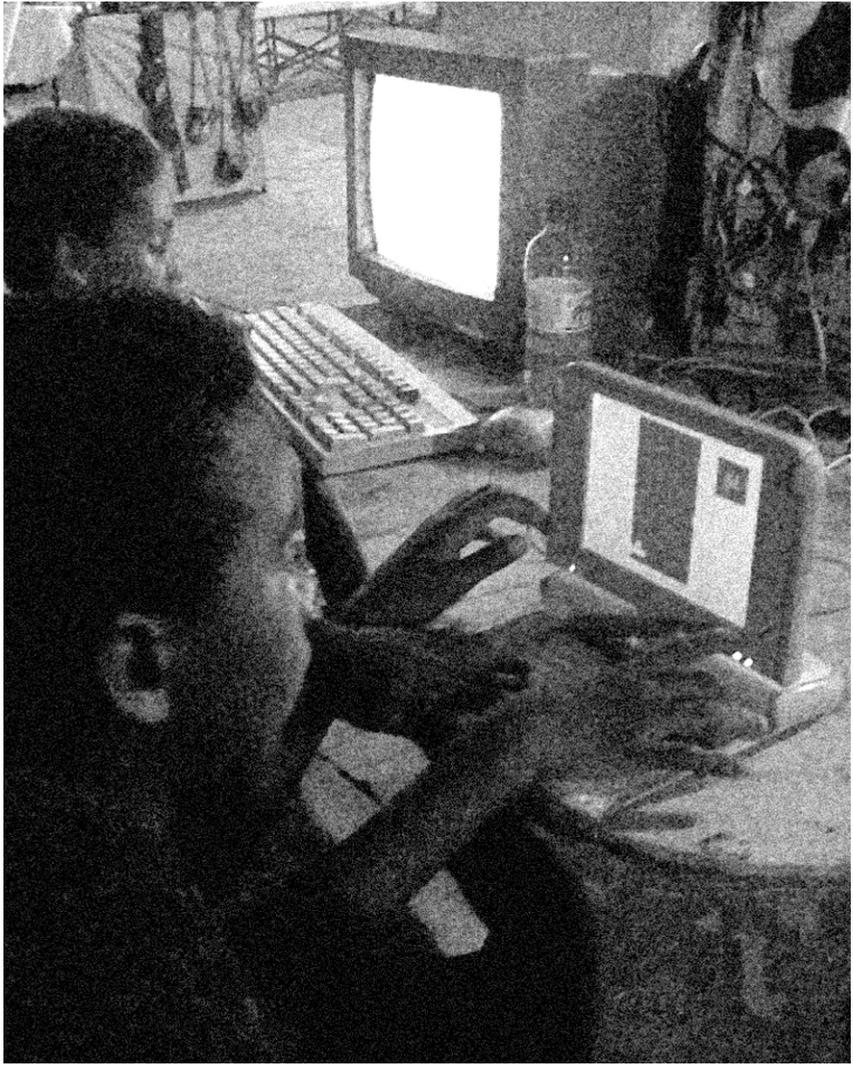


Ilustração 15. Foto Ricardo Ruiz

Colaboradores

Biografias

Adriana Veloso é jornalista e atualmente pesquisa comunicação, cultura e educação. Atua nas redes de coletivos brasileiros, como CMI, Mídia Tática, Metareciclagem, Estudio Livre, g2g, entre outros, desde 2001. Trabalha com vídeo documentário tendo ganhado prêmio no Festival do Livre Olhar em 2007. Entre suas publicações estão textos e artigos na Revista Geek, no livro Digitofagia e em jornais impressos como o Jornal do Brasil e Hoje em Dia (BH).

Beatriz Busaniche é licenciada em comunicação Social, pela Universidad Nacional de Rosario, Argentina. Trabalha na Fundación Vía Libre e se especializa em aspectos sociopolíticos relacionados à inclusão de novas tecnologias na vida cotidiana. É docente da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires, no curso de Ciências da Comunicação. Url: <http://www.bea.org.ar>

Bruno Neyra (aka **Capi**), nascido em 1986 em Viçosa-MG, estudante de Midialogia no Instituto de Artes da Unicamp. Vem estudando Cibercultura, Software Livre e Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia. Ocupa-se de divulgar o lado bom do Software Livre e o lado ruim dos Copyrights.

Dolores Galindo é doutora em Psicologia Social. Pesquisadora do Grupo Práticas discursivas e Produção de Sentidos PUCSP e docente da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) nos cursos de Comunicação e Psicologia. E-mail: dolores_galindo@hotmail.com

Enrique Chaparro é especialista em segurança dos sistemas de informação e propagandista do software livre. Participou de significativos projetos de implantação de software livre nos setores público e privado, e colaborou com projetos legislativos sobre os usos de software livre na Argentina, Colômbia e Peru. É membro do Technical Committee on Security and Privacy de IEEE e da Fundación Via Libre. É graduado em matemática pela UBA e com pos-graduação feita no Canadá e Inglaterra.

Url: <http://www.vialibre.org.ar>

Etienne Delacroix Nascido na Bélgica, é artista visual e PhD em Física Nuclear. Graduação em Licence En Physique pela Université Catholique de Louvain (1970), mestrado em Master Of Physics pela College Of William And Mary In Virginia (1972), doutorado em Theoretical Physics Nuclei and Particles pela College Of William And Mary In Virginia (1977), pós-doutorado pela Centre National de la Recherche Scientifique (1978) e pós-doutorado pela State University of New York (1979). Professor visitante do Massachusetts Institute of Technology - USA, Massachusetts College of Art - USA, Universidad de La República - Uruguay, Ecole National de Design - Eslováquia, Centre Culturel Français - Camarões, Ecole Nationale Supérieure de Création Industrielle - França, Universidade de São Paulo - Brasil, Universidade de Brasília - Brasil.

Fabiane Borges é ensaísta, psicóloga, ativista de mídia e comunicação, atua com performance, interferências públicas, é pesquisadora do software livre. catadores@gmail.com

Felipe Fonseca é pesquisador e articulador de projetos relacionados com produção colaborativa, mídia independente, software livre e apropriação crítica de tecnologia. É integrante da rede MetaReciclagem, membro do conselho do DesCentro, virginiano atípico e colorado não praticante. Mantém sem nenhuma disciplina um blog em <http://efeefe.no-ip.org>

Henrique Parra é cientista social e fotógrafo, doutorando no OLHO (Laboratório de Estudos Audio-Visuais), Faculdade de Educação, UNICAMP e bolsista FAPESP. Este texto é parte do projeto atual de pesquisa que está sendo desenvolvido no portal <http://xama.incubadora.fapesp.br>. Email: polart@riseup.net

José Balbino participou e organizou festivais de arte das novas mídias no Brasil e no exterior como o Enfami (Salvador, 2002) e o Upgrade!Salvador. Atuou em programas de inclusão digital do governo brasileiro, rádios, e, atualmente, se dedica à radiola urbana Cidadão Comum, em mais uma tentativa de desencareamento do cena arte-multimídia.

Karla Schuch Brunet é doutora em Comunicação Audiovisual (Universitat Pompeu Fabra, Espanha) e mestre em Artes Visuais (Academy of Art University, Estados Unidos). Atualmente, está no Pós-Com/UFBA como bolsista de pós-doutorado da Fapesb, onde pesquisa sobre arte eletrônica, comunicação e tecnologia móvel. <http://www.karlabrunet.com>.

Luiz Carlos Pinto é jornalista, hoje desenvolve uma pesquisa de doutorado sobre as formas de ativismo midiático no Programa de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco.

Marc Etlin é escritor e pesquisador, envolvido em processos de performances colaborativas como dramaturgo, facilitador, e consultor. Vive em Nova York e trabalha no instituto hemisférico que

é uma instituição de pesquisa sobre performance e política nas Américas. Email: marcetlin@gmail.com

Ricardo Brasileiro, pesquisa tecnologias livres para produção multimídia, metodologias de ensino de computação, possui experiência com produção e programação de ferramentas artístico-interativas, softwares livres multimídia, produção musical, ações de cultura digital e protagonismo social, graduando em Licenciatura em Computação pela UFRPE. Participa dos coletivos Estúdio Livre (<http://estudiolivre.org>) e Descentro (<http://pub.descentro.org>) como colaborador.

Ricardo Ruiz é comunicólogo, radialista e artista, participa como pesquisador independente da rede des)(centro. Colaborou na organização de dezenas de festivais de mídia, arte e política nacionais e internacionais, bem como programas de inclusão social por meio das tecnologias, governamentais ou não. Sente-se um pouco frustrado por não ter virado cantor de rap.

Tatiana Wells é uma ativista de gênero e mídia do Rio de Janeiro, Brasil. com mestrado em estudos de hipermídia pela Universidade de Westminster (2001). Tatiana trabalha com produção de mídias em software livre através da pedagogia crítica, procurando viabilizar projetos autônomos em um espaço comum e ao mesmo tempo convergente e híbrido, de pesquisa, diversão e teletrabalho. pelos últimos 3 anos mora no rio grande do norte, nordeste do país, na linda praia de Pipa.

Thaís Brito é mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal da Bahia. Tem experiência na área de Comunicação Popular e Comunitária, estudos sobre gênero, tecnologia, software livre e mídia.

Thiago Novaes é pesquisador independente na área de tecnologia e cultura. Bacharel em Ciências Políticas pela Universidade

Estadual de Campinas, integrou a Coordenação Nacional do Projeto Casa Brasil (2006), coordenou a implementação do projeto Pontos de Cultura do Ministério da Cultura (2005), além de ter participado por dois anos (2002/2004) no desenvolvimento de serviços interativos junto ao Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPqD) para o sistema de televisão digital brasileiro, o projeto SBTVD. Ministrou dezenas de palestras e workshops no Brasil e no exterior acerca do tema Cultura Livre - Conhecimento Livre, tendo traduzido e publicado artigos correlatos na Internet. É programador da Rádio Muda, uma Rádio Livre.

Tininha Llanos estudou artes plásticas na EBA-Escola de Belas Artes da UFBA entre 2000 e 2006. Participou do Grupo de Interferência Ambiental (GIA) e idealizou e co-produziu o Salão de Maio em 2004. Participou de diversos encontros de arte e mídia organizados pela Internet. Faz ações em espaços onde qualquer pessoa possa acessar. Hoje é mãe e possui projetos na rede sobre, ciberfeminismo, cultura negra, arte táctica e permacultura.

Victoria Sinclair é mestre e doutora em cultura e comunicação pela Manchester University. É a coordenadora do projeto Generate e co-fundadora do Solid Earth (um coletivo de criação para projetos de conscientização social). Atualmente Victoria trabalha no campo da cultura digital para comunidades em gang e estratégias para comprometimento dos jovens através de processos criativos.

Wanderlynnne Selva é missionária e atua em diversas tribos da Amazônia. Achava que o Brasil era só a floresta, nunca tinha visto um blog, mas desde pequena escreve em diários. Por coincidência, foi parar nos Submidialogias em Olinda-PE e Lençóis-BA, onde conheceu a Internet e o subcomandante Marcos. Descobriu em Olinda, que ela é todo mundo e que todo mundo é ela, assim como o subcomandante Marcos. Se você quiser conhecê-la, é melhor procurá-la na Internet ou um dia quem sabe ela te enviará um e-mail.

Lista de Url

Sugeridas pelos colaboradores

Algumas Url relacionadas com o livro.

- Abaporu
<http://abaporu.wordpress.com/>
- Against Monopoly:
<http://www.againstmonopoly.org/>
- Beatriz Busaniche
<http://www.bea.org.ar/>
- Blog FF
<http://blogs.metareciclagem.org/efefe>
- Blog Rbrazileiro
<http://rbrazileiro.wordpress.com>
- Blog Tininha
<http://tininhallanos.wordpress.com/>
- Bureau d'études
<http://bureaudetudes.free.fr>
- Cassandras
<http://cassandras.multiply.com>
- Co-network
<http://www.co-network.net/>
- des).(centro
<http://pub.descentro.org/>

- Dreadsolto
<http://dreadsolto.org/>
- Estúdio Livre
<http://www.estudiolivre.org/tiki-index.php>
- Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação
http://www.gpopai.usp.br/wiki/index.php/P%C3%Algina_principal
- Hemispheric Institute of Performance and Politics
<http://hemi.nyu.edu/>
- Incomunicado
<http://incomunicado.info/conference>
- Integração sem posse
<http://integracaosemposse.zip.net/>
- InterfaceG2G
<http://www.interfaceg2g.org/>
- Lençóis.art.br
<http://lencois.art.br>
- Mapeia
<http://mapeia.blogspot.com/>
- Metareciclagem
<http://metareciclagem.org/>
- Mídia Tática
<http://www.midiatatica.info/>
- Mídia Independente
<http://www.midiaindependente.org/>
- Monopolios Artificiales sobre Bienes Intangibles
<http://www.vialibre.org.ar/mabi/index.htm>
- Mutirão da Gambiarra
<http://mutirao.metareciclagem.org/>
- Radio Livre
<http://www.radiolivre.org/>
- Remixtures
<http://remixtures.com/>
- Sarai
<http://www.sarai.net/>

- Submialogia
<http://submidia.radiolivres.org/submialogia/>
- Transversality
<http://transversality.blogspot.com>
- WIPO – World Intellectual Property Organization
<http://www.wipo.int/portal/index.html.en>
- Wikipedia
http://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%A1gina_principal

